

18ª Entrevista: 06.08.1986

I.F. - Ministro, nós começamos, na última entrevista, a conversar um pouquinho sobre a grande crise de 1964.

A.A. - De...?

I.F. - 1964.

A.A. - 64...

I.F. - Nós sabemos que o senhor não estava aqui no Brasil...

A.A. - Quando eclodiu o movimento...

I.F. - O senhor estava...

A.A. - Nos Estados Unidos.

I.F. - Nos Estados Unidos. Mesmo assim nós gostaríamos de conversar um pouquinho e saber do senhor quais as notícias que chegaram lá, como chegaram e o que o senhor pensa hoje em dia daqueles acontecimentos. Mesmo porque o senhor, tendo sido ministro da Marinha e oficial de Marinha que foi até o fim da carreira, está sabendo que a crise de 64 teve muita coisa a ver com o comportamento da Marinha, principalmente dos sargentos. Quer dizer, qual é a sua visão daquela situação do final do governo Jango, dos ministros militares, das crises militares aqui...? A gente fazer um apanhado geral. Embora sabendo que o senhor não tenha participado diretamente.

A.A. - Os elementos que eu tinha eram às vezes a leitura de jornais - às vezes um pouco atrasados.

I.F. - Chegavam lá normalmente?

A.A. - Chegavam um pouco atrasados e, quando a gente conseguia ler... Muitos através da VARIG etc. - a companhia de aviação trazia certos jornais e nós líamos alguma coisa. E depois também uma espécie de um boletim que o Ministério do Exterior remetia para as diversas embaixadas. Essas informações naturalmente passavam por uma limpeza muito grande para manter..., não apresentar inconvenientes da administração da qual o ministro fazia parte. Devia apresentar só o lado produtivo, mas o lado das crises, encarando impessoalmente, era muito precário. Só davam notícia de realizações, dessas coisas assim. Evidentemente quando vem uma perturbação, a notícia da perturbação. Mas sem focalizar pessoalmente o assunto. O resto era de ajuizamento que nós fazíamos.

Agora, antes da eclosão do movimento, já através dessas notícias que chegavam aos Estados Unidos, eu já sentia que a situação estava se tornando insustentável. Eu sentia que devia ter havido... Primeiro, devia haver uma frustração da área militar pela extinção do regime parlamentarista, que havia sido uma solução, um compromisso da área, digamos, nacional, para que fosse aceito o presidente João Goulart. Isso foi posto por terra com aquele plebiscito. Então aí já se transformou o regime de autoridade do presidente João Goulart. Ele, que governava parcialmente, porque além do mais, o

governo dele era um governador de coalizão... Depois, já no segundo estágio do parlamentarismo, já veio mais a feição dele, mas de qualquer jeito ele estava com as asas mais ou menos aparadas. Depois veio o plebiscito e foi organizado um governo presidencialista e aí então a coisa ficou completamente diferente. Então: nesta faixa é que eu tenho a impressão que começou a crise militar. Porque aí começou ostensivamente a área do governo a cortejar o pessoal subalterno das Forças Armadas. Quer dizer, dava a impressão de que nós poderíamos ter futuramente um problema como a Rússia teve, que gerou o comunismo do cruzador *Potemkin*, de uma coisa assim. Quer dizer, o movimento viria de baixo para cima, com o desrespeito, com a indisciplina contra os que queriam preservar o regime, o regime capitalista, digamos assim. E aí as coisas foram se agravando até chegar ao 31 de março de 64. Isso é que nós sentíamos.

I.F. - O senhor lá teve notícia da crise dos sargentos em Brasília?

A.A. - Tive.

I.F. - Que foi em 63, agosto de 63.

A.A. - Tive.

I.F. - Essa notícia chegou lá.

A.A. - Chegou. Aquilo foi... Houve a crise, mas foi abafado, não é?

I.F. - Foi. Foi uma questão que os sargentos se rebelaram, não é isso? Contra uma decisão do tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul que não aprovou a elegibilidade dos sargentos.

A.A. - Certo.

I.F. - Aí houve uma revolta, houve um movimento. O ministro da Guerra era o Jair Dantas Ribeiro. Durou quanto tempo isso, Plínio? A crise mesmo.

P.R. - Dos sargentos?

I.F. - É.

P.R. - Ah, foi coisa assim de dois, três dias.

A.A. - Não, foi coisa rápida. Foi abafado e nada mais transpirou. Não se soube de mais nada, não se teve mais notícia.

I.F. - Mas já era um sinal...

A.A. - Um sinal de que estava havendo o trabalho do pessoal subalterno contra a autoridade da parte de oficiais, até oficiais-generais.

I.F. - Depois, em março, no dia 13 de março, teve aquele grande comício das reformas.

A.A. - Primeiro foi o comício na Central do Brasil, certo?

I.F. - Exatamente.

P.R. - Foi esse.

I.F. - Esse no dia 13 de março, que era o comício das reformas. Um comício imenso...

A.A. - E que o presidente João Goulart passou a legislar em praça pública. E eu me lembro até do seguinte: o Filinto Muller era senador e estava nos Estados Unidos nessa época. Não sei se no momento em que houve esse problema, se antes ou um pouco depois. E eu perguntei a ele... Porque eu já conhecia o Filinto Muller do tempo em que ele era chefe de polícia, eu era um simples ajudante-de-ordens... Mas com essa idéia, com esse tratamento, essa ligação, assim, daquela juventude revolucionária que fez o movimento de 30. Então eu lhe perguntei como é que estava a situação no Brasil, na casa do nosso embaixador na OEA que era o...

P.R. - Ilmar Pena Marinho.

A.A. - O Ilmar Pena Marinho. Numa recepção que ele deu, eu lhe perguntei e ele ainda me disse... Soltou um palavrão definindo quem era o João Goulart, e disse: "Ele faz o que quer. Não dá a mínima atenção ao congresso e nós também estamos fazendo o que queremos. Porque a anarquia é completa." - expressão dele. "Ele faz o que quer e nós estamos fazendo o que queremos também." Mas ele estava completamente... Quer dizer, a idéia que eu tinha é que o Congresso já estava se sentindo solapado pelo João Goulart. Havia um sentimento de revolta, mesmo no meio político que dirigia o Brasil na parte de Legislativo.

I.F. - Quer dizer que o senhor acha que não era só uma revolta das Forças Armadas...

A.A. - Não era. Havia um sentido de que a anarquia estava transcorrendo, correndo celeremente.

I.F. - Esse comício foi uma coisa imensa, não é?

A.A. - Foi, disso eu tive notícia, lamentei profundamente. Eu até achava que diante daquilo, dessa situação, o nosso ministro devia ter pedido as contas e ido embora. Porque não dava mais para ficar. eu acho que... Eu não sei as circunstâncias, mas o ímpeto que a gente teria era de largar aquilo. Porque o governo legislando na praça pública com aquela pelegada toda, e a autoridade, afinal, oficial completamente desprestigiada.

I.F. - E me parece - eu tive umas informações - que mesmo dentro do governo havia divisão de opiniões.

A.A. - É possível.

I.F. - Parece que Brizola era um que incentivava muito o Jango, e o general Assis Brasil também, não é Plínio?

P.R. - É, exato.

I.F. - O senhor tem uma opinião sobre essa atitude dele, sobre Assis Brasil, sobre Brizola, sobre...

A.A. - Bom, sobre o Brizola eu tenho uma idéia. Do Assis Brasil, não, porque ele era chefe do gabinete militar, eu o conheci pouco e transpirou pouco sobre, digamos assim, o domínio ou a influência que ele exercia sobre o João Goulart. Eu não tenho idéia...

I.F. - Isso não chegava lá...

A.A. - Não chegava lá, não. Eu vim ouvir falar sobre o Assis Brasil, mesmo, foi depois já da deposição dele, que ele acompanhou o João Goulart e de depoimentos dele que saíram nos jornais etc. Mas aí é que eu vi surgir o nome de Assis Brasil. Pode ser que na área do Exército essa coisa fosse mais bem conhecida. Mas eu não tive contato grande com o nosso adido militar lá, que era o general Armando Noronha - parente até do almirante Isaías de Noronha, dessa família tradicional. Mas, mesmo conversando com ele, nunca se referiu a esse Assis Brasil.

Do Brizola eu tinha idéia já antes da influência dele, da exploração, mesmo: sentia que ele explorava a boa fé do João Goulart etc., evocando positivamente a idéia de que, se não fosse ele, o João Goulart não teria assumido. Talvez em parte pudesse ter acontecido isso, mas não era uma coisa para o sujeito negociar, não é? Em termos nacionais. O sujeito não vai dizer: "Então, vamos virar a mesa, porque eu te ajudei a fazer isso etc." Não era patriótico. Mas eu não acreditava no patriotismo dele. De modo que eu acreditava muito na exploração da pessoa, da boa fé do João Goulart.

Eu acho que o João Goulart, na convivência que eu tive, era um homem... Primeiro, não estava bem preparado para a Presidência da República. Podia ser um vice-presidente e substituir em impedimento, essas coisas vagas que a gente lê e sabe que cabe mais ao vice-presidente. Mas não era um elemento que pudesse ser conselheiro do presidente da República, que tivesse pensado em ser presidente da República naquela conjuntura. Então eu sentia um certo despreparo, um certo alheamento mesmo dos problemas. Apesar do parlamentarismo, porque ele tinha voz ativa também. Porque era um parlamentarismo verde - amarelo, digamos, brasileiro - uma acomodação; acredito que em parte por causa do Juscelino, que não queria, não via com bons olhos o parlamentarismo.

I.F. - O senhor está falando sobre o Jango... O presidente Getúlio Vargas, sempre ficou muito claro que gostava do poder. Está me parecendo que o Jango não era uma pessoa, assim, fascinada pelo poder da Presidência da República...

A.A. - Eu acho que ele era levado, talvez pelas ligações de infância, de meninice, de família, que ele tinha com o presidente Vargas... Talvez os elementos achassem que ele era um elemento manobrável para depois, quando assumisse a direção da nação, servir aos apetites dos ambiciosos etc., que queriam coisa diferente do que estava - queriam a comunização do país.

I.F. - Mas ele mesmo não tinha aquela vontade pelo poder, não é?

A.A. - Eu não sentia, não sentia essa sedução pelo poder.

I.F. - Essa é uma coisa que têm dito muito, não é?

P.R. - É.

A.A. - E outra coisa também muito curiosa que aconteceu: a idéia de que ele era comunista.

I.F. - Ele, Jango.

A.A. - Ele, Jango, era comunista. Um dia, conversando pessoalmente com ele, batendo papo sobre uma série de assuntos, ele disse: "E têm mania de dizer que eu sou comunista. Eu tenho bens, tenho uma mulher e dois filhos. Eu não posso ser comunista." Ele irritado, me declarando que ele não era comunista. E não sei até... Porque foi sobre uma entrevista que eu dei até nos jornais, sobre a questão de comunismo etc., que eu declarei que nós, militares, tínhamos aversão ao comunismo. Não sei se foi referindo-se a isso que ele então chegou e pode ter imaginado que eu estivesse imaginando que ele também fosse comunista. E ele me disse que ele, em absoluto, não tinha condições, não podia ser um comunista, porque ele tinha uma condição que não o levava a ser atraído por um regime desses.

I.F. - Mas, então, quer dizer que sobre o Assis Brasil o senhor não tem uma opinião mais formada.

A.A. - Não tenho a mínima idéia. A não ser de leitura depois.

I.F. - E o ministro da Marinha? Sílvio Mota?

A.A. - O Sílvio Mota era um dos homens inteligentes que a Marinha tinha. Uma cultura profissional privilegiada, um colega admirável. Agora, ele teve um inconveniente, visto como eu vi, de querer aliar a parte política à parte profissional. E eu penso completamente diferente do assunto. Acho que no Ministério da Marinha, os ministros militares não podem fazer política. Podem fazer as coisas que o bom senso determina na solução de seus problemas militares. Mas não temos vocação, não temos condição para fazer política dentro do gabinete que é organizado... Os ministros militares não são organizados dentro do gabinete da Presidência da República para fazerem política. Fazer política é de outra área. É a área dos parlamentares, são os políticos dos ministérios civis, do ministro da Justiça e por aí vai. Mas nós militares temos que executar justamente a segurança da nação. Isso é que nós temos que pensar: na tranquilidade, propiciar ao presidente da República tranquilidade para ele poder executar o seu programa sem perturbações de ordem. E o almirante Silvio Mota, eu tenho a sensação... Não sei se é porque ele casou com a filha de um político, ele tinha uma certa inclinação para querer misturar as coisas, que eu acho que são completamente incompatíveis. Isso é como eu via e lamentava. Porque eu acho, por exemplo, que quando ele deixou o governo finalmente, ele devia ter rompido com o governo. E ele ainda quando passou o governo etc. ao almirante...

I.F. - Paulo Mário.

A.A. - ... Paulo Mário, ele passou um governo como se a coisa estivesse a mais tranqüila possível. Sem considerar estabelecido, digamos assim, um antagonismo completo com as condições do governo.

I.F. - E foi num momento de grande crise também.

A.A. - De grande crise.

I.F. - Foi quando houve a rebelião no Sindicato dos Metalúrgicos.

A.A. - A rebelião no Sindicato dos Metalúrgicos. Ele também tinha uma outra coisa: ele era um homem que já estava doente de parte circulatória. E a crise, quando eclodiu aquele movimento todo, eu soube... Eu estava nos Estados Unidos, mas soube depois que havia situações difíceis. Porque os almirantes queriam conversar com ele - naturalmente para se abrirem, para se aconselharem, para sugerirem qualquer coisa; o Sílvio Mota não podia atender porque estava doente, estava no quarto acamado e não podia receber os chefes. Ora, um chefe supremo que fica nessa situação, é profundamente lamentável, não é? Que não possa decidir as coisas. E daí é que veio, então... O movimento foi crescendo dentro da Marinha e acabou naquela derrubada.

[FINAL DA FITA 30-A]

I.F. - Essa crise que gerou a saída do almirante Sílvio Mota foi aquela questão que houve com a Associação dos Cabos e Marinheiros, onde surgiu o cabo Anselmo, não foi?

P.R. - Foi.

A.A. - Foi.

I.F. - O que o senhor sabe desse cabo Anselmo?

A.A. - Eu tinha, tenho ainda da memória do Sílvio Mota admiração profunda por ele. Porque ele era quatro turmas acima da nossa, mas tinha uma conveniência muito grande. E tem condições particulares; eu sei que ele também me estimava. Aliás, é curioso: parece que eu tinha vocação para chefe de gabinete. Porque uma ocasião ele teve um diálogo com o João Goulart, que era vice-presidente, e então o João Goulart tinha conversado com ele e estava iminente a possibilidade do João Goulart assumir a presidência. E o Sílvio Mota me telefonou querendo que eu aceitasse a condição de chefe do gabinete dele; me telefonou para o Estado-Maior. Eu disse: "O, Sílvio Mota, eu não quero ir para Brasília. Eu não quero ser chefe de gabinete para ir para Brasília." E um outro almirante também, um vice-almirante, dizia que, se fosse ministro da Marinha, eu é que seria o chefe de gabinete. Quer dizer, parece que nasci para ser cotado como chefe de gabinete. No fim, eu é que fui o ministro da Marinha, eu é que acabei sendo o ministro da Marinha. A minha cotação era simplesmente para ser chefe de gabinete...
[risos]

I.F. - Acabou ministro.

A.A. - Acabei sendo ministro, pelas circunstâncias de momento unicamente. Não pelo meu valor, que eu considero praticamente muito precário para isso. Mas as circunstâncias levaram a isso. Mas o Sílvio Mota... tenho uma admiração grande por ele. Agora, como a senhora estava falando, a pergunta que me fez sobre o Sílvio Mota...

I.F. - É sobre o comportamento dele naquela situação toda, quando houve aquela questão do cabo Anselmo...

A.A. - Ah, bom. Ali, também, eu acho que faltaram duas coisas, naquela crise. Faltou chefe do Estado-Maior, que era o comandante da Marinha, que eu não sei onde estava, que se omitiu, não tomou uma posição. E o almirante Sílvio Mota que, pela doença, também não tomou uma posição mais energética. Porque aquilo não era um problema para o Exército resolver, como acabou resolvendo; eu achei aquilo...

I.F. - Isso é que me deixa impressionada: era uma crise de Marinha que foi resolvida no Exército.

A.A. - Achei aquilo tristíssimo, um espetáculo tristíssimo. Porque eu penso assim - quer dizer, friamente, porque não sei qual era a situação do momento... Mas eu, se fosse ministro... Eu sempre tinha dito ao João Goulart que eu não traria problemas para ele. Digo: "Eu não trago problemas para o senhor. Eu trago soluções. Eu respondo pela Marinha." Eu acho que todo ministro deve responder pela Marinha, e não esperar que o presidente da República viesse do Rio Grande do Sul para resolver o problema fora da Marinha, e o ministro da Marinha de lado, com o Ministério da Guerra agindo para torpedear aquele pessoal. Porque aquilo, com os oficiais do gabinete, admitindo uma série de dificuldades... Mas a gente está na chuva é pra se molhar. Naquilo, guarnecendo uns dois canhões, eu botava aquele troço embaixo. Porque o fuzileiro naval... Nós tínhamos artilharia ali. Eu, ministro, com o chefe do gabinete, com os outros oficiais, nós chegávamos ali, guarnecíamos aqueles canhões...

I.F. - O senhor acha que a Marinha é que tinha que resolver aquele problema.

A.A. - Eu acho que a Marinha foi fraca. Porque nós tínhamos que atirar naquilo, destruir aquele prédio. Avisava primeiro: "Ou sai, ou nós vamos bombardear isso." Como a Marinha fez também no movimento integralista e que atirou: o fuzileiro naval atirou no Ministério da Marinha. Abriu dois rombos na parede do Ministério da Marinha. Mas eu daria a ordem, não tinha medo de dar a ordem para bombardear aquele Sindicato dos Metalúrgicos. Avisaria antes: "Ou vocês se retiram daí, ou eu vou atirar dentro de cinco ou dez minutos." E atiraria mesmo.

I.F. - É, porque se o ministro da Marinha...

A.A. - Não ia esperar que viesse o Exército...

I.F. - ... não estivesse em condições de saúde, teria que mandar um substituto à altura. Ele não: esperou que o Exército tomasse a iniciativa.

A.A. - Que o Exército tomasse... Eu achei aquilo profundamente lamentável. Achei uma situação muito triste para nós. Eu estou dizendo isso porque é o que eu acho. Eu estou na idade de dizer o que eu sempre critiquei. Eu não via condições de nós permitirmos

que o presidente da República é que fosse resolver com uma outra força paralela. Nós tínhamos que resolver. Aquilo era um problema nosso! Não tinha outra solução. E aí se omitiram o chefe do Estado-Maior e o ministro da Marinha. O ministro da Marinha com, digamos, a atenuante, com a circunstância de estar um homem doente, impossibilitado. Não tinha condições de exercer o Ministério da Marinha naquela situação. Mas o resultado foi aquele desenlace, aquela solução, que, para a Marinha, não foi nada...

P.R. - O chefe do Estado-Maior, quem era?

A.A. - Era o José Luís da Silva Júnior.

P.R. - Nessa ocasião do episódio do palácio dos metalúrgicos?

A.A. - Era. Dos metalúrgicos. Era o José Luís da Silva Júnior.

P.R. - Porque a tropa da Marinha chegou depois; aí o Exército retirou-se.

A.A. - Que tropa?

P.R. - A tropa de fuzileiros navais.

A.A. - A tropa de fuzileiros foi, comandada por um almirante, que era o Sinay, e diz ele que não pôde porque a tropa se negou a atirar.

V.A. - Como era o nome?

A.A. - Luís Felipe Sinay. A Marinha tem muito Luís Felipe. Influência do almirante...

P.R. - Saldanha.

A.A. - Do almirante Saldanha. E esse Luís Felipe Sinay era descendente de um oficial de Marinha que, naturalmente, naquela época...

I.F. - Quer dizer, ele chegou lá...

A.A. - Ele chegou lá com uma tropa de fuzileiros e não teve força para fazer a tropa de fuzileiros atirar.

I.F. - Quer dizer, a revolta estava mesmo generalizada.

A.A. - Isso é que eu sei. Talvez por influência do Aragão, não sei qual foi...

I.F. - Pois é: qual é o papel do Aragão nisso tudo?

A.A. - O Aragão é uma criatura criada pela incompetência, digo assim, pela falta de opinião.

I.F. - Cândido Aragão, não é?

A.A. - Cândido Aragão. O Aragão não podia ser oficial-general, mas foi oficial-general no governo do Juscelino, porque o nosso ministro, que era o Matoso Maia, não teve coragem de dizer ao Juscelino que não assinava um decreto daqueles. O Aragão não tinha condições para ser oficial-general. O único mérito do Aragão foi ter partido de soldado e, através de uma série de..., a permanência no coisa, inteligente etc., foi galgando uma série de promoções e chegou a capitão-de-mar-e-guerra. Mas não podia nunca ser oficial-general - com o conceito que nós devemos ter do que seja um oficial-general. Embora haja erros, haja oficiais que são oficiais-generais e não deviam ser. Mas são erros pouco sensíveis. Há um caso, até me lembro de um caso de uma história que contavam, de um almirante dizendo para o outro: "Porque eu sou um almirante!" - dizendo para o outro. O outro disse: "Bom, você é almirante porque tem galões de almirante. Agora, eu tenho galões de almirante porque eu sou almirante." [risos] São situações...

I.F. - Diferentes.

A.A. - ... que acontece haver, não é? Agora, o Aragão não podia ter galões de almirante, [riso] não podia nem ter as estrelas de almirante, nem nada. E foi a oficial-general. E não custava nada o nosso ministro chegar e dizer para o Juscelino: "Senhor presidente, eu não posso promover esse oficial." Um oficial que tinha sido transferido para a reserva com inquérito de saques sem fundo, de letras promissórias sem pagar... Todo sujo na vida particular. Depois, esses negócios vão para a Justiça, passam-se os anos e acaba voltando outra vez. Porque aquilo tudo é apagado, aquele troço todo é anulado e o sujeito volta para a Marinha, ou volta para o Exército, ou volta para a Aeronáutica. Mas todos nós estamos sabendo quem é aquela figura. E no entanto nós fizemos desse oficial um oficial-general. Com grande tristeza para todos nós.

I.F. - E que vai ter atuação nessa crise de 64.

A.A. - É. Foi aí que a situação se modificou, não é?

I.F. - E essa questão do cabo Anselmo?

A.A. - Eu conheci o cabo Anselmo... conheci de nome o cabo Anselmo quando houve o movimento e que ele subiu como um líder do pessoal subalterno. Eu tinha informações de que realmente era um rapaz inteligente, um rapaz com certo preparo. Devia ter sido mesmo. Agora, ele adotou a bandeira que adotou, de destruição, de insurreição etc. Mas era um camarada que tinha condições de liderança dentro do seu meio.

I.F. - Agora andaram correndo umas notícias aí, não é Plínio?

P.R. - É.

I.F. - O senhor não acompanhou, agora há pouco tempo?

A.A. - Não.

I.F. - Dizendo que ele era infiltrado, que na realidade ele era um agente da CIA. O senhor está sabendo disso?

A.A. - Não, não.

P.R. - Não, ele confessou. Ele confessou isso.

A.A. - Confessou.

P.R. - É, que toda aquela participação dele...

A.A. - Era manobra; ele era um instrumento?

P.R. - Era manobra exatamente para criar um ambiente, um clima de agitação.

A.A. - De agitação, não sei.

P.R. - O cabo Anselmo andava muito bem vestido...

A.A. - Não vi, não sei.

P.R. - Parece que estudava Direito, não sei quê. É, ele era um tipo muito diferente do...

A.A. - Do corrente, não é?

P.R. - Exatamente. Agora, na época em que o senhor era ministro, existia já essa Associação de Cabos e Marinheiros?

A.A. - Existia, não Associação de Cabos e Marinheiros, bem. Existia era um Clube Humaitá. Havia um Clube esportivo etc., e daí é que possivelmente surgiu... Aliás, eu fui interpelado, quando estava nos Estados Unidos... Parece que o encarregado geral do inquérito pensou talvez em me cassar por eu ter sido ministro. Mandou uma carta precatória fazendo uma série de interrogações etc. E me fez essa pergunta: se eu tinha notícia disso, dessa... E eu respondi que não, que eu tinha notícias desse problema..., do movimento do Clube Humaitá, mas tinha chegado ao meu conhecimento essa situação. Uma das outras perguntas que fizeram foi muito curiosa, porque o almirante me perguntou se, sabendo do procedimento do almirante Suzano, do almirante Sílvio Mota naqueles acontecimentos... Já era inquérito depois de março, já de cassações etc. Qual era o juízo que eu fazia desses dois oficiais. Eu disse que eu me negava a responder porque eu conhecia muito bem o regulamento disciplinar da Armada e que, mesmo em se tratando - se se tratasse, que não era o caso - de uma apreciação pouco lisonjeira desses almirantes, eu era passível de punição pelo regulamento disciplinar da Armada e me admirava que eles me perguntassem isso.

V.A. - O senhor não era passível de punição?

A.A. - Era passível de punição, porque estou me referindo aos meus superiores de uma situação desabonadora.

I.F. - Agora, esse questionário foi por escrito para o senhor para lá, ou o senhor foi chamado para depor?

A.A. - Não, eu recebi a precatória com uma série de interrogações, de perguntas.

I.F. - Para responder por escrito.

A.A. - Para responder por escrito. Eu respondi por escrito. E não sei se por influência do Rademaker, não sei por que, eu não fui cassado. Quer dizer, eu teria sido o único ministro cassado, creio eu, porque nenhum ministro do tempo do João Goulart, do governo parlamentarista, foi. Mas houve a idéia de me interpelar e eu recebi a interpelação.

V.A. - E o senhor recebeu lá nos Estados Unidos.

A.A. - Recebi lá nos Estados Unidos.

V.A. - Quem foi que lhe enviou?

A.A. - Foi o chefe do... o presidente do inquérito que estava sendo realizado para toda a Marinha, que era um almirante que nós chamamos "cinco estrelas", um almirante da reserva. Que era Luís Clóvis de Oliveira.

I.F. - Mas, então, continuando aqui na nossa crise de 64. Quer dizer, esse momento talvez tenha sido o momento crucial para a Marinha e para o governo - essa rebelião no Sindicato dos Metalúrgicos. E foi quando acabou pedindo demissão o almirante Sílvio Mota...

A.A. - Sílvio Mota.

I.F. - E que subiu o Paulo Mário.

A.A. - Paulo Mário.

I.F. - Agora, pelo que eu entendi, e pelo que o senhor conhecia do almirante Sílvio Mota, o senhor acha que ele já deveria ter pedido demissão antes, já no comício?

A.A. - Eu acho que ele já deveria ter pedido demissão quando houve o comício lá da praça pública, lá da Central do Brasil.

I.F. - Porque, pelo que o senhor conhece, a Marinha já estava então contra essa situação.

A.A. - Aquilo já era um absurdo, a Marinha estar aceitando aquela situação. Não sei quem viria a ser nomeado. Tem sempre um para fazer mais barato, não é? Mas acredito que vários não aceitariam aquela situação.

P.R. - Agora, a Associação de Cabos e Marinheiros, essa associação não tinha existência legal, não é?

A.A. - Como? Acho que não. Eu não tive conhecimento da existência, e não seria legal, não é?

P.R. - O que era legal, por exemplo?

A.A. - A Associação dos Suboficiais.

P.R. - Era um clube de suboficiais e sargentos da Armada, não é?

A.A. - Era o Clube Humaitá Esportivo, que até nós ajudávamos muito etc., para dar uma distração ao pessoal e congregar associativamente no ponto de vista esportivo.

P.R. - Mas a Associação de Cabos e Marinheiros surgiu como uma entidade reivindicatória, não é?

A.A. - Devia ter sido.

P.R. - Sim, porque os marinheiros pediam lá no manifesto deles o direito de casar, o direito de andar em trajes civis nos dias de folga e outras coisas assim que eu não lembro bem.

A.A. - Direito de casar, por exemplo. E havia uma explicação. Porque o marinheiro não é um sorteado, o marinheiro é um profissional. E ele vai enfrentar problema, porque a vida de Marinha é uma vida muito diferente da vida terrestre. Então ele vai criar problemas por causa da família, ele vai ter problemas de família: ganha pouco, tem família, tem mulher, depois vem filhos, depois vem doença dos filhos etc. Então esse homem vai ser um amargurado, então ele vai se indisciplinar, não vai comparecer ao serviço porque a mulher está doente, porque o filho está com coqueluche. Esses negócios todos atrapalham muito a vida profissional. Porque é uma vida que não são oito horas de trabalho por dia; são 24 horas de trabalho diário. Porque no mar nós trabalhamos, não queremos saber se tem hora para isso, ou tem hora para aquilo. Todos nós... A vida do mar irmana muito o pessoal subalterno com o pessoal superior. Porque a refrega, quando vem, é para todo mundo; a onda não escolhe. A água salgada não molha só o marinheiro, molha o oficial. Quando há possibilidade de cair alguém n'água, não quer saber se tem galão ou não tem. É uma vida muito diferente, mas muito diferente, da vida terrestre. A vida terrestre tem uma série de nuances que nós não podemos usufruir. É diferente. Tem aspectos muito bons, muito bonitos, muito gostosos, mas a vida oferece resistência. O mar é agressivo em determinadas situações. E ele não vê, não escolhe para... De modo que nós temos que pensar nisso. E nós não podemos sair com o navio com a guarnição desfalcada, porque faltaram tantos marinheiros por isso, por aquilo. Porque nós temos que estar preparados para a guerra; nós não estamos preparados para a paz. A nossa missão é defender o país, cumprir com a nossa obrigação na eventualidade de uma guerra. A situação é difícil.

O negócio de andar a paisano também era olhado com muito, digamos, com muita restrição, para eles não se misturarem com uma porção de gente; [inaudível] não saber quem era marinheiro, quem era subversivo ou o que fosse, lá o que fosse. E, para isso, a Marinha lhes dava uniformes, dava muito bons uniformes. Houve uma época em que estava claudicando isso, porque não havia uma distribuição de verbas adequada e os marinheiros estavam realmente caindo um pouco no apuro de uniformes. Mas os Marinheiros recebiam uniformes de seis em seis meses, sapatos, tudo isso. E havia mostra de uniformes a bordo. Eu fiz mostra quando comandei, quando fui comandante de divisão, quando comandei o navio. A gente fiscalizava todo mundo. Para que se apresentassem devidamente bem uniformizados e apurados. Isso tudo cria uma psicose de obediência do marinheiro, do subalterno, aos oficiais. É na paz que a gente cria essa mística do princípio de autoridade. Senão, quando for na guerra, o homem claudica.

Psicologicamente é um negócio que tem que ser bem estudado - esse regime de obediência na vida militar. Porque a gente recebe uma ordem, é para fazer isso ou aquilo, e não quer saber se vai vencer ou se não vai.

Eu me lembro muito do teatro clássico francês, dos Horácios e Curiáceos, não sei se têm idéia. No meu tempo lia-se muito esse teatro clássico. Da mãe de um dos Horácios, dos Curiáceos, que o pai estava revoltado contra o filho, e o filho tinha encontrado dois ou três dos Horácios, e o Curiáceo encontrou esses três ou quatro e não teve coragem de se atirar na pele só para combatê-los. Então a mãe, como toda mãe brasileira e acho que internacional, disse para o pai: "Mas que querias tu que ele fizesse, se era um contra três ou quatro?" E o pai respondeu: "Que morresse!" [risos] E isso nós tivemos muito na Marinha brasileira. Nós recebíamos ordem de sair com os navios aí para fazer escuta, para identificar submarinos, e nós não tínhamos nem aparelho de escuta direito. Mas nós saímos, não íamos discutir. E nós tivemos um navio torpedeado etc. Mas a gente não vai discutir, não é? Mesmo morrendo, já é um serviço prestado. Mas eu me lembrava sempre desse...

I.F. - Dos Horácios e Curiáceos

A.A. - Dos Horácios e Curiáceos.

I.F. - Agora, ministro, essa crise do Sindicato dos Metalúrgicos é muito interessante porque houve a crise dos subalternos da Marinha. Eles foram cercados por tropas do Exército, houve a rendição, foram recolhidos a uma unidade do Exército e o Jango os anistiou. Quer dizer, o Jango tomou uma atitude acima do ministro, da Marinha, tudo isso. Automaticamente o ministro pediu demissão. E aí eu soube que houve uma reunião dos almirantes no Clube Naval, que em seguida teve apoio dos oficiais do Clube Militar. Então está me dando a impressão de que a cúpula das Forças Armadas estava unida.

A.A. - Devia estar, eu não...

I.F. - Contra o movimento dos sargentos e contra o Jango.

A.A. - Leva a crer isso, e tinha que se unir mesmo, porque a adversidade que une, não é? E as chefias do primeiro escalão estavam lutando contra a adversidade. A adversidade une e a prosperidade separa.

I.F. - Estou certa nesse meu raciocínio?

P.R. - Certa, é claro.

I.F. - Quer dizer, a cúpula tanto dos generais do Clube Militar..., generais da Aeronáutica, vão dar apoio aos almirantes que se reuniram no Clube Naval contra a atitude...

A.A. - Eu creio que tinha da Aeronáutica.

I.F. - O Clube Militar pega as três forças, não é?

A.A. - É, tem.

I.F. - Então eram os oficiais das três forças que foram dar apoio aos almirantes que estavam reunidos no Clube Naval conta essa atitude de anistia, tudo isso.

A.A. - Eu creio até que no Clube Naval tem uma placa alusiva a esse encontro, a esse movimento. Tem uma placa no salão de recepção. Eu creio, eu vou ver.

P.R. - Tem realmente. O almirante nos falou sobre isso.

A.A. - Ah, falou nessa placa. Ele foi presidente do Clube Naval, aliás, um ótimo presidente. Ele é sócio benemérito do Clube Naval, o Maximiano. E sócio benemérito por aclamação, por proposta minha.

I.F. - Ah, é?

A.A. - É. Porque eles iam botar em votação, eu pedi a palavra e propus ao presidente que não fizesse a contagem de votos, que ele fosse eleito por aclamação. Foi uma chuva de palmas. Ele foi eleito por aclamação.

I.F. - Isso ele não nos contou, não, não é?

P.R. - Não, não contou. [risos] O senhor acha então que o problema crucial de tudo isso foi o efeito que poderia incidir sobre a Marinha um processo de subversão da hierarquia?

A.A. - De subversão, claro. Era um processo de subversão de hierarquia. Porque o negócio vinha de baixo. Os marinheiros e cabos se insurgiram...

P.R. - Contra a oficialidade.

A.A. - Contra a oficialidade. Contra as ordens que vinham do primeiro escalão, que eram do ministro, da oficialidade, enfim, dos responsáveis pela Marinha, que são os oficiais.

P.R. - E o senhor acha que isso foi vital então na queda do governo do João Goulart?

A.A. - Como?

P.R. - Isso foi, vamos dizer assim, a razão básica do esvaziamento do dispositivo militar do João Goulart.

A.A. - Foi, foi, porque estava se sentindo... Naturalmente estava se sentindo que se queria subverter a autoridade. Iam escolher um sargento Batista, uma coisa qualquer, para tomar conta disso aqui. Ou um Aragão, que talvez... O Aragão devia estar também pactuando com isso. Enfim, era uma situação que estava levando o pessoal de baixo a tomar conta do governo.

I.F. - Mas, ministro, essas coisas não acontecem de um dia para o outro.

A.A. - Não.

I.F. - Essas crises começaram a estourar mesmo em março de 64. Ele já tinha sido escolhido presidente mesmo, em 63. Quer dizer, então levou um ano para chegar a isso.

A.A. - Um ano de gestação.

I.F. - Exato. Porque essas coisas não acontecem de um dia para o outro. O sargento não resolve, de um dia para o outro, tomar conta do palácio dos Metalúrgicos... É porque sentiu o ambiente. Como é que isso aconteceu? O senhor não sabe, não acompanhou? Hoje em dia conversam sobre isso?

A.A. - Bom, eu...

I.F. - Essa virada.

A.A. - A idéia, para mim, o surgimento do movimento foi com o retorno ao presidencialismo. Com o retorno ao presidencialismo, as idéias marxistas começaram a ser semeadas e a ser cultivadas com todo carinho etc., e foram crescendo. E o meio militar foi assistindo àquilo enquanto podia, enquanto sentia que não tinha força. Até que eles acharam que estavam suficientemente fortes e então começaram a pedir para ver, como no jogo de pôquer. E aí se deu essa...

I.F. - Quer dizer que, então, esses almirantes que se reuniram no finalzinho de março no Clube Naval, só se reuniram no finalzinho de março, mas antes não tomaram atitude nenhuma para conter isso.

A.A. - Não, mas já estavam maduros para chegar a essa decisão.

I.F. - Mas o que eu digo é o seguinte: os almirantes que eram contra essa subversão, tudo isso, não tomaram nenhuma atitude para controlar isso.

A.A. - Que saiba, não.

I.F. - Foram deixando a bola de neve ir crescendo.

A.A. - Foram, dizendo assim... Ficaram numa atitude contemplativa e vendo até onde chegava, não é? Porque é um problema que é interessante, esse: quando a gente enfrenta um problema, ou coisa que o valha, e quer solucioná-lo - um problema militar -, a gente tem que ver a exequibilidade quanto aos meios. E eles talvez sentissem que eles ainda estavam em minoria, que os meios ainda não eram de molde a permitir que a exequibilidade fosse coroada de sucesso. Quando chegou a esse ponto que transbordou, então aí já a situação estava praticamente com o fator de forças muito maior para o lado de sustentação do regime capitalista. Porque a coisa é mais ou menos entre regime capitalista e bolchevista - nesse caso.

I.F. - Porque isso aconteceu lá pelo dia 23 ou 24 de março; eles foram presos, os sargentos, e em seguida anistiados. E voltam depois a ter nova manifestação no dia 30 de março, não é isso?

P.R. - É, exato. Mas aí já foi do Exército, não é?

I.F. - Aí já foi do Exército, é. No Automóvel Clube, não é?

P.R. - É, no Automóvel Clube. Mas o que houve de importante nisso foi o seguinte: no episódio ainda do palácio dos Metalúrgicos, depois que os marinheiros saíram, ficou decidido que eles seriam recolhidos presos em quartéis de Exército para evitar qualquer manifestação de represália por parte dos oficiais da Marinha.

A.A. - Da Marinha. É possível.

P.R. - É, e os almirantes concordaram com isso e a crise ficou serenada. Quando repentinamente, sem que ninguém esperasse, o João Goulart baixa um decreto anistando os marinheiros. E isso foi o que irritou o almirantado.

A.A. - Isso aí precipitou. Eu não tinha...

P.R. - Ah, o senhor não tem conhecimento desse quadro.

A.A. - Eu não tinha conhecimento desse...

P.R. - É, isso realmente foi o que ocorreu.

A.A. - Mas isso talvez tivesse precipitado os acontecimentos. Então foi a gota d'água, não é?

P.R. - Exatamente. Agora, depois desses acontecimentos todos, o senhor ainda ficou na Junta Interamericana até...

A.A. - Eu fiquei na Junta Interamericana até completar o meu tempo. Porque normalmente eram dois anos. Eu fiquei até...

I.F. - Final de 64?

A.A. - 64.

P.R. - Ah, então o senhor não foi destituído em função do movimento, não.

A.A. - Não; não fui e fiquei lá até o último dia do tempo que era normalmente aceito para exercer a função. Só fui exonerado depois.

I.F. - E aí o senhor voltou para cá.

A.A. - Aí vim para o Brasil. E aí fiquei adido até ser nomeado pelo Bosísio para uma função que tinha no Estado-Maior das Forças Armadas. Nem me lembro o nome... O negócio era tão sem expressão; foi uma função criada para abrir vaga. Porque criaram no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. Era uma espécie de funçõzinha de Estado-Maior, mas ligada ao Estado-Maior das Forças Armadas. Núcleo de Defesa de Controle, não sei quê, do Atlântico - uma coisa assim. Mas para isso só fui nomeado quando o Paulo Bosísio foi nomeado ministro, porque o Melo Batista não quis me dar comissão. Porque o diretor de pessoal, quando eu me apresentei, era o Rademaker. Eu me lembro que eu vi o Rademaker conversando com o Melo Batista e eu entendi, pela conversa

dele, comunicando que eu tinha me apresentado à Diretoria do Pessoal etc... E as dúvidas que o Rademaker ficou para me dar comissão ou não, porque ele queria me nomear para uma comissão e o Melo Batista cortou a situação e queria me deixar aliado da situação. Porque dizem que ele me chamava de traidor. Não me tolerava e isso tem... A origem disso, dessa inimizade, foi do tempo em que eu era ministro, por causa do Faria Lima...

I.F. - Faria Lima?

A.A. - É, por causa do João Faria Lima; irmão desse Faria Lima, do Floriano...

[FINAL DA FITA 30-B]

A.A. - ... do Floriano; do outro Faria Lima, que era muito meu amigo, que foi brigadeiro, que foi prefeito, grande prefeito, de São Paulo. E o negócio foi o seguinte: o Faria Lima, o João, que é um oficial de grande valor - como eles todos são -, servia lá em Belém do Pará, na base naval de Belém. E o Ernesto Melo Batista era comandante do Distrito, e ele era um homem muito prepotente, muito radical e tudo. E teve lá um desentendimento com o Faria Lima e resolveu prender ou repreender oficialmente o Faria Lima. E o Faria Lima não se conformou. O regulamento disciplinar permite o recurso à instância superior. E veio..., aquele negócio passou pelo Estado-Maior, chegou a mim para decisão. Eu li tudo aquilo, vi a vida pregressa do Faria Lima, toda aquela situação, e então resolvi ser mais benevolente. E eu então transformei: em vez da repreensão, da prisão, modifiquei a pena em pena de admoestação. Porque a admoestação é uma forma, digamos, de se corrigir, mas em que não vai a nota para a caderneta. E eu não me arrependo até hoje de ter feito isso. Transformei em admoestação.

A isso ele subiu nas tamancas. Aí me escreveu uma carta reclamando que tinha havido isso, que ele tinha sido desmoralizado, por isso, por aquilo, não sei o quê etc. E que ele rompia relações particulares, sociais, comigo. Eu aceitei e mandei dizer a ele então o seguinte: que se ele achava - no que eu discordava - que toda vez que uma autoridade em instância superior resolvesse ser mais benevolente e aplicasse uma punição, uma apreciação, mais benévola ao caso, se achava que aquilo desmoralizava a autoridade que havia aplicado inicialmente, então isso devia ter sido tirado, esse direito de instância superior devia ter sido eliminado. Porque eu tinha o direito de ser mais benevolente, mas isso não implicava que eu o estivesse desprestigiando. É porque eu era mais cordato, mais benevolente, mas ele continuava com o prestígio que ele sempre teve. E assim encerramos as nossas relações.

I.F. - Ele vai pegar isso, depois, quando ministro, para deixar o senhor sem comissão.

A.A. - Depois, quando ministro, então, ele já não me tolerava, já me achava um elemento de última classe.

I.F. - E o senhor volta a ter comissão então quando passa a ser o almirante Paulo Bosísio o ministro da Marinha.

A.A. - Paulo Bosísio ministro da Marinha.

I.F. - E aí qual foi o cargo que ele lhe deu?

A.A. - Aí foi esse para o Estado-Maior das Forças Armadas. Numa função desse comandante de um núcleo que havia lá criado.

I.F. - Mas sem força também, não é?

A.A. - Era uma função que eu... achava uma função completamente desnecessária. Era um...

I.F. - Completamente desnecessária?

A.A. - Hein? Achava desnecessária. E acabaram. Achava desnecessária e extinguiram isso.

I.F. - Foi mais para encostar as pessoas que não eram bem-vistas, então.

A.A. - Não, não era para encostar; era para abrir vaga. E como eu também não estava bem na situação, então me mandaram para lá.

I.F. - Agora, vou lhe perguntar uma coisa. Nós começamos a entrevistar o ministro Rademaker e infelizmente ele faleceu e não deu para continuar.

A.A. - É.

I.F. - Uma coisa que me impressionou muito é que ele esteve numa atuação importante no periodozinho entre a saída do Jango e a subida do Castelo Branco. Ele e o Costa e Silva ficaram na organização do Comando Supremo da Revolução.

A.A. - Sim.

I.F. - Quando o presidente Castelo Branco assumiu, tirou-o do Ministério, e ele volta a ser ministro no governo Costa e Silva. Qual foi o desentendimento - o senhor sabe? - que houve entre o Castelo Branco e o ministro Rademaker?

A.A. - Eu tenho a impressão que não houve desentendimento. Eu tenho a impressão que o que houve foi o seguinte: o Castelo tinha servido lá em Belém do Pará com o Melo Batista e talvez, dessa convivência, ele tivesse apreciado o Melo Batista, que talvez fosse o oficial-general com quem ele tivesse mais ligação. Então ele tendo o direito de escolher A, B, C ou D, ele escolheu o Melo Batista. Não que isso implicasse em não ter simpatia, em achar que o Rademaker não fosse bom oficial...

I.F. - Porque o ministro Rademaker nos deu a entender que tinha um atrito com o presidente Castelo Branco, não quis falar detalhadamente. E como ele só nos deu seis horas de entrevista, não deu para chegar a esse ponto.

A.A. - Quando ele ainda era ministro?

I.F. - Exatamente.

A.A. - Eu não sei.

P.R. - Mas ele deu o motivo: foi a questão da aviação embarcada.

I.F. - Também. Mas tinha mais alguma coisa que ele disse que não queria contar e que nós não chegamos a pegar.

A.A. - A questão da aviação embarcada, a solução do Castelo foi dada já quando o Melo Batista era ministro.

I.F. - Era ministro. Quer dizer, ele tirou... O Rademaker estava numa função importante. Quer dizer, o Costa e Silva continuou no Ministério da Guerra, mas o Rademaker, ele afastou.

A.A. - Afastou. Nomeou um outro ministro.

I.F. - Nomeou o Melo Batista, depois o Paulo Bosísio, depois o Araripe Macedo. E o almirante Rademaker ficou...

A.A. - Bom, aí já tinha o problema da aviação embarcada. Quando chegou o Bosísio, já tinha a crise entre ele... que nós chamamos as "irmãs Dione" - não sei se já ouviu falar...

I.F. - Já ouvi falar, nas gêmeas.

A.A. - Então já tinham rompido com o governo, aí já tinham rompido com o governo. E eles cometeram um erro muito grande. Aquele problema da aviação... A crise poderia ter sido mais extensa. Mas ali houve um erro, um erro do Rademaker, dos outros elementos constitutivos das "irmãs Dione", que foi o seguinte: eles, quando tomaram aquela decisão...

I.F. - As "irmãs Dione" eram o Rademaker...

A.A. - Era o Rademaker, era o Levi Aarão Reis, era o Valdeck Lisboa Vampré, o...

V.A. - Como?

A.A. - Valdeck Lisboa Vampré - um oficial de grande valor, tenho uma admiração muito grande por ele. O... Quem mais? Tinha o Zenha de Figueiredo... Eram uns cinco, não me lembro...

I.F. - Cinco, é. As "irmãs Dione" eram cinco.

A.A. - Já disse os cinco?

I.F. - Não. Digo: as "irmãs Dione" eram cinco. O senhor deu quatro.

A.A. - Eu dei quatro. Então está faltando uma que eu não me lembro agora quem seja. Depois eu me lembro, para não estar gastando aí a fita. [risos] Era Melo Batista, Rademaker, Leví, Vampré, Zenha.

P.R. - Cinco.

A.A. - Aí tem cinco, não é?

P.R. - Tem.

A.A. - Eram seis ou cinco?

I.F. - Eu acho que eram cinco.

A.A. - Então estão aí, inteirinhas.

I.F. - Não garanto, não, mas acho que eram cinco.

A.A. - Se faltar mais uma, eu não... Depois pode haver alguém ainda na entrevista que descubra qual é. Mas eu procurarei ver; se tiver ainda dando entrevista, posso ver.

I.F. - Mas aí era a questão da...

A.A. - Aviação embarcada. A crise surgiu quando o Castelo então... O Melo Batista era o ministro e o Castelo deu a solução de os helicópteros ficarem com a Marinha e os asa fixa ficarem com a FAB.

I.F. - Mas eu não entendi qual é o papel das "irmãs Dione" nisso.

A.A. - O papel das... Ah, o problema foi o seguinte: quando a Marinha recebeu a notícia, eles cinco... Aí é que houve um erro... político, digamos assim - porque aí é questão de política também. Eles se consideravam os privilegiados dentro da Marinha. Quer dizer, os melhores entre... a *crème de la crème* [risos] porque eu também não quero fazer parte da *crème*. Então eles tomaram a decisão... Em vez de reunir todos os almirantes - porque aquele era um assunto que empolgava todo o corpo de almirantes - e dizer: "Houve essa decisão. O que devemos fazer? O que vamos fazer?"... Então todo mundo abandona, deixa os cargos. Aí o Castelo ia enfrentar uma situação difícil, porque ia ficar sem os oficiais-generais para resolver as chefias da Marinha. Mas não: eles resolveram e não disseram nada a ninguém. Resolveram pedir demissão e nós soubemos pelo Repórter Esso que eles tinham se demitido. Então a mim não cabia fazer mais nada. Como eu disse: um almirante fez uma circular... Eu disse: "Eu não tenho nada que fazer. Eu não fui nem cheirado, nem consultado. Eles resolveram pedir demissão, não me comunicaram nem nada. O que é que eu vou fazer? Vou me meter nisso?" Então tranqüilamente nós ficamos sem os aviões e eles foram para casa, para voltar depois aos poucos no governo do Costa e Silva. Mas eu acho um erro, um erro tremendo deles. Eles estavam nos postos-chave da Marinha, muito bem. Eles tinham que chegar a ver que o problema não era só deles. Porque no mesmo escalão tinha outros. Ele tinha que convidar todos os almirantes para que comparecessem, para dizer: "Houve essa situação. Eu sugiro isso, eu sugiro aquilo etc." Ouvir, botar em debate a situação, para ver qual era a posição dos oficiais-generais na Marinha. E não houve isso. Para mim, digamos, foi um erro tático deles. Então ficamos divididos. Eles tomaram a posição e o resto dos almirantes não tomou posição nenhuma, ficaram lamentando só.

I.F. - Eu acho que nisso ficou alguma ferida. Porque o almirante Rademaker nunca perdoou muito essa situação e nunca se acertou muito com o presidente Castelo Branco. Ficou uma mágoa muito grande.

A.A. - Não, o Castelo Branco parece que tentou atraí-lo. Quando houve vaga de ministro do Superior Tribunal Militar, eu tenho idéia de que o Castelo Branco mandou convidar o Rademaker para assumir um posto lá como ministro, ser nomeado ministro. Ele não aceitou.

I.F. - É, ele nunca perdoou muito a situação.

A.A. - Não, e ele não aceitava... O Rademaker não aceitava qualquer coisa que pudesse ser para se beneficiar pecuniariamente, ou coisa que o valha. O Rademaker era um oficial de uma independência admirável. O Rademaker era comandante do *Duque de Caxias*, porque... Eu tenho uma admiração por ele muito grande, como tenho por quase todos os meus colegas de turma. E sabia das dificuldades em que ele vivia, com uma família com muitos filhos etc. Ele nunca pediu nada. E tinha que se nomear o comandante do *Duque de Caxias*. Eu estou contando isso porque ele está falecido. E o almirante Guillobel tinha que escolher um capitão-de-fragata para comandar o *Duque de Caxias* em viagem de instrução. E eu cheguei para o almirante Guillobel e disse: "Almirante, eu teria vontade, se fosse possível, que o senhor nomeasse o meu colega Rademaker para comandante." Diz ele assim: "Ótima idéia. Manda preparar, manda fazer o decreto." E o Rademaker foi nomeado para comandar o *Duque de Caxias* em viagem de instrução. O comando era de capitão-de-fragata.

Bom, o navio saiu em viagem de instrução e estava em Marseille quando ele foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra. E passaram-se uns vinte ou vinte e tantos dias e, quando é um belo dia, vem um telegrama do Rademaker: "Havendo sido promovido a capitão-de-mar-e-guerra e estando até agora no posto abaixo daquele que me cabe como capitão-de-mar-e-guerra, porque a classificação do navio é comando de fragata, solicito de Vossa Excelência me exonerar do cargo que estou ocupando..."Quer dizer, ele ia deixar de estar fazendo uma viagem no estrangeiro, onde ele estava ganhando muito bem, para vir embora porque ele não se ajeitava a ficar numa situação... ele, capitão-de-mar-e-guerra, comandando um navio que era comando de capitão-de-fragata. Aí mostrei o telegrama, levei o telegrama para o almirante Guillobel e disse: "Olha aqui, almirante, o Rademaker não pode continuar porque a Diretoria do pessoal se esqueceu de trazer esse problema etc. E a solução é essa: é mudar a classificação do navio. Passar o navio, em vez de comando de fragata, a comando de mar-e-guerra e está solucionado o..."Então manda preparar o expediente." Eu preparei. Então: "Referência a vosso etc. Comunico que a classificação do navio já passou a ser de capitão-de-mar-e-guerra, cessando todas as razões que determinaram o pedido de exoneração de Vossa Senhoria etc." E assim foi. Mas ele pediu logo a exoneração dele porque não era lugar de...

I.F. - Posto de acordo.

A.A. - E eu vi oficiais aceitarem essa situação constrangedora e ficarem porque estavam ganhando mais. Nenhum se insurgiu, reclamou, nem nada. E ficaram e não foi alterada a lotação nem nada, e eles ficaram tranqüilamente no posto abaixo.

I.F. - Mas então voltando a 64. Quer dizer, houve essas crises todas e... Como é que chegou a notícia do levante do dia 31 de março lá nos Estados Unidos?

A.A. - Bom, chegou... Eu não tive surpresa. Eu não tive surpresa porque eu já tinha dito que o governo não agüentava. Mas aquilo, de um modo geral, foi uma... bomba, digamos assim. Porque quando cai um governo, a gente não sabe o que vai ser depois, quem é que está se propondo a governar. a gente não sabe direito. Ninguém conhecia Castelo Branco, ninguém conhecia a junta. Eu sabia que era uma junta militar, depois é que foi escolhido o Castelo Branco.

I.F. - É.

A.A. - Mas não sabia o que estava na cabeça da junta, também.

I.F. - E o senhor achava que havia reação, ou não foi surpresa também o negócio ter caído assim rapidamente?

A.A. - Como?

I.F. - Porque foi decidido em pouco tempo. Quer dizer, houve o levante, o Jango foi embora...

A.A. - Foi embora.

I.F. - Não houve luta maior, não houve nada, mudou o governo...

A.A. - Bom, eu já esperava. Agora, aquilo era uma situação decorrente daquela crise que foi feito bola de neve; foi crescendo até que houve o derrame completo. Mas eu esperava. Três dias antes, eu estava almoçando com o Duque Guimarães, que era adido naval e tinha sido meu chefe de gabinete, e disse: "Isso, dentro de uma ou duas semanas, esse governo não se agüenta, o governo cai." Eu já tinha sido sondado... Eu já tinha sido sondado até para voltar para o Ministério. Eu disse que eu não sabia fazer milagres. A gente sentia que a coisa estava periclitante mesmo.

I.F. - Mas o senhor pensava que ia haver luta, que ia ter uma reação?

A.A. - Eu pensava que ia haver... que o governo ia se desgastar e ele não ia ter mais condições de governar. Ou pelo movimento armado, ou pelo próprio Congresso, que podia chegar...

I.F. - E aquela marcha em São Paulo, "Com Deus, pela liberdade", teve repercussões grandes lá, o senhor soube?

A.A. - Qual?

I.F. - Aquela marcha que teve em São Paulo uns dias antes, que foi o povo todo na rua contra o governo.

A.A. - No tempo do João Goulart?

I.F. - Ainda, no finalzinho.

A.A. - Aquilo nós não tivemos uma idéia exata da grandiosidade. Tivemos a notícia da marcha, mas a gente não... Os jornais, cada um noticia... bota cem mil pessoas, bota cinquenta mil, você não sabe direito. Bota a fotografia do estádio do Vasco, a gente pensa que é gente. Imprensa aqui é um negócio meio complicado, não é? De modo que a gente tem que se acostumar a ler nas estrelinhas, de acordo com a índole do jornal; separar o que pode ser verdade e o que pode ser exagero, não é?

I.F. - Agora, o senhor já conhecia o presidente Castelo Branco, ou não conhecia?

A.A. - Não, não. Conhecia muito o filhinho dele, o Paulo.

I.F. - O Paulo?

A.A. - O Paulo foi ajudante-de-ordens do almirante Guillobel quando era chefe do Estado-Maior da Armada. De modo que já conhecia o Paulo. Mas o Castelo Branco, não, não tinha relacionamento grande com ele. a não ser... Quando foi...? Eu só vim pessoalmente, assim, a ter idéia dele, quando estive aqui parece que o príncipe ou o rei da Bélgica, numa recepção aí no Copacabana, em que ele já era presidente da República. Eu estava na recepção quando eu vejo aquela figura se dirigir a mim para vir me cumprimentar. Foi aí que eu vi; era uma figura que a gente reconhece em qualquer lugar, não é?

I.F. - Ah, é.

A.A. - Então me saudou muito afetuosamente etc. Foi esse o contato que eu tive com... a idéia que eu tenho do Castelo Branco. Por falar nisso, hoje vi o grande cantor e apreciador de ópera, o Simonsen. Veio no elevador comigo. E ele, como político etc, me saudou muito afetuosamente. Eu vi logo quem era; disse: "Boa tarde, ministro." Primeiro me estendeu a mão logo. Não sei com quem ele me achou parecido, se foi com o Cantinflas, com quem foi.[risos]Mas me estendeu a mão. E eu o cumprimentei, disse: "Boa tarde, ministro." E ele subiu, ficou no 11º. Não sei o que ele veio fazer aí.¹ Ele é um grande cultor da ópera etc., conhece clássicos como gente grande.

I.F. - É. Mas aí, o que o senhor achou do governo Castelo Branco e do AI-1?

A.A. - Como?

I.F. - O que o senhor achou da posse do Castelo Branco, da escolha dele, do governo...

A.A. - Bom, a escolha foi uma contingência do momento, não é? Chegaram à conclusão de que ele era o mais indicado. Ele... naturalmente tomaram as opiniões no Congresso, tudo isso, e saiu o nome dele. Porque realmente ele era um militar de valor. Não era só militar, ele era homem que, vendo depois, era um homem de grande cultura geral, tudo isso, não é? Agora, só conheci o filho dele, o Paulo. Mas ele pessoalmente, não.

V.A. - Ministro, eu queria voltar àquela carta precatória que o senhor disse ter recebido...

¹ Esta entrevista foi gravada na Fundação Getúlio Vargas, local de trabalho de Mário Henrique Simonsen.

A.A. - Não me enrasque, não me comprometa! [risos]

V.A. - Eu queria saber se o senhor soube de outros oficiais que teriam recebido a mesma carta.

A.A. - Houvessem... Não, não tenho idéia, não.

V.A. - O senhor acha que foi só o senhor que recebeu?

A.A. - Ah, não sei, não posso dizer porque... Eu recebi a carta precatória: não sei se mais algum oficial estava em condições também de receber. Acredito que outros tivessem recebido - que não estivessem no Rio - para evitar movimentação do transporte etc., para vir depor, prestar esclarecimento como testemunhas no Rio, tivessem recebido a carta precatória para responder. Cada um naturalmente com perguntas diferentes, de acordo com a condição, com o juízo que eles estavam fazendo. Mas acredito que não tivesse sido a única, não.

P.R. - O senhor teve alguns oficiais que serviram no gabinete do senhor que foram penalizados pelos atos...

A.A. - Foram prejudicados, a maior parte foi. A maior parte foi... Ou no momento, ou remotamente, mas eles sofreram preterições, eles foram se afastando. Só um ajudante-de-ordens, ou dois ajudantes-de-ordens meus estão fazendo carreira. Os outros todos foram sendo afastados: ajudantes-de-ordens, oficiais de gabinete etc.

V.A. - Como o senhor se sentiu ao ver esses oficiais serem cassados... Enfim?

A.A. - Eu lamentei, porque eu tinha sido também um pouco responsável. Fiquei até chateado de não ter sido cassado. [riso] Porque eu não fui cassado, e os meus comandados foram... Não digo totalmente; não foram cassados, mas foram prejudicados. Mas isso eu também fui. Porque embora não seja direito... Eu cheguei a vice-almirante e, como vice-almirante, o governo achou que eu não era o tipo de almirante que eles precisavam para ser almirante-de-esquadra e eu fui preterido e pedi transferência para a reserva.

P.R. - Isso ainda no governo Castelo Branco?

A.A. - Não, não. Eu fui preterido no governo... É, foi no governo Castelo Branco, é.

P.R. - Aí o senhor foi para a reserva já no posto de almirante-de-esquadra?

A.A. - No posto de almirante mesmo, acima de almirante-de-esquadra. Porque eu tinha direito a...

P.R. - Ah, tem esse posto na Marinha?

A.A. - Tem. Agora extinguiram. Mas havia o posto de... é o equivalente a marechal.

P.R. - Ah, sim.

A.A. - Mas é estabelecido que, em caso de guerra etc., esse posto é preenchido. Mas houve uma circunstância qualquer em que esse posto passou a vigorar para transferência para a reserva. Então, como os oficiais que chegavam a almirante-de-esquadra não eram aquinhoados com mais uma melhoria, então criaram esse posto de almirante e de marechal. Tanto que, para efeitos legais, quando eu pedi transferência para a reserva, que eu fui para a reserva... O decreto diz o seguinte: "O presidente da República resolve: promover a almirante-de-esquadra e transferir para a reserva no posto de almirante." Nos oficiais-generais seria: "... resolve: promover a general de Exército, na ativa, e transferir para o posto de marechal." Isso por efeito de remuneração. Porque a Constituição não permite que o oficial na reserva tenha uma remuneração superior à que ele ganharia na ativa. Então, sendo promovido a almirante-de-esquadra, o oficial, quando passa para a reserva, vai auferir os proventos de um posto acima. Mas foi por isso que foi criado... Eu fui promovido a almirante-de-esquadra na ativa.

E é curioso, porque, alguns anos depois, eles resolveram... Os oficiais que chegassem a almirante cinco estrelas, como nós chamávamos, ou a marechal, tinham direito a uma gratificação de 20% sobre os proventos. E eu recebia essa gratificação. Quando foi um belo dia, no governo Médici, veio uma ordem da presidência da República mandando cortar esses 20% a que eu tinha direito e mais outros oficiais-generais nas mesmas condições que eu. Porque eles achavam que só os oficiais que tinham chegado a almirante-de-esquadra e permanecido no posto, que tinham sido promovidos a almirante-de-esquadra para exercer a função, é que tinham direito. Mas o negócio... Era direito expresso em lei, porque o regulamento de remuneração, a lei de remuneração, estabelecia que quem chegasse... Não diz como chegou. Quem chegasse a marechal ou a oficial almirante tinha direito aos 20%.

E eu fiquei sem receber os 20%, mas nós estávamos num regime de força e nós não tínhamos condições de ir para o judiciário. Então esperamos até... Porque o advogado também não aceitava a situação, porque o Judiciário estava... O juiz cairia na desgraça etc., se resolvesse contra o governo. Então no governo Geisel, em que já estava havendo a abertura, um advogado aceitou essa causa. Mas há uma peculiaridade bem brasileira. Ele disse: "Bom, eu aceito a causa. Isso é um direito expresso em lei, os senhores têm direito a isto. Mas se eu fizer um processo só dos trinta e tantos que vão reivindicar isso... Chega um processo dessa altura para o juiz; os juizes não querem se aborrecer em ler isso e botam lápis vermelho, indeferem e está tudo perdido. De modo que tem que dividir de quatro em quatro." Isso é eminentemente brasileiro. Eu estou contando isso aqui como entrevista, não cabe bem, mas é o retrato de situações do Brasil. E eu fui da segunda fila dos quatro. Os primeiros quatro que tiveram parecer favorável... Tem que ser unanimidade. Depois a minha turma - como eu sempre tenho muita sorte, graças a Deus - teve parecer favorável. Depois outras turmas têm tido pareceres desfavoráveis, não têm por unanimidade e volta... Mas umas cinco turmas já tiveram parecer favorável. Eu tive parecer favorável por unanimidade e passei a receber os 20% e fazer jus aos atrasados etc.

I.F. - Quer dizer que esse autoritarismo refletiu em todos os sentidos.

A.A. - Como?

I.F. - Esse autoritarismo no governo Médici refletiu em todos os setores. Inclusive nessa questão dos juizes não quererem pegar essa briga, vamos dizer assim.

A.A. - Como? Ah, não. Os ministros não pegavam...

I.F. - Não, o senhor disse que estava num regime de autoritarismo e que, no governo Médici, não conseguiu nem entrar com esse processo porque os juizes não queriam pegar.

A.A. - Não, não queriam pegar porque eles não se sentiam com autoridade suficiente para resolver contra o Executivo. Porque o Judiciário deve ser perfeitamente independente.

I.F. - Exato.

A.A. - É de supor que seja, não é?

I.F. - É de supor.

A.A. - Mas na realidade há esse jeitinho... os juizes não querem se indispor com a autoridade do Executivo. E os advogados não queriam - não eram os juizes. Os advogados, porque não tinham confiança na isenção de ânimo dos juizes; eles iam sentar o pau e não adiantava nada.

V.A. - Ministro, a que o senhor atribui essas cassações e represálias, aos que trabalharam no seu gabinete enquanto ministro?

A.A. - É que nós ficamos malvistos com a situação corrente. Quer dizer, há uma espécie de ingerência política na área militar. Então os oficiais ficam em... - como é que se chama? - ficam em situação de incompatibilidade. Não são de grande confiança para o governo que está. Eles temem um processo de conspiração ou de negação de autoridade, tudo isso.

V.A. - O senhor acredita que eles teriam, que haveria esse perigo?

A.A. - Eu não acredito, não. Não acredito, não.

I.F. - Isso foi só pelo fato do senhor ter feito parte do gabinete parlamentarista...

A.A. - Quer dizer, passamos a ser suspeitos. Não quer dizer que nós fôssemos, que executássemos qualquer coisa. Mas havia suspeição, havia temor, digamos assim.

I.F. - Só pelo fato do senhor ter sido ministro do governo parlamentarista.

A.A. - Do governo parlamentarista. É um processo de prevenção, de defesa etc. Eu, quando assumi o Ministério, não pensei nisso, em absoluto. Eu, justamente procurei dar comissão a todo mundo e dei a todos os oficiais-generais. Não tinha oficial-general que não tivesse comissão.

I.F. - Agora, dentro da Marinha, qual era o órgão que fazia essas cassações e que mandava essas punições, essa coisa toda?

A.A. - Como? As cassações?

I.F. - Dos oficiais de Marinha...

A.A. - Ah, bom. Eu não estava aqui quando houve isso em massa. Mas houve um inquérito... Acho que de plano mesmo eram cassados. Mas houve um inquérito geral na Marinha, cujo presidente era esse almirante Luís Clóvis de Oliveira, a que eu já me referi, para fazer uma inspeção em todos os elementos da Marinha que fossem julgados com capacidade de se incompatibilizar com o governo.

I.F. - Isso tinha alguma coisa a ver com o Cenimar e com o SNI?

A.A. - Eu não sei, não. Pode ser que tivesse, mas eu não sei.

I.F. - Não sabe de onde partiu isso.

A.A. - Não sei de onde partiam essas indicações para as inquirições, não sei.

I.F. - Porque houve também muita questão pessoal nisso também, não é?

A.A. - Havia e muita. Houve muita. Tem oficiais que foram cassados sem saber como, sem saber como nem por quê. Oficial como o Enio Moura Vale, um oficial de grande...

[FINAL DA FITA 31-A]

A.A. - ... de grande valor, foi meu oficial de gabinete, que era minha ligação com o Congresso. Ele está trabalhando em São Paulo muito bem, está muito bem pecuniariamente. Podia ser oficial para qualquer Marinha. Ele foi cassado sem saber por que, o que ele... Não sabe o que ele fez que tivesse gerado a necessidade dele ser cassado.

V.A. - E ele respondeu a algum questionário?

A.A. - Não sei porque nem estava aqui. Ele foi cassado naquele movimento que abalaram a República naquela época...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. - Porque parece que nesses processos de cassações tinha alguns casos em que eles preparavam uns processos enormes e as pessoas não se davam nem ao trabalho de folhear e olhar. Porque se fossem folhear, não tinha nada. Eram questões pessoais mesmo.

A.A. - É possível. É questão de simpatia... Achavam... julgavam de plano, como eu ouço falar às vezes. E mandavam embora e pronto. Então é o regime do absolutismo.

V.A. - Como é isso de plano. O que quer dizer isso?

A.A. - É o absolutismo, não é? Achava que não merecia, não podia estar... "*L'Etat c'est moi*", do Luís XV. E pronto, estamos conversados. Julgava e não tinha que dar satisfação a ninguém e pronto.

I.F. - E quais foram os oficiais mais ligados ao senhor que sofreram cassações?

A.A. - Bom, mais ligados a mim, os oficiais do meu gabinete, não é? Alguns; não foram cassados todos. Mas todos, de um modo geral, com exceção de dois ajudantes-de-ordens, foram sofrendo restrições nas promoções.

I.F. - Quase todos foram perseguidos.

A.A. - É.

I.F. - Então, todo pessoal que teve alguma ligação com o governo João Goulart sofreu represália.

A.A. - Devia ter sofrido.

V.A. - Esses dois que são a exceção, por que eles são a exceção?

A.A. - Acredito que por sorte, ou porque os elementos que podiam prejudicá-los na época tinham simpatia por eles, não prejudicaram. Porque as promoções... Tem uma comissão de promoções que é quem escolhe, quem avalia o mérito de cada oficial. E porque eles serviram em lugares em que tiveram informações muito favoráveis, tudo isso, juntou essa coisa toda, dá um resultado positivo e eles foram promovidos.

I.F. - Agora, as cassações começaram ainda no tempo do Comando Supremo da Revolução, antes da posse do Castelo Branco.

A.A. - Foi, aí.

I.F. - Começou com o AI-1, que foi no dia 9 de abril. E isso foi continuando o tempo todo...

A.A. - Foi. Era válida sempre a cassação; ou no momento, e remotamente continuou. O próprio Ernesto Melo Batista foi cassado. Até numa cassação toda especial. Não sei se conhece o caso.

I.F. - Não.

A.A. - Foi uma cassação muito curiosa, fora do padrão. Porque o Melo Batista foi cassado por um ano.

I.F. - Existe isso?

A.A. - Existe. Tanto existe que o Castelo aplicou. Foi cassado por um ano.

I.F. - O Melo Batista foi ministro dele?

A.A. - Foi ministro dele. Foi cassado por um ano.

P.R. - Mas acho que pelo AI-5 do Costa e Silva, não é?

A.A. - Não, não, acho que não. Não posso garantir. Mas ele foi cassado por um ano. Eu creio que foi pelo Castelo Branco.

P.R. - Não, acho que foi pelo... Aliás, nem pelo Costa. Tenho impressão que foi aquela junta que substituiu o Costa.

A.A. - Não, não foi a Junta. Foi o Castelo.

P.R. - Foi o Castelo?

A.A. - Foi o Castelo, que tenho certeza. Se não foi o Castelo, foi o Costa e Silva. Mas tenho mais impressão que foi o Castelo.² Foi cassado por um ano e com a seguinte situação: um ano depois de cassado, a Marinha faria a apreciação da pessoa do Ernesto Melo Batista para ver se devia ser confirmado o afastamento dele da Marinha ou não. Um negócio meio humilhante, eu me admiro como é que ele aceitou. E um ano depois, um ano depois dele cassado, foi confirmada... O julgamento da Marinha achou que ele devia continuar afastado da Marinha. E ele continuou afastado da Marinha.

V.A. - E por que ele foi cassado?

A.A. - Ele foi cassado porque andou pegando umas prisões e andou se insubordinando contra a autoridade do presidente da República. Essa é que foi a razão. Porque ele se insurgiu contra a autoridade do presidente da República.

V.A. - Do Castelo?

A.A. - Acho que foi o Castelo. Aí veio então o negócio da cassação por tempo determinado; que eu me lembre, foi por um ano. Ele ficou um ano de castigo para ser julgado depois pela Marinha se ele devia voltar ou não. E o mais curioso é que a Marinha achou que ele não devia voltar.

I.F. - Aí fica dado como morto, não é isso, nessas cassações?

A.A. - Não, não. Ele ficou passado, recebendo os proventos etc. Ele não foi... As cassações... a demissão da Marinha, a demissão do serviço...

I.F. - É, porque teve uns casos que foram dados como mortos...

A.A. - Esse foi um caso de demissão da Marinha, demissão da Marinha. Houve caso de demissão da Marinha. Esses, os dependentes ficaram recebendo...

I.F. - Como viúvas.

² Melo Batista foi suspenso de suas atividades pelo período de um ano, em 16 de outubro de 1969, com base no Ato Institucional n.º 17, durante a gestão da Junta Militar que antecedeu o governo Médici.

A.A. - O montepio.

I.F. - É.

A.A. - Mas não foi o caso dos cassados normalmente. Eles eram transferidos para a reserva sem direito a promoções a que tivessem direito; sem promoção. Foi o caso do Suzano, do Sílvio Mota.

I.F. - Eles são então automaticamente mandados para a reserva. E teve os casos mais graves...

A.A. - De demissão.

I.F. - ... que aí eram inclusive considerados como mortos, as viúvas deles, vivas, ficavam recebendo a pensão...

A.A. - Sem direito a casar.

I.F. - Exatamente. [risos]

A.A. - Nós temos uma legislação especial: uma viúva que não pode casar.

I.F. - Exatamente. [risos] Foi uma questão bastante complicada. E qual é o apanhado geral que o senhor faz hoje desse período que nós tivemos, desses governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici?

A.A. - Eu acho que o Castelo Branco foi um governo com menos dificuldade que os outros. Porque o Castelo Branco estava em lua-de-mel com a opinião pública. Então ele se cercou muito bem, ele tinha um *staff* muito bom. Era o Roberto Campos, que, aliás, foi operado agora. Tinha gente muito boa. E tudo o que ele fosse fazendo com aquele regime de austeridade tinha todo mundo ao lado dele. Agora, acho que ele foi infeliz em várias coisas. Agora, eu creio... no meu julgamento, eu gostei mais do governo do Médici. O governo do Costa e Silva é um governo bom, porque o Costa e Silva era um homem bom. Mas não era um homem, digamos, do estofado nem do Castelo Branco, nem do Médici. Eu conheci o Médici pessoalmente nos Estados Unidos porque ele era adido militar, foi adido militar, e eu era chefe da Junta Interamericana de Defesa, e ele era ligado a mim e eu tinha uma admiração muito grande por ele.

I.F. - Ah, os senhores estiveram juntos lá nos Estados Unidos?

A.A. - Estivemos juntos. Ele era general-de-brigada e eu era vice-almirante. E eu era chefe de delegação e ele era membro da delegação. Porque eu era mais antigo do que ele, eu era um posto acima do dele, eu era chefe da delegação.

I.F. - O senhor ainda estava lá nos Estados Unidos, quando houve a eleição... Ah, não, já estava aqui de volta: quando houve a eleição aqui no Rio, em que foi eleito Negrão de Lima; em Minas, em que foi eleito Israel Pinheiro, em Mato Grosso, em que foi eleito Pedro Pedrossian e outros, enfim... Mas essas três eleições trouxeram uma crise bastante grande. O senhor lembra disso?

A.A. - Me lembro, o Negrão de Lima.

I.F. - Principalmente Negrão de Lima e Israel Pinheiro, não é?

A.A. - Porque primeiro apareceu a eleição do Negrão... Antes vinha o Lott, lembra-se?

P.R. - É.

I.F. - Exatamente.

A.A. - Antes apareceu o Lott. O Lott era uma pedra no sapato, porque... Mas a questão de Deus é brasileiro, o Lott depois não podia ser eleito porque o título dele era...

I.F. - De fora.

A.A. - Era de Teresópolis.

I.F. - De Teresópolis, é.

A.A. - Então ele foi alijado. Depois, então, como recurso, finalmente, chegou o Negrão de Lima, e eu acho que nós tivemos uma grande sorte. Porque o Negrão de Lima era um homem de qualidades especialíssimas e foi um governador muito bom. O Rio de Janeiro muita coisa boa deve ao Negrão de Lima. Inclusive o alargamento da avenida Atlântica - deve a execução da parte dele. Porque esse alargamento da avenida Atlântica inicialmente se deve ao almirante Guillobel.

I.F. - Ah, é?

A.A. - É. É o seguinte: nós estávamos preparando a base naval lá de Aratu, na Bahia - que, depois do almirante Guillobel, só quem foi continuar fui eu. Porque os outros ministros não mexeram uma palha; quem foi continuar fui eu.

I.F. - É uma belíssima base, eu conheço aquela base lá.

A.A. - Mas o almirante Guillobel estava com o projeto da base e tinha um perfil da posição do cais, de acostamento, da construção do dique, daquilo tudo. E ele queria saber se, de acordo com aquele projeto, aquilo, quando fosse posto em realidade, se o sistema de correntes e marés no local não iria gerar a criação de um banco, de coisa qualquer, naquela área. Então teria que se sugerir uma outra alteração no perfil daquela costa. Então havia uma sociedade francesa de Grenoble que era especialista nesses estudos.

I.F. - Questão de mares, não é?

A.A. - De marés, de corrente, de perfis de costa, tudo isso. Então mandou chamar esse laboratório, digamos assim. E veio esse laboratório, veio um dos diretores para examinar isso. Então eles se comprometeram a fazer o estudo como o almirante Guillobel queria: Nessa conversa, o almirante Guillobel perguntou ao diretor: "Escuta aqui, vocês alargam a avenida Atlântica?" Ele disse assim: "Nós podemos alargar e podemos fazer desaparecer. [risos] É questão de escolha." "Então vamos fazer o

seguinte..." - mandou... O Carlos Vital era o prefeito. Ele mandou, com uma carta, o diretor lá de Grenoble com a idéia de alargamento da avenida Atlântica. Esse processo foi para a prefeitura... governo lá. Foi para lá e ficou. No tempo era o prefeito. Ficou lá, aquele negócio ficou arquivado. E o João Carlos Vital, por causa de uma taxaço que ele quis fazer sobre notas fiscais, não sei mais o quê...

P.R. - Projeto Mil.

I.F. - Abandonou o governo, não é?

A.A. - Ele acabou tendo que deixar o governo, que, aliás, era um homem de grande valor, grande engenheiro...

I.F. - É, depois nós precisamos conversar sobre ele, na próxima vez.

A.A. - Então aquilo ficou lá. O tempo passou, a administração do Rio foi se sucedendo até que veio o Negrão. Quando veio o Negrão, que se dava muito bem com o almirante Guillobel etc., o almirante Guillobel lembrou isso ao Negrão para procurar aquilo. E o Negrão então se animou com a idéia e foi desarquivar aquilo. Aí mandou lá a parte técnica dele estudar e tudo isso. Então se animou para fazer, se convenceu de que podia alargar. Ele não utilizou mais o laboratório de Grenoble, pegou um outro laboratório que já existia também, português, de que eu não me lembro o nome, não sei qual foi. E chamou. E esse laboratório, então, é que alargou a avenida Atlântica. Porque o de Grenoble era ligeiramente diferente: eles iam criar, parece, no extremo do Forte de Copacabana e mais no outro extremo do Leme, um certo enrocamento.

V.A. - O quê?

A.A. - Enrocamento: é colocação de pedras grandes etc., uma espécie de cais submerso, para alterar o regime de correntes. E esse português não fez. Não sei se conseguiu recursos para, mudando o perfil, resolver o problema das ressacas, tudo isso. Mas foi feito e está aí, a avenida Atlântica está alargada. Mas foi lembrança do almirante Guillobel, que o Negrão executou com muito felicidade.

I.F. - Mas a crise da posse dele: o que o senhor me diz disso?

A.A. - A crise da posse dele... O que eu posso dizer? Eu via com simpatia a idéia da candidatura dele. Agora, o Carlos Lacerda era um homem de muita força, de muito... uma capacidade de catequese, de convencimento etc. E o candidato dele não era pessoa que se desprezasse.

I.F. - O Flexa Ribeiro.

A.A. - Era o Flexa Ribeiro. De modo que eu via a coisa com...

I.F. - Mas isso aqui no Rio. E teve problema em Minas com a posse do Israel Pinheiro.

A.A. - Ah, o de Minas, de Israel Pinheiro, essa parte toda eu não acompanhei, não.

I.F. - Parece que aí começou a ter um atrito entre o Costa e Silva e o Castelo Branco.

A.A. - E o Castelo Branco. Eu não sei. Desse atrito eu não tomei conhecimento.

I.F. - Porque o Costa e Silva era o ministro da Guerra e foi contra a posse, não é isso, Plínio?

P.R. - É, houve uma insurreição na Vila Militar.

A.A. - Ah, sim.

P.R. - E o Costa foi lá para apaziguar.

A.A. - Eu não tenho idéia.

P.R. - Aqueles capitães do ESAO.

A.A. - Do ESAO, sei.

I.F. - E parece que foi daí que surgiu a exigência do Costa e Silva de sair presidente da República, não é? O acerto que ele fez...

A.A. - De sair o quê?

I.F. - Desse atrito que houve, e Costa e Silva parece que disse: "Está bem, eu cedo, mas em compensação vou ser o presidente da República."

A.A. - Ah... A troca de idéias, não é?

P.R. - É.

I.F. - O senhor não soube disso, não.

A.A. - Não, não soube não. Eu imaginei que fosse trabalho grande do Andreazza. Eu acho que o Castelo Branco subestimou o adversário. Porque acho que a idéia do Castelo Branco seria um Roberto Campos desses. Mas ele subestimou e não trabalhou a área militar. Quando ele viu, já estava e...

I.F. - O Costa e Silva.

A.A. - O Costa e Silva já estava carregando o andor, e ele aí não podia quebrar o santo.

I.F. - Porque inclusive parece que a escolha do Costa e Silva trouxe também problemas, não é? Porque houve uns almirantes que foram contra...

A.A. - Do Costa e Silva...

I.F. - Não é, Plínio?

P.R. - Esse problema dos almirantes foi depois do governo dele. Foi quando ele já estava no final e entrou a Junta. Eram umas cartas...

A.A. - Ah, foi depois.

P.R. - ... de Melo Batista e do almirante Saldanha da Gama, em que eles denunciavam os familiares do Costa e Silva como autores de favorecimentos em concorrências, em função de serem parentes do presidente da República.

A.A. - Mas já foi no fim...

P.R. - Foi no fim. Da Marinha eu sei que houve esses dois pronunciamentos.

A.A. - Não, eu tenho idéia da Marinha do problema na escolha do Médici. Aí é que eu tenho idéia de ter havido um...

P.R. - Foi nesse período.

A.A. - Foi nesse período, da escolha do Médici.

P.R. - Exato: o Saldanha da Gama era presidente do Clube Naval e tinha uma revista chamada *Galera*.

A.A. - *Galera*. E aí foi uma tristeza.

V.A. - Uma tristeza?

A.A. - É, porque causou a exoneração do diretor da Escola. Porque esse meu colega, o Saldanha da Gama, o José Santos Saldanha da Gama, é um sujeito formidável, mas muito... sem medir a consequência de certas coisas. E ele então... Os alunos da Escola Naval foram pedir a ele a impressão dele da Escola Naval. E ele deu a impressão da Escola Naval, no nosso tempo, a mais desfavorável possível. Meteu o pau na Escola Naval, nos professores, no ensino... E o diretor da Escola não leu as declarações do almirante Saldanha, não podia imaginar que aquilo fosse acontecer. E o Saldanha já era ministro do Superior Tribunal. O resultado: a corda estourou pelo lado mais fraco. Foi responsabilizado - que eu achei erradamente - o diretor da Escola Naval, que era um oficial de grande valor, o Serpa. Foi exonerado da Escola Naval como punição por ter deixado a revista - que foi criada por nós, pela nossa turma, *A Galera* - publicar aquelas declarações, aquela entrevista do José Santos Saldanha da Gama. Porque todos nós reclamamos coisas na vida da Escola etc. Mas no fim, todos nós temos saudades daquela vida de Escola. Eu, por exemplo... A escola tinha alguns professores ruins, uns professores muito rigorosos, outros mais fracos etc., mas os aspirantes eram tratados à vela de libra no nosso tempo. Eram cento e tantos alunos, mas eram tratados praticamente como filhos. O almirante Isaías, por exemplo, era diretor rigorosíssimo, mas um diretor paternal. Ele tomava conta da gente como se fossem filhos. De modo que eu só posso... Eu, se fosse entrevistado, teria dito coisa muito diferente da dele. Mas ele virou a mesa. E aquilo foi uma coisa séria: uma revista dos aspirantes, ministro do Superior Tribunal declarando aquilo da Escola Naval do nosso tempo... O diretor da Escola é que pagou, - que eu sou contra esse negócio. Se não podia punir o ministro do Superior Tribunal..., mas o diretor não era passível da punição que sofreu. E ele acabou pedindo transferência para a reserva e já faleceu. Mas ele, coitado, o Serpa... era um hidrófago também. Porque o Saldanha é hidrófago também. Mas o Serpa, coitado, foi

afastado da Escola. Porque o comando da Escola, a direção da Escola é de contra-almirantes. É uma comissão de muita responsabilidade e muito atraente, muito bonita, porque é lidar com a formação mental daquela mocidade que vai se amoldando, como nós fomos no início da nossa profissão. Mas o Saldanha explodiu.

Esse caso do meu colega, teve uma ocasião... Ele era imediato do navio *Almirante Saldanha* e houve um problema lá... Ele era imediato e houve um problema com o comandante, uma coisa qualquer. E o almirante Guillobel era ministro, fez umas apreciações sobre o comportamento de Saldanha sem dizer o nome etc. Porque o almirante Guillobel achava que o imediato tem que ser de uma fidelidade ao comandante à toda prova. Porque tem que ser, tem que ser um conjunto que... A gente tem que trabalhar para o chefe, não é? E o Saldanha ficou chateado e fez uma carta para o almirante Guillobel e a carta estava pesada à beça. E eu era subchefe do gabinete, ou chefe do gabinete; ele veio me mostrar. Veio me mostrar e eu li; digo: "Saldanha, se você quiser ser preso, você entrega essa carta. Se você não quiser ser preso, você mete essa carta no bolso e não discute mais esse assunto. Porque você vai ser preso." [risos] Ele rasgou a carta e não disse nada.

Mas ele é muito explosivo. Ele é um homem assim: uma ocasião, quem salvou o Saldanha foi um oficial do Exército. Tem sempre um oficial do Exército numa porção de coisas e um navio inglês no mar. [risos] Aqui no Brasil tem sempre um oficial do Exército, mas no mar aparece sempre um navio inglês! E o Saldanha... Dia 1º de Maio - na época daquele movimento de exaltação do proletariado, aquela coisa... Parece que não estavam arrumados em sindicatos... E o Saldanha - era um dia feriado, que era 1º de Maio - ia passando pela avenida de manhã, e naquela época se usava chapéu. E o Saldanha ia passando e vê aquela horda de proletários caminhando e o Saldanha andando tranqüilamente pela avenida. Aí vira-se um daqueles operários, disse: "Tira o chapéu! Ele foi, virou-se assim: "Vem tirar!" "Vem tirar." Veio um mundo de gente em cima dele para tirar o chapéu, para meter o pau nele. Aí apareceu um oficial do Exército, [risos] puxou o revólver e aí agüentou aquele negócio e o Saldanha saiu ileso daquilo. Mas vejam só o temperamento dele. Desafiou logo o pessoal para vir tirar um chapéu! [risos]

I.F. - Gostava de confusão. [risos]

V.A. - Isso foi quando?

A.A. - Isso foi... Eu não me lembro o ano. Nós éramos tenentes. É difícil lembrar os anos, porque quase que os séculos já estão falando, sabe? [risos] Não são os quarenta séculos das pirâmides do Napoleão! [risos] Então, hoje...

I.F. - Então vamos encerrar por hoje, não é?

P.R. - Vamos.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

19ª Entrevista: 13.08.1986

P.R. - Almirante, da vez passada nós falamos muito a respeito do governo Médici e o senhor estabeleceu algumas contradições a respeito desse governo, focalizando, de um lado, o seu aspecto autoritário e, por outro lado, o senhor disse também que tinha uma boa impressão desse mesmo governo - provavelmente não deve ser desse setor... E nós gostaríamos, então, que o senhor nos dissesse em que ponto o senhor julgou que esse governo foi positivo.

A.A. - Eu julguei o governo do Médici favoravelmente - a minha apreciação... Eu achava que ele foi um bom presidente, porque, por uma razão ou outra, ele conseguiu estabilizar e melhorar as condições econômico-financeiras nacionais - na minha opinião. Nós tivemos o processo inflacionário decrescente e chegamos, parece, até a 15 ou 18%, não me lembro quanto foi. Ele pegou uma época muito difícil da subversão. Ele pegou a época em que se seqüestram embaixadores, se fazia chantagem de todo jeito, pondo em risco a segurança desses homens, e ele conseguiu - de uma forma que eu considero hábil porque foi coroada de êxito - fazer com que esses embaixadores fossem libertados etc. E depois, quando ele aplicou certas punições, que veio o regime da chantagem, de apreensão, e pedindo fazer trocas etc., ele conseguiu fazer aquelas trocas e mandar aquele pessoal para fora, completamente banidos do país, mas ele salvou a vida desses homens que estavam sendo vítimas dessa subversão que estava assolando o país. E ele conseguiu debelar praticamente.

Nesse movimento há, então, os contras. Mas tem que haver, eu acho que não se pode fazer omelete sem quebrar ovos. Então a polícia, o sistema de repressão teve que ser forte. E essa fortaleza... Há os que se excedem em violência e há violências que eu acho que são necessárias. Porque de outra forma não se resolve o problema. Pensando em termos religiosos e... - como é que se chama? - direitos humanos, nós estamos atravessando essa época atual é a mesma. E não queremos implantar a pena de morte... Eu acho que é uma necessidade; nós achamos que somos mais civilizados do que os outros. Mas, hoje, eu, o senhor, a senhora, nós estamos condenados à morte, se tivermos um azar da sorte de deparar com um cidadão desses... eles nos condenam à morte. E por que nós não condenamos esses cidadãos?

E ele naquela época teve que aplicar violência para reduzir e extirpar aquele movimento. E quando ele passou o governo eu tenho a impressão que estava serenado. Agora, há oposição ao governo dele. Aliás, todos os governos têm sempre uma parte de oposição. Não era simpático - a punição, o castigo etc., não é simpático, nunca é agradável. Mas essas punições, esses castigos, até existem de pai para filho. E eu acho que era uma necessidade. Eu acho que eu faria a mesma coisa, por isso eu aprovo. Agora eu acho que em contrapartida nós tivemos uma remuneração disso que foi o estabelecimento e uma certa tranqüilidade. E que depois, então, já o resto... Outro presidente que veio podia mudar tudo isso. Mas ele conseguiu apaziguar - na minha opinião -, conseguiu apaziguar e acalmar aquela atmosfera de agressividade confiante numa impunidade que ele cortou.

I.F. - É, porque a pena de morte para os casos de subversão e tudo isso apareceu exatamente no tempo da Junta Militar, quando da doença do Costa e Silva.

A.A. - Foi do Costa e Silva que decretou? Acho que foi.

I.F. - É, quando ele adoeceu, teve a Junta Militar...

A.A. - Mas eu creio que ele nunca aplicou, nunca foi aplicada mesmo no Brasil.

I.F. - Eu acho que não.

A.A. - Nunca foi.

I.F. - Nunca foi aplicada.

A.A. - Mas eu digo a pena de morte para crimes... não crimes políticos, para esses crimes que... Estava lendo agora: uma moça grávida foi agredida, estuprada etc. E amanhã esse bandido é preso, vai se ver se o bandido tem canjica de manhã, se estão aplicados os direitos humanos a ele, se ele pode passear. Eu não tolero isso, francamente não tolero. Eu acho isso completamente contra-indicado. Nós temos que aplicar a pena de morte no Brasil.

I.F. - Mas se a Justiça aqui, a gente vê falar muito, pelo menos... Eu não entendo muito de Justiça, mas vê falar que a Justiça nem prende.

A.A. - Mas tem a Lei Fleury, que a polícia nessa...

I.F. - Não levam nada a sério. Como é que essa mesma Justiça vai condenar à morte?

A.A. - Ah, bem. Mas paralelamente à pena de morte tem que haver um processo judiciário que se recomende, que inspire, que se faça acreditar, não é? Porque a nossa Justiça é precária. Por várias razões. inclusive por falta de meios, não é? Agora, a própria legislação impede a Justiça. Essa Lei Fleury, eu considero isso um absurdo, que agora o presidente da República está querendo alterar aquilo. Mas então não se pode prender mais de jeito nenhum?! Isso tem tolhido, isso tem até corrompido a polícia. Porque a polícia é mal paga; a polícia é... digamos assim, não tem uma escola de polícia com tempo, que solidifique esse conceito do policial. Eles são apanhados aí sem formar mentalidade, nem nada. Então o que acontece? A polícia vai perdendo o estímulo de arriscar a vida. A gente vê todo dia polícia morrendo. Quantos polícias têm morrido em defesa minha, da senhora, de todos nós? Agora, chega um certo ponto em que o policial chega à conclusão de que não adianta: ele vai se corromper também, porque não acontece nada com o corrupto. Ele vai também entrar na senda do crime, porque é mais rendoso e muito mais bem apreciado do que o outro. Quando um sujeito comete um crime, todo mundo tem pena do criminoso. Ninguém se lembra da vítima. Este é o quadro atual que nós estamos atravessando. Nós temos mais pena... aparece a mãe do criminoso, aparece tudo. Na vítima, ninguém pensa nela, nos órfãos que elas deixaram. Essa senhora que morreu, que ia ter um bebê dentro de três ou quatro meses... Quem é que recompensa isso? Agora, esse homem é preso amanhã, aparece logo com um advogado. Ele confessa que matou, faz o diabo, conta quinhentas histórias e ele não pode ser preso porque não foi preso em flagrante. Então tem todos os direitos, direito...

[FINAL DA FITA 31-B]

A.A. - ... direitos humanos todos estão a favor dele. Os direitos dessa vítima não aparecem. Eu sou um revoltado contra isso. Eu acho que nós não podemos querer ser mais civilizados do que a América do Norte, do que a Inglaterra, porque eles têm a pena

de morte. Outro dia eu estava vendo na Manchete um crime nos Estados Unidos de umas moças que mataram uma senhora. Não sei se viu isso.

I.F. - Não.

A.A. - Para julgamento... Quem estava vendo a passagem toda dessa criatura que está condenada à morte que é uma moça de 18 ou 20 anos... Mas lá empurraram o pau porque lá os estados têm uma autonomia grande, têm estados que aplicam a pena de morte. Aplicaram a pena de morte, ela recorreu agora. Então, quem estava assistindo, vendo os antecedentes, como se passou a coisa, que juízo fazia: se condenava à morte ou não. Eu, por exemplo, que estava assistindo, empurrava logo a cadeira elétrica em cima dela sem mais considerações. [riso] Matou uma senhora de setenta e tantos anos; entrou, a senhora não sabia o que era, abriu a porta... Ela com mais dois comparsas, que liquidaram a senhora, deram trinta ou quarenta facadas nessa pobre senhora. Agora, aqui já se via os direitos humanos desse pessoal, não é? Em que podia salvar o agressor. A senhora já tinha morrido, não adiantava nada, não vai ressuscitar, que não era Jesus Cristo.

P.R. - Agora, como o senhor explica esses problemas todos, esse tipo de criminalidade - por exemplo, seqüestros, guerrilha rural, guerrilha urbana, estupro, e outras coisas mais, assaltos a bancos -, que não existiam antes de 1964?

A.A. - Eles não existiam antes de 1964 porque acho que as condições de vida eram diferentes. Porque está mudando tudo, está se alterando, está se alterando para uma forma de violência cada vez maior. Agora, eu acho que há uma série de elementos que estimulam isso. Um deles é o cinema, outro é a televisão com os filmes de violência, fazendo dos assaltantes uns heróis. Antigamente essas coisas que se passavam, esses contos, essas novelas, esse troço todo, eles se passavam sob a forma romântica. Hoje, não; hoje a forma é de uma exibição de coragem, de desafiar a morte. Então isso vai gerando na criança... Porque a televisão, por exemplo, penetra no lar das pessoas. Nenhum lar, de modo geral, proíbe a criança de ver naqueles horários de censura. As crianças dormem até tarde, estão assistindo àqueles filmes todos, àquela violência. E sangra, e fura, e mata, e liquida, e combates daqui, dali, metralhadoras. Isso tudo as crianças já vão se formando - principalmente as menos amparadas, os menores abandonados; eles vão vendo e vão querendo imitar. Vai se formando a mentalidade agressora. Nós estamos formando, se já não formamos.

I.F. - Agora, também, o senhor veja o seguinte: num país... Uma miséria extrema que nós sabemos que existe aqui. O que essas pessoas têm a perder? Elas vão para o crime, porque viver nas condições em que vivem...

A.A. - Elas não têm nada a perder. Mas a questão é que antigamente... elas não viam o romance tecido em torno dessas pessoas que não têm nada a perder, que tinha a recompensa. Antigamente, não; não havia isso.

I.F. - Uma criança criada na miséria extrema, sem saúde absolutamente nenhuma, sem instrução e sem possibilidade de ter instrução, pelo menos de imediato, passando fome... Vai assaltar, porque, se for morto num assalto, ou viver do jeito que vive, qual a diferença?

A.A. - Bom, a questão é a seguinte: Nós vamos acabar chegando á conclusão que a culpa disso tudo é a sociedade. Mas o que se tem passado é o seguinte: é que os governos se têm descurado da população. Têm se preocupado mais com a política do que, realmente, com a administração, com os problemas administrativos de desenvolvimento nacional - nesse setor populacional. Então, o resultado: a miséria está crescendo. Não se controla a natalidade de um país que não tem condições para sustentar as pessoas que já existem. Os padres se metem e acham que não se deve controlar a natalidade porque tem que nascer, porque Deus disse: "crescei e multiplicai-vos." Então está uma multiplicação indiana, uma multiplicação chinesa. Isso tudo está trazendo... esses problemas vêm aparecendo agora. Mas eles já começaram antes.

Eu me lembro que eu fiquei impressionado... Eu fui assistir... O presidente Vargas era convidado para assistir a conferência sobre uma coisa ou outra etc. E ele não podia ir, evidentemente, e mandava um representante. Geralmente era o ajudante-de-ordens de serviço que ia. Eu fui a uma conferência em que se debatia esse problema do menor abandonado. Então já se considerava como escândalo o fato de São Paulo e Rio de Janeiro... O levantamento dava no Rio de Janeiro e em São Paulo mais ou menos cento e tantos mil menores abandonados. Isso hoje são milhões, não é? Não sei. Mas eram cento e tantos mil menores abandonados. E havia um estudo - daqueles elementos que estavam fazendo a conferência - da relação que havia entre os menores abandonados e o comparecimento e a prisão dos elementos para os cárceres. Então a maior parte dos criminosos condenados, a origem era menor abandonado. Mas eram cem mil naquela época. São Paulo não tinha os milhões que tem hoje, mas já tinha milhões, se não me engano. Mas, de qualquer jeito, a origem era o menor abandonado. Agora, é natural que ninguém se preocupou com isso e a coisa foi crescendo e chegou à situação atual. Agora, a origem é o menor abandonado. Agora, como acabar com o menor abandonado? É um problema social que eu não tenho a receita para dar. Mas as autoridades, o governo é que tem que cuidar disso. Em vez de cuidar de outras coisas, de sambódromo, de querer fazer coisas de exibição e não se aprofundar nesses problemas nacionais.

I.F. - De uns anos para cá, o Brasil está com cada vez menos gente muito rica e muita gente muito pobre. Quer dizer, está se concentrando a riqueza na mão de um número cada vez menor de pessoas. E a esperança de vida, de educação, de saúde para a grande massa da população é nenhuma.

A.A. - Está havendo falta de colégios... Porque, por exemplo: quando eu cursei a escola pública - que o meu pai era pobre e não podia pagar colégio particular desde o início -, as escolas públicas... as aulas começaram às nove horas da manhã, cantando o Hino Nacional, e nós saíamos do colégio às quatro horas da tarde. Hoje a permanência do aluno no colégio é de três horas, parece, porque já tem que dar lugar para outra turma, não é?

I.F. - Então o senhor está defendendo a idéia dos CIEPs aí, dos "brizolões"... Porque é essa a idéia.

A.A. - Não, mas naquela época não precisava de pistolão.

I.F. - Digo as "brizolões" os CIEPs.

A.A. - Os 'brizolões' dizem que são para os mais protegidos; os outros não têm instrução. Mas naquela época era assim. Isso foi mudado por causa dos governos que foram se corrompendo, essa é que é a verdade. Os governos foram pensando em tratar dos seus assuntos particulares, dos seus interesses pessoais e dos seus apaniguados, e foram largando a população entregue a si mesma. E o resultado está chegando a isso: a um excesso de miséria tremendo que não se pode resolver da noite para o dia. Quer dizer, é preciso que haja... Nós estamos na época dos pacotes. É preciso que haja um pacote nacional, que atinja as áreas todas estaduais, para ver se se corrige isso, se se acaba com isso.

Agora, um elemento que eu acho importante é o controle da natalidade. Porque isso aqui está virando uma Índia. Porque parece que há uma relação muito grande, entre a miséria e a multiplicidade dos seres. Nos lugares como a Índia, como a China... Como o pessoal se reproduz! A China já está com bilhões, é um negócio... a população da China é uma barbaridade. Mas não são países de grande prosperidade social, de nada; são países de miséria, de dificuldades. Mas aí é que o pessoal se multiplica mais. No Brasil o que está se multiplicando mais é o pessoal da miséria. Porque a família constituída, ela padroniza, organiza, a sua família. Mas essa gente sem recursos não organiza coisa nenhuma.

I.F. - E a religião também influi muito aí, não é?

A.A. - Bom, a religião também. A religião católica... Não sei se as outras, mas o que eu vejo.. Eu sou, digamos assim, formado sob o catolicismo, mas eu vejo o que os padres dizem, tudo isso: é o "crescei e multiplicai-vos." Eles condenam qualquer tendência, qualquer preocupação de controle da natalidade. Agora, eles acham que a natalidade cresce etc., e o governo que resolva.

I.F. - Mas também a igreja foi contra ao divórcio, e o governo liberou o divórcio.

A.A. - Como?

I.F. - A Igreja também fez uma campanha enorme contra o divórcio.

A.A. - Contra o divórcio.

I.F. - E quando quiseram, saiu o divórcio.

A.A. - Saiu o divórcio.

I.F. - Ninguém ligou para a Igreja. Então...

A.A. - Agora, não sei se as condições em que o governo teve a coragem de fazer o divórcio - que foi o Nelson Carneiro o pai dessa coisa... E foi um divórcio meio...

I.F. - Meio fajuto.

A.A. - Meio maroto etc. Não sei como é que vai controlar a natalidade desse jeito. Agora, tem que haver um artifício qualquer, não é? Pode ser pela declaração de imposto de renda... [risos]

I.F. - Mas a verdade é que a Igreja faz pressões em determinados momentos e, quando resolvem que não adianta, não adianta mesmo e...

A.A. - Mas é preciso criar mentalidade no Brasil... a psicose da necessidade da limitação da natalidade. Porque não dá; do jeito que nós estamos nos multiplicando... E nós nos jactamos de termos a população crescendo, já estamos com duzentos milhões, não sei quê, e vamos por aí afora. E cada vez nasce mais. O nascimento, a fabricação agora é em série. Antigamente o negócio era artesanal e tal. Agora é em série. [risos]

I.F. - Mas voltando aqui ao nosso período Médici. O senhor está falando que teve que ter essa repressão violenta. Agora, foi uma época em que o DOI-CODI, Operação Oban, tudo isso, ficaram muito fortes, não é?

A.A. - Como?

I.F. - Operação Oban - Operação Bandeirantes -, DOI-CODI... As instituições mesmo falam muito - eu não conheço - sobre a força do Cenimar na repressão... O que o senhor soube disso tudo?

A.A. - Eu não tenho... não acompanhei bem isso, essa parte. Eu já estava na reserva e a minha participação era mais de espectador, digamos assim. Quando a gente está no serviço ativo, aquilo está dentro da nossa esfera de atividade. Eu já estava afastado da Marinha e me limitava muito... Ler jornais e saber que estava passando etc. Mas o problema não me atingia, porque esse problema, quem está no serviço ativo, ele sente de perto isso. Ele tem diálogo com esses elementos todos que organizaram, que participaram e que executaram esses planos. Eu, na época, já estava afastado; não tinha uma grande participação. A minha apreciação era toda de espectador. De forma que eu não posso assim...

I.F. - E parece que saiu muito dinheiro para essas organizações. A Operação Bandeirantes tinha muito dinheiro, um investimento grande. Um movimento para militar mesmo.

A.A. - Porque essas operações, eu tenho a impressão, eles fogem ao panorama, ao horizontal dos orçamentos. E são verbas especiais - no fim não tem que prestar conta. Porque realmente há uma série de providências que o sujeito não pode prestar contas. Então se permite uma desonestidade muito grande. Pode não ter havido, mas é possível que tenha havido também. Então elas saem muito mais caras do que seria necessário. Porque o fato de não precisar prestar contas ser - como o que é que chamam isso? - a fundo aberto... Tem umas expressões econômicas aí...

P.R. - Fundo perdido.

A.A. - Fundo perdido. [risos] Eles então se aproveitam... uma porção de elementos... fazem contas que não têm mais medida. E o governo faz os créditos especiais etc. e vai cobrindo aquilo e não presta contas a ninguém. Nem o Tribunal de Contas tem conhecimento disso. Porque o Tribunal de Contas tem um conhecimento de várias coisas muito limitado. Eu tenho um exemplo, gozado até: quando eu fui presidente da Comissão de Marinha Mercante, o resultado da minha administração só chegou, parece, quase vinte anos depois. Aí é que eu cheguei, passei no vestibular e tive o resultado de

que tudo estava certinho. Mas se tivesse uma dúvida, eu nem sei como é que eu ia explicar. Porque os meus auxiliares já nem sei onde é que estavam e ninguém se lembrava mais de coisa nenhuma. Mas esses negócios de verbas secretas etc., ninguém presta conta de coisa alguma. Então é preciso que haja uma mentalidade honesta na execução, e tente haver uma fiscalização relativa.

I.F. - Agora, a tendência é entregar esses grupos, vamos dizer assim, autoritários, que controlam a segurança, isso e aquilo, a pessoas meio fanáticas, o senhor concorda?

A.A. - Como?

I.F. - Entregar esse... a pessoas meio fanáticas, que vão atrás até o fim da repressão, não sei o quê. Qual é o controle que o governo tem sobre isso?

A.A. - Ah, eu não sei porque eu não participei disso. Não tenho idéia de como possa ser esse controle. Naturalmente ele é pelo processo de delegação de poderes, não é? É um processo de confiança, digamos assim.

I.F. - Porque parece que as pessoas eram presas e ninguém mais sabia onde estavam, o que tinha acontecido. Pelo menos não diziam para ninguém.

A.A. - Deve haver inúmeros casos assim. Vai tudo por conta da necessidade do sigilo. Aí é uma série de artifícios e de recursos que escapa ao controle do chefe supremo.

P.R. - Durante o governo Médici, o preço internacional do barril de petróleo era de três dólares. Então os compromissos do Brasil para a importação daquele excedente que não é produzido pela Petrobrás... ficava relativamente barato para o Brasil. E o que se dizia naquela época, então - e isso era muito difícil de constatar, porque a censura não permitia assim maior acesso às fontes de informação - era que a Petrobrás passou a claudicar muito no tocante aos investimentos na prospecção de petróleo porque julgava que era mais barato comprar no exterior o barril a três dólares a unidade, do que propriamente investir grandes somas de capital na prospecção aqui. Ocorre que em outubro de 1973, depois daquele conflito entre Israel e Egito, o último conflito, os países árabes resolveram quadruplicar o preço do petróleo: foi para 12 dólares o barril. E aí os compromissos do Brasil, realmente, também quadruplicaram. Então, nesse caso, a crise econômica, segundo se diz, começou a partir daí. O senhor tem assim alguma idéia a respeito...?

A.A. - Parece que começou aí e acho que devia começar aí. Porque realmente nós passamos a ter os nossos compromissos internacionais uma escala de quatro, cinco, seis vezes maior, e foi num crescente tremendo. Mas esse problema é interessante porque me faz lembrar a situação quando eu era ministro da Marinha. Porque eu resolvi comprar e adquirir todo o óleo para a movimentação dos nossos navios diretamente da Petrobrás.

P.R. - Eu me lembro disso.

A.A. - Nós nos abastecemos através das empresas que forneciam, as intermediárias. Eu achei isso um absurdo e resolvi fazer então um negócio direto. E o presidente da Petrobrás que era o Manga... acho...

P.R. - Francisco Mangabeira.

A.A. - ... Mangabeira, ele estava intimidado. E disse: "Mas o senhor vai fazer isso? O senhor consegue fazer?" E eu digo: "Eu vou fazer, eu vou fazer. Vou adquirir, vou abastecer os navios etc. diretamente com a Petrobrás. A Petrobrás é um elemento do governo, por que eu vou pegar um intermediário?" E fiz. E até tenho fotografias do primeiro navio - se não me engano até era do Lóide - recebendo, e eu abrindo o volante para o óleo jorrar por intermédio da Marinha diretamente. E foi realizado. Apesar de temer que a Mangabeira estava tendo de que eu fosse dominado pela força do capital interessado nessa coisa.

E pensei também no seguinte... Sempre me preocupou o problema do petróleo. Porque eu já estava partindo de ver na Europa, em todos esses países que não tinham o petróleo..., esses países tinham os carros todos de pouco consumo, porque eles eram importadores. Era tudo carro pequeno, e nós, aqui, era tipo de carro americano grande, de grande potência etc., que nós importávamos. E nós não nos preocupávamos com o consumo. Eu achava isso um absurdo. Isso me preocupava enormemente. Eu então comecei a pensar até na exploração do xisto. Porque nós tínhamos xisto e do xisto podia-se extrair... Mas aí eu fui derrotado, porque era o caso. O xisto ia sair caro e eu não tinha elementos - eu era apenas ministro da Marinha - para chegar e criar uma forma de estimular, embora nós tivéssemos que pagar mais pelos derivados de petróleo obtidos através da destilação do xisto. Mas eu fui vencido porque não dava... a concorrência era difícilíssima. E o interesse de consumo nacional não permitia que se explorasse o xisto, que nós tínhamos na área do Rio Grande, por aí afora, em uma porção de lugares. Mas nós dormimos muito no ponto nessa coisa. Nós esbanjávamos petróleo. E porque era barato - custava menos que uma garrafa de água mineral. E nós não pensamos no dia de amanhã. Não sei se lembra dessa comparação.

P.R. - Lembro muito.

A.A. - Uma garrafa de água mineral era mais cara do que um litro de gasolina, quer dizer, um derivado de petróleo transportado já. Porque nós não tínhamos nem refinarias. Era transportado, já vinha na forma etc. E, no fim, saía mais barato do que uma garrafa de água mineral. Nós chegamos a esse absurdo.

I.F. - Eu lembro que em 73, 74, o mundo inteiro já estava racionando o consumo de petróleo e da gasolina. Saiu até uma reportagem da rainha da Holanda andando de bicicleta... E aqui no Brasil continuava à tripa forra.

A.A. - Nós continuamos, como continuamos no problema da borracha também - nunca nos preocupamos, estimulando o plantio da borracha em outros países... Estamos fazendo o café também, não é? - que acabou a África do sul cultivando café, e nós hoje temos que nos associar a esses produtores de café. Porque o Brasil era o grande produtor de café. Mas nós estimulamos o plantio de café em outras áreas do planeta e nunca ligamos a isso. Nós sempre ligamos o problema atual, nunca pensamos no remoto. Não há o prever para prover. Não há essa mentalidade. Pelo menos não havia - não sei, porque eu estou afastado da administração há muitos anos. Mas eu, quando acompanhava, me emocionava muito com esse problema nosso, essa falta de previsão, essa falta de respaldo no... Porque nós, na Marinha, nas Forças Armadas: "Se queres a paz, prepara-te na paz para a guerra." A preocupação é nos preparar para uma

eventualidade futura, e não esperar que aconteça para a gente se preparar, não é verdade? Eu tive problema com o João Goulart - não sei se eu já contei aqui -, que cheguei para ele, numa discordância de problema de nomeação etc., e disse: "Presidente, eu estou pensando na guerra - é o que eu tenho que pensar. Eu estou pensando na guerra, de modo que eu estou trazendo a solução desse problema para o senhor. Eu não estou sabendo se vai haver a guerra hoje, se vai haver... Mas eu tenho que estar preparado."

I.F. - Agora, o senhor acha que esse desligamento dos políticos é por que? É porque é alienado mesmo, ou por interesses outros que empurram?

A.A. - Eu acho... É triste, mas nós não temos maturidade política. Eu acho que nós não temos maturidade política. Talvez precise séculos para nós adquirirmos. Porque nós nascemos, fomos criados num eldorado. Porque esse continente, o novo continente é um eldorado. Aqui tem tudo, não é? É aquele negócio do Vaz de Caminha: "Plantando, dar-se-á nela tudo..." Então nós encontramos isso. Nós não conhecemos as dificuldades dos países europeus, desses outros países já civilizados. Então nós achamos que tudo cai do céu. Não temos essa preocupação. Até hoje, apesar das vicissitudes, nós ainda não temos maturidade política. Nós só pensamos no dia de hoje e achamos que chega, que é o suficiente.

Esse é o meu pensamento atual. Eu sou, como se diz, um cético nesse assunto. Acho que nós ainda não conseguimos ter a política de que nós precisamos. A politicagem existe em abundância. Mas o sentimento político, que é a filha da moral e da razão, [riso] esse nós ainda não temos, não. Não temos. São os cambalachos, é o regime de cambalachos que a gente vê aí de todo jeito, sem pensar no país. Quando a gente vê uma eleição nos Estados Unidos, vê uma convenção... Aquilo é uma coisa bem séria. Pode não ser totalmente, mas é sério que eles podem ter como gente adulta. Nós ainda estamos engatinhando nesse assunto. Pode ser que seja pessimismo meu, mas é como eu penso.

I.F. - Agora, o senhor me diz o seguinte: nós tivemos aqui um regime, vamos dizer, autoritário, que foi o tempo do presidente Vargas, de 30 a 45. Onde não havia o exercício da política. Quer dizer, houve toda uma geração cortada nesse sentido. E depois, vamos ter uma repetição de 64 a 84..., por aí. Quer dizer, outra geração que foi cortada. Porque política é um exercício, é um aprendizado.

A.A. - É um exercício, é claro.

I.F. - O senhor não acha que esses regimes autoritários impediram muito esse amadurecimento político?

A.A. - Impediram em parte. Mas eles surgiram por causa da falta de maturidade política. Porque o que se passa é o seguinte...

I.F. - O senhor veja o seguinte: eu votei para presidente da República no Jânio. Quer dizer, as pessoas um pouquinho mais moças que eu nunca votaram. Essa moça³ nunca votou.

A.A. - Não, só em clube de futebol. [risos]

³ Refere-se à entrevistadora V.A.

I.F. - Quer dizer, há uma falta de aprendizado político. O senhor não acha que isso influencia também na consciência política?

A.A. - Há. Mas esses intervalos surgiram por falta da maturidade política anterior, que levou elementos vários a achar que daquele jeito não podia continuar. Porque se houvesse um certo respaldo, um certo respeito pela política, por parte dos políticos, eles resolviam o problema, porque o Congresso é soberano. Então o Congresso chegava... O presidente da República está se excedendo, está sendo desonesto ou por isso, ou por aquilo, eles podem decretar o impedimento. Mas eles não decretam nunca o impedimento. Há uma sociedade, há uma maçonaria dentro... uma conceituação de maçonaria dentro dos políticos, que eles não se hostilizam individualmente. A não ser quando eles sabem que aquilo fica lá dentro. Por isso é que eu sou... eu penso muito na solução para o Brasil o regime parlamentarista. Porque aí eles mesmos fazem cair o governo, eles mesmos elegem outro, e nós, acho que poderemos fugir dessas interrupções com a intervenção militar. Nós agora já estamos querendo preparar os militares para intervir outra vez.

I.F. - É?

A.A. - Já. Os próprios políticos estão querendo que os militares que estão na inatividade possam fazer manifestações, possam se pronunciar contra isso, contra aquilo etc. Porque eles acham que o militar na inatividade está desligado completamente da vida militar, quando não está. Eu preendi o meu colega Sílvio Heck três vezes porque estava na inatividade. Mas ele positivamente, por ser almirante, estava agitando a consciência nacional. E já estão querendo isso. Quer dizer, eles mesmos estão trazendo os militares, para, digamos, o amor à politicagem, para se imiscuírem na vida política do país, quando o militar deve ser grande mudo. E nós não conseguimos chegar a isso porque não nos deixam. Isso é que eu acho: acho que os próprios políticos têm interesse em procurar... Amanhã vão procurar um general para ser presidente da República, não tenha dúvida. Amanhã, quando houver uma dissidência, um troço, procura de um general, um almirante, um brigadeiro, para ser presidente da República, para carrear o apoio militar. Nós não fazemos nada no meio político a não ser pensando na possibilidade do militar intervir. O político não pode pensar nisso.

I.F. - Quer dizer que o senhor é a favor de um fortalecimento da Câmara e do Senado, porque a tendência brasileira é um fortalecimento do Executivo.

A.A. - Tem que se conscientizar de que ele é uma força. Agora, para eles serem uma força sadia, não uma força de auxílios mútuos, como geralmente está sendo. Eles têm que ver... Se o governador, se o presidente, não presta, decreta o impedimento dele! O caso do Nixon nos Estados Unidos... Aqui tinha que haver uma revolução. O próprio partido do Nixon, quando chegou à conclusão de que o Nixon estava incompatibilizado com o governo, o Nixon caiu. Caiu por quê? Porque os políticos fizeram o Nixon cair. Mas aqui não caía, aqui tinha que haver um golpe.

I.F. - E o que o senhor achou do AI-5, que fechou Câmara, Senado, tudo?

A.A. - Eu achei que o AI-5 foi resultado de um desafio do Congresso ao Marechal Costa e Silva. Porque tinha havido aquele deputado que tinha se desmandado - é sempre o problema militar -, ofendendo o brio das Forças Armadas, conclamando a população

para intervir, para desfeitar os militares etc. Eu estou dizendo um pouco do que o Rademaker me contou. [riso] E então o que aconteceu? O Costa e Silva resolveu pedir licença ao Congresso - que é preciso - para processar o Márcio..., não é?

I.F. - Márcio Moreira Alves, Marcito.

A.A. - Moreira Alves. E aí, uma série de políticos... que eu não lembro os nomes, mas quando eu entregar aqueles rascunhos do depoimento - um desafio do Rademaker... Havia compromisso de vários políticos, inclusive o senador Krieger...

I.F. - Daniel Krieger?

A.A. - Daniel Krieger, que se comprometiam a dar apoio ao Costa e Silva nesse assunto. Bom, o Costa e Silva é surpreendido com a negação da licença, para o nosso deputado ser processado, inclusive desses que tinham assumido compromisso com ele. Quer dizer, é um negócio violento. [riso] O camarada...

[FINAL DA FITA 32-A]

A.A. - O camarada, o chefe do governo chega, sai do Exército, e acredita na palavra dos políticos etc., e, no fim, dá aquele bolo. Isso me faz lembrar até... A inocência nossa, militar, é grande. Isso me faz lembrar o caso que aconteceu comigo: quando nosso colega Floriano Faria Lima foi indicado pelo presidente Geisel para assumir o governo do Rio de Janeiro, vieram me perguntar o que eu achava dele. Eu digo: "Olha, ele tem capacidade profissional, intelectual etc. para ser presidente..."

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.A. - Então me perguntaram o que eu achava dele. Eu disse então que ele podia ser governador, tinha capacidade intelectual para administrar o estado do Rio de Janeiro, como qualquer estado do Brasil. Agora, achava o seguinte: que ele, quando fosse pegar a parte política, se metesse no amaranhado político, ele ia se sentir como uma madre superiora numa casa de prostitutas. [risos] E parece que se sentiu, porque ele não conseguiu se identificar com o meio político. Porque o negócio... Não há palavra, não há acordo, não há nada. Eu tenho um medo, digamos, um temor... não tenho confiança no nosso meio político. Acho o meio político muito fora da realidade que nós esperamos dele.

I.F. - Quer dizer, o senhor acha que o militar é um tanto ingênuo?

A.A. - Ingênuo, eu acho.

I.F. - O senhor acha então que dentro da corporação não existe política - a corporação militar?

A.A. - Pode haver política, mas acho que política com o P um pouco tendendo para o maiúsculo.

I.F. - Porque são corporações muito grandes: Exército, Marinha, Aeronáutica - muita gente. Quer dizer, deve ter cargos, deve ter posições, que têm que puxar um pouco para a politicagem, não é?

A.A. - Pode haver... Mas politicagem, mesmo, não há, não.

I.F. - Não há, não.

A.A. - Não sei se é porque o meio militar ainda é pequeno. Porque o meio militar não é tão grande assim. Então quase todos nós nas várias corporações, nos conhecemos mais ou menos. Não digo profundamente, mas nos conhecemos mais ou menos, porque a nossa vida via passando por um filtro muito grande. As nossas promoções vão passando por um julgamento sucessivo por elementos completamente diferentes. Nós somos julgados permanentemente. O nosso comportamento é julgado permanentemente. Pode parecer ditatorial, mas não é. É da formação, é necessidade da formação militar.

I.F. - E é essa formação que o senhor acha que faz com que o militar seja um tanto ingênuo em relação à política?

A.A. - Fica meio ingênuo porque ele acredita muito, e tem que acreditar. Ele acredita muito na palavra. Quer dizer, quando um chefe dá uma ordem, a gente não vai... Pode ponderar, pode apresentar uma dificuldade qualquer para ele resolver, mas a gente tem que cumprir. Não vai se negar a cumprir. Quando há dúvida, a gente pede ordem por escrito.

V.A. - O senhor disse que na corporação militar haveria uma política com tendências a um P maiúsculo. Por quê?

A.A. - Porque eu acho que para enfatizar a política e separá-la da politicagem. A ação política é filha da moral e da razão, não é? É nessa que eu penso. [riso] E não politicagem; a politicagem está em todo lugar aí.

I.F. - Um grupo assim fechado, que eu não conheço profundamente, mas que eu tendo a comparar um pouquinho com as Forças Armadas é a Igreja. Existe uma hierarquia dentro da Igreja, existe uma obediência rígida... Uma coisa que vive também um pouco mais isolada. Agora, dentro da Igreja tem uma politicagem danada, não é?

A.A. - Bom, eu não posso dizer assim. Pode ser que haja, mas eu não tenho ligação... praticamente não tenho ligação com o clero. A minha formação religiosa é muito decorrente do fato da minha mãe ser uma criatura... além de ser maravilhosa, ela era altamente religiosa. Ela é que nos ensinava a religião, tudo isso. De modo que nós ficamos com isso. A minha religião é mais de crença na minha mãe do que no resto. [risos] De modo que eu sou católico pela graça de Deus e da minha mãe.

Aliás, a religião é uma coisa muito importante nos Estados Unidos. Primeira coisa que eles fazem questão é da religião. E a Constituição americana diz... Não estou falando a religião católica, mas a religião. Parece que a constituição americana diz assim - no

começo da constituição: "Nós constituímos um povo religioso." Isso é a primeira coisa que eles dizem. E eles são religiosos realmente.

Agora a religião, eu acho uma necessidade. Mas, se há política, por exemplo, no clero, havendo esse... Mas eu acho que o politicagem está... Não havia anteriormente, não. Politicagem no clero... eu tenho a impressão que ele era muito mais saudável. Ele, com essa transformação dos sistemas de governo... os governos socialistas, governos comunistas etc. têm mexido um pouco com a orientação do nosso meio católico, dos nossos padres etc.

I.F. - Porque o senhor veja que o Vaticano tem cargos importantes, tudo isso, que eles disputam muito lá dentro. E a própria escolha dos papas é um negócio que tem muito de política, não é?

A.A. - É, tem que sair aquela fumacinha.

I.F. - Exatamente. Quer dizer, tem muita política e política que mexe com o mundo inteiro, não é?

A.A. - Mexe.

I.F. - Não é à toa que o atual papa é...

A.A. - Bom, o Vaticano é um Estado, não é?

I.F. - Exatamente.

A.A. - Tem representantes aceitos em todos os países etc. Mas eles têm sofrido também as influências dessas transformações políticas, dessas doutrinas políticas que estão ocupando o planeta. É comunismo, socialismo... Agora temos aqui até o - como é? - o socialismo moreno, não é? [risos]

I.F. - É.

A.A. - E vai por aí afora. Os ismos...

I.F. - Ministro, o senhor foi para a reserva em 66.

A.A. - Em 65.

I.F. - 65?

A.A. - É, eu fui... 64, 65. Fui em 65, no dia 14 de dezembro.

I.F. - E aí o senhor veio fazer o quê?

A.A. - Eu comecei a pensar em prendas domésticas. Porque eu...

V.A. - O senhor já era casado?

A.A. - Eu já.

V.A. - O senhor casou quando?

A.A. - Eu casei em agosto de 64, parece.

V.A. - Depois que o senhor voltou dos Estados Unidos, então?

A.A. - Foi. Aí é que eu casei.

I.F. - Aí começou a pensar em prendas domésticas, quando foi para a reserva?

A.A. - Prendas domésticas e adido naval em Copacabana. [risos] Aí é que eu comecei a ver... Aí é que eu comecei a me preocupar se a lâmpada estava queimada, se a torneira estava vazando...

I.F. - Para terror da sua mulher, não é? Porque homem em casa...

A.A. - Não, não. Como eu estava em casa, ela apelava para mim. Eu é que tinha que ver... começou a dividir as atribuições: "Não, isso é com você." Se a máquina de lavar roupa não está funcionando, se a tomada está falhando etc. Isso tudo passou a ser para mim. Porque ela, de eletricidade, não entende nada. Então eu sou o técnico. [risos]

I.F. - Porque eu conheço uma senhora que diz que quando o marido chegou em casa e disse "Me aposentei", ela disse: "Ah, é? Mas o horário continua o mesmo: sai às oito e volta às seis. Porque homem em casa, de jeito nenhum." [risos] Mas o senhor aí não foi trabalhar mais?

A.A. - Não. Aí, depois, eu passei a trabalhar um tempo... Quando veio a administração do Rademaker, que o Rademaker começou a querer renovar o material flutuante etc., e o Renato trabalhava nessa...

I.F. - Lá nessa empresa que o senhor falou.

A.A. - Nessa empresa. Então aí o Renato me convidou para trabalhar como assessor dele...

I.F. - Como era o nome da empresa mesmo?

A.A. - Era Bramoto.

I.F. - Bramoto. E o senhor trabalhou diretamente ligado ao Renato Archer.

A.A. - Ao Renato Archer e ao Charles Riid.

V.A. - Charles...

A.A. - Charles Riid, que era brasileiro, hein? Brasileiro e maranhense e comia carne-de-sol.

I.F. - A sede do escritório era aqui no Rio?

A.A. - Tinha escritório aqui no Rio naquele prédio da Legião Brasileira de Assistência. Era o terceiro ou quarto andar. Tinha os escritório ali.

I.F. - Ali perto do Santos Dumont?

A.A. - Perto do Santos Dumont, é certo.

P.R. - O senhor ficou lá muito tempo?

A.A. - Fiquei uns cinco, seis anos. Até vir a época em que nós começamos a pensar... A Marinha começou a pensar na nacionalização da construção naval, que era uma necessidade, não é? E isso chegou ao ponto de quando começaram a construir as fragatas, então o contrato já previa a construção de duas fragatas no governo do Médici... Construção de duas fragatas feitas aqui no Brasil para preparar a mão-de-obra no Arsenal de Marinha. E agora já estamos nacionalizando praticamente a construção naval. Não só o Arsenal, mas parece que os estaleiros agora... Essa companhia de estaleiros Verolme já estava com uma encomenda para fazer a fragata. Uma parte - não há nada 100% nacional, nem na América do Norte -, uma parte de equipamentos tem que ser importada. Nós, por exemplo, as nossas fragatas era equipadas com um sistema de ataques de torpedos que só a Austrália tem. Então esse sistema de torpedos especiais - tem um nome determinado - é adquirido na Austrália. As nossas fragatas adquiriram na Austrália, e a Inglaterra também adquiria na Austrália. Porque a mão-de-obra, a especialização é de tal ordem, e o consumo é pequeno, que não vale a pena, é antieconômico, cada país fazer a sua. De modo que não dá, há uma série de coisas que têm que ser importadas. Aqui a nossa indústria automobilística também, não é? Começou importando uma porção de coisas e vai aumentando a porcentagem de coeficiente nacional. Mas uma série de elementos continua sendo importados e devem continuar. Porque não é econômico querer se tornar independente 100%.

P.R. - Mas a função da Bramoto qual era? Era prestação de assessoria?

A.A. - Não. A Bramoto era uma companhia com a representação de várias organizações, de vários estaleiros e indústrias inglesas. Ela tinha a representação da Rolls Royce, que produz o famoso carro que todos nós conhecemos, e produz os maravilhosos motores... quantidade de aviões, inclusive os americanos usam. Os motores a jato deles todos são Rolls Royce. E tinha a representação da Vickers, que era construção de navios - Vickers Armstrong -, e tinha da Thornicroft.

V.A. - Qual?

A.A. - Vosper Thornicroft. São dois nomes: Vosper Thornicroft.

I.F. - E essa vendia o que? Eram motores também?

A.A. - A Vickers vendia motores e aviões também, aviões ingleses. A Vickers: navios, construção naval de navios de guerra. E a Vosper Thornicroft também: construção naval de navios de guerra. Sendo que a capacidade de construção de navios da Vickers era de maior tonelagem do que a Vosper. A Vosper era especializada mais em contratorpedeiros e navios de menor armamento.

V.A. - Elas eram de onde, essas firmas?

A.A. - Inglesas, todas inglesas. E essa firma Bramoto tinha a representação delas. E até aconteceu uma coisa curiosa. Porque nós tínhamos a representação dos dois estaleiros, então nós apresentamos as propostas dos dois estaleiros - da Vickers e da Vosper Thornicroft. E a Vickers até ficou meio estomagada porque nós estávamos representando os dois, porque a Vickers perdeu. Mas a Vickers perdeu porque ela quis impor um modelo que já tinha. E o Estado-Maior da Armada tinha imposto um tipo com características que interessavam a Marinha com aqueles detalhes todos. Porque o ponto de vista do Adalberto Nunes era ter um navio que, levando a construção uns cinco, seis, sete anos, tivesse o que houvesse de mais moderno, ou ainda ia, na construção, pegar coisas mais modernas, durante o desenvolvimento da construção. E a Vickers já tinha um tipo que era 42 para ser construído, que estava fazendo para ela mesma. E mandou aquele desacordo mais ou menos com o ideal do Estado-Maior. O EMA examinou; primeiro, cortou logo o da Vickers, ficou com a proposta da Thornicroft e mais a proposta alemã e italiana. E, dessas três propostas, eles optaram pela proposta da Vosper Thornicroft.

V.A. - O senhor foi trabalhar na Bramoto a pedido do Rademaker?

A.A. - Não, do Renato Archer. O Rademaker era o ministro.

V.A. - Eu sei, pois é. Mas o senhor disse que ele estava querendo ampliar...

A.A. - Ah, porque sabíamos que a política da Marinha era ampliar os meios flutuantes. Então iria encomendar navios num estaleiro qualquer feito no estrangeiro. Porque o Rademaker, inicialmente, que era o ministro, havia... Os americanos tinham um tipo de contratorpedeiro, que era o *Brownstine*⁴, que eles já tinham construído e estavam oferecendo à Marinha para construção. Mas eles estavam fritando bolinhos. E ficavam naquele negócio para nós nunca nos decidirmos. Então o navio não saía. Chegou até uma maquete do navio lá no Ministério da Marinha, mas o navio não saía. Depois nós tínhamos uns submarinos que tinham sido fornecidos por empréstimos e arrendamento ao Ministério da Marinha. Esses submarinos precisavam de uma revisão...

V.A. - Nós, quem?

A.A. - Nós brasileiros.

V.A. - Tínhamos submarinos...

A.A. - Americanos. E esses submarinos já tinham sido emprestados à Marinha brasileira e foram para revisão nos Estados Unidos. O preço que os americanos cobraram foi de tal ordem, que o Rademaker deixou os submarinos lá. Disse: "Não interessa." E isso causou um diálogo meu com o Rademaker. Porque o Rademaker, quando fez a encomenda dos submarinos, eu estranhei que ele tivesse pedido encomenda para os submarinos antes dos contratorpedeiros. Porque no nosso programa, de um modo geral, acho que nós precisávamos mais de navios de superfície do que de submarinos. E o Rademaker então me disse: "Não, eu encomendei... estou encomendendo os submarinos

⁴ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

porque eu quero dar um tranco nos americanos. Porque eu já mandei deixar os submarinos americanos lá, e eu quero mostrar a eles que nós vamos ter os submarinos. Comprados em outra nação, mas nós vamos comprar os submarinos. Então o início da construção, das encomendas internacionais, foi de submarinos, porque nós estávamos sendo tratados com pouca consideração pelos americanos. E depois então vieram as fragatas.

Isso é uma história muito grande que eu acho que não vale a pena eu estar contando. Porque depois vem outro problema também muito interessante, que foi a política do Adalberto Nunes, que resolveu querer comprar então dos ingleses um determinado número de fragatas. Para, enquanto as outras iam ser construídas, ter um número de fragatas inglesas adquiridas, já usadas, para manter a Marinha em operação enquanto as outras fragatas não ficavam prontas. Então eu levei o presidente da Vickers ao Adalberto Nunes e ele conversou com o presidente da Vickers - não me lembro o nome dele - e ele se prontificou a ver com a Marinha inglesa, com o MOD, como podia solucionar a questão. Então era o oferecimento de um determinado número de fragatas. Então o MOD informou..

V.A. - O que é MOD?

A.A. - MOD: é *Ministry of Defense*. Mas em Marinha a gente vai abreviando tudo e vai denominando diferentemente. Então foi um aspecto muito interessante. Eles nos ofereceram umas fragatas baratíssimas que eles estavam usando na Marinha inglesa. Então o MOD disse ao presidente da Vickers que eles estariam prontos a vender as fragatas inglesas, mas que não venderiam qualquer material inglês a nós sem que nós pedíssemos a eles diretamente. Porque eles tinham negócios com os Estados Unidos e não queriam que parecesse que eles estavam querendo se atravessar na política americana. [risos] Então o adido naval tinha que chegar lá e pedir ao MOD para estudar o assunto a pedido nosso. Porque os ingleses não queriam enrascada com os americanos. [risos] Isso é que foi curioso.

E isso gerou sabe o que? É que os americanos logo depois, parece, souberam da situação e então convidaram o Adalberto Nunes para ir aos Estados Unidos. O Adalberto Nunes disse que não podia ir porque eles não tinham tempo. Então o ministro da Marinha americana disse que ia arranjar tempo para ele: que bastava ele sair do Brasil numa sexta-feira, que ele conversava com ele numa sexta-feira, no sábado etc., e ele podia voltar numa segunda-feira. E assim o Adalberto foi para lá. Aí eles ofereceram os navios americanos, os contratorpedeiros americanos, os destróieres. E não ofereceram como empréstimo e arrendamento; ofereceram como vendidos a preço de banana. E então tinha os destróieres que estavam em remodelação nos Estados Unidos, que eles nos forneceriam etc. Aí o Adalberto Nunes aceitou a oferta deles. Mas foi preciso esse golpe de estratégia para conseguir. Então ofereceram vários contratorpedeiros e ofereceram vários submarinos, que até hoje nós estamos ainda usando alguns. Mas foi porque eles souberam que nós estávamos a pique de comprar navios usados na Inglaterra.

I.F. - Na Inglaterra. E o senhor ficou nessa empresa particular quanto tempo?

A.A. - Eu fiquei... até mais ou menos quando o governo do Figueiredo chegou, ou do Geisel, porque aí veio o sistema de economia completa e não havia mais do que dogitar e a própria empresa se desfez. Permaneceu ainda durante algum tempo enquanto as

fragatas estavam sendo construídas aqui, porque tinha até os técnicos ingleses aqui trabalhando. E depois cessou o interesse e a empresa foi...

I.F. - Aí o senhor ficou em casa mesmo, não voltou mais a trabalhar?

A.A. - Aí eu fiquei em prendas eminentemente domésticas. [risos]

I.F. - E como foi essa experiência de sair da Marinha, na reforma, e trabalhar numa empresa particular?

A.A. - Bom, no começo a gente sente um tranco muito grande. Porque a gente está acostumado a uma série de determinações, de compromissos de programa. Porque todos nós temos um programa dentro da administração e a gente de repente... Eu, por exemplo, fui compelido a sair porque eu tinha sido preterido e eu não podia, não tinha condição... pelo menos eu achava que não tinha condição de continuar. Se eu não era o tipo de almirante que a administração achava que era o tipo de almirante que devia ser almirante-de-esquadra, eu só tinha uma coisa a fazer: era pedir as contas e ir embora. Foi o que eu fiz no mesmo dia. Então vim embora, mas vim embora e fiquei assim no espaço. Porque assim não tem um planejamento. Aí comecei a ler, a estudar, coisas que eu tinha vontade de estudar etc. Mas fiquei assim meio... me sentia ocioso. Depois a gente começa a se atirar numa porção de pesquisas, de coisas, e vai se adaptando. A gente se acomoda com as coisas. O inglês se acostumou com o bombardeio em Londres, não é?

I.F. - É. Não, eu perguntei sobre a sua experiência no trabalho nessa firma particular.

A.A. - O que tem?

I.F. - A diferença entre a vida de oficial de Marinha...

A.A. - Ah, era mais folgada, muito mais tranqüila.

I.F. - O senhor adaptou-se bem, não teve problema nenhum.

A.A. - Adaptei-me bem.

I.F. - E as suas ligações com o Renato Archer vieram da Marinha ou se aprofundaram mais durante o governo do...

A.A. - Bom, já vinham da Marinha. Agora, com essa ligação, com esse interesse comum, se aprofundaram mais.

I.F. - E o senhor teve muito contato com ele no tempo em que o senhor foi ministro, não teve não? Porque ele trabalhava diretamente ligado ao San Tiago Dantas.

A.A. - Ele era um dos poucos subsecretários... Porque o San Tiago o nomeou logo subsecretário. E eu tinha ligação, porque às vezes... Ainda aconteceu o seguinte: o San Tiago ficou enfermo etc., e ele assumiu o ministério no impedimento do San Tiago Dantas.

I.F. - Quer dizer, ali o senhor já tinha mais contato com ele também.

A.A. - Aí já tinha contato com ele.

I.F. - E o que o senhor achou da escolha dele, agora, para o ministério?

A.A. - Eu achei... acho que ele tem condições para se desempenhar muito bem. Porque ele é um homem altamente inteligente, um camarada de grande iniciativa, de forma que ele pode preencher perfeitamente essa função com brilho. O que eu... De um modo geral, o que eu acho meio imprudente é essa reserva de mercado que está sendo adotada de forma, vamos dizer, rígida, absoluta. Eu não sei se isso vai dar...

I.F. - Essa questão da informática?

A.A. - É, da informática - é o que está com ele. Eu não sei se nós vamos poder auferir lucros, como nós estamos pensando, com isso - não sei.

I.F. - Isso está dando muita discussão, não é? Discussões sérias nesse sentido.

A.A. - Tem, tem dado. Porque é um problema sério porque está interessando os americanos e os americanos hoje estão muito ociosos - o que não existia antigamente - do seu mercado interno, da nacionalização do seu mercado interno. Antigamente o americano importava tudo, não estava ligando. Porque a indústria interna era suficiente e faltava para completar os anseios da população. Hoje, não: hoje as indústrias americanas estão ficando com parte ociosa etc., e defendendo. O senhor está vendo aí em calçado, parte de ferro, uma série de coisas. Eles procuram adotar o protecionismo que nós já tentamos adotar há muito tempo em várias coisas, não é?

V.A. - Ministro, tem uma coisa que eu não entendi: essa firma Bramoto já existia quando o senhor foi para lá?

A.A. - Ah, eu não organizei nada. Eu já encontrei o negócio filtrado, arrumado direitinho.

V.A. - E o senhor foi trabalhar nela... Qual era a ligação com essa política do Rademaker de aumentar a quantidade de flutuantes?

A.A. - A minha relação era de conhecimento de amizade, um colega de turma. E eu conversava com ele normalmente, perguntava as coisas e eu sabia. Ele me disse que a Marinha estava com idéia - era coisa perfeitamente ostensiva -, com idéia de comprar navios etc. e, como eu trabalhava nisso aí, sabia que nós podíamos nos preparar...

V.A. - Quer dizer que antes do Rademaker falar com o senhor isso, o senhor já trabalhava nessa firma.

A.A. - Já trabalhava. Mas aí eu fui falar com o Rademaker porque eu estranhei... com o meu interesse de Marinha - porque eu era mais um oficial de Marinha, um interessado no equipamento da Marinha, do que no lucro que poderia ter. O que me interessava era a Marinha, era equipar a Marinha, que eu não podia... eu não tive chance de fazer isso. Eu fiquei um pouco mais que uma gestação, fiquei 1 meses na pasta da Marinha.

Embora eu pensasse em muita coisa, mas não realizei praticamente nada. [risos] Fiquei nos sonhos.

I.F. - E o senhor ficava na parte que preparava as concorrências, essas coisas assim?

A.A. - Não, não. Eu ficava na parte de assessoramento, de opinião sobre o material, exame de material, do que ia ser oferecido etc.

I.F. - Aproveitando os seus conhecimentos de Marinha, mesmo.

A.A. - Com o conhecimento que eu tinha de Marinha.

I.F. - E a empresa então apresentava as concorrências.

A.A. - A empresa é que tratava da concorrência. Aliás, houve uma coisa muito interessante até, porque na concorrência nós tivemos uma vantagem muito grande. Porque nós conseguimos que a Vosper mandasse um engenheiro para cá durante o período da concorrência. E duas vezes o Estado-Maior mandou chamar, mandou consultar a companhia, se podia alterar a oferta da Vosper. Porque a Marinha queria um navio que tivesse uma velocidade econômica de 18 nós, e o navio oferecido pela Vosper era de 16, e, pela política naval, interessava que ele desenvolvesse uma velocidade econômica de 18 nós. Eles queriam saber se esse navio podia desenvolver essa velocidade, como alteração evidentemente de contrato. Então eu fui lá com o engenheiro. Então o engenheiro examinou o que a Marinha queria e disse: "Bom, nós podemos, mas vai encarecer." O Estado-Maior achou que não tinha importância. "Mas pode botar? Ele disse: "Pode botar, pode aumentar a velocidade. Agora, nós temos que incluir na ponta de cada eixo mais um motor diesel. Em cada eixo tem que botar mais um motor diesel para ganhar essa velocidade." Então eles aceitaram. Então os navios ficaram com a velocidade que a Marinha queria, porque era perfeitamente exequível. O navio comportava, porque tinha engenheiro que podia dizer que estava em condições de poder suportar mais aquele peso daquele motor, e tinha espaço para incluir, para reforçar a velocidade do navio.

I.F. - E com a saída do presidente Médici e a subida do governo Geisel, o senhor acha que houve mudanças muito grandes na política do país?

A.A. - Houve, eu acho que houve de formação...

[FINAL DA FITA 32-B]

A.A. - ... de formação. Eu tenho impressão que o governo do presidente Geisel era um governo que estava... O presidente Geisel estava talvez, ou estomagado, mas ele estava achando que a transformação política do general... Ora! O primeiro presidente da República qual foi?

I.F. - Castelo.

A.A. - Castelo. Eu esqueço as coisas. Do general Castelo tinha sido muito alterada no governo do...

I.F. - Costa e Silva e Médici.

A.A. - Do Costa e Silva e Médici. E o Geisel então procurou refazer a condição... - porque ele tinha mais simpatia pelo governo do Castelo etc. - refazer mais ou menos, botar gente que fosse da linha diretamente do Castelo. Isso é que eu senti. Ele, por exemplo, botou como ministro das Comunicações um ex-ajudante-de-ordens do Castelo. Aliás, um rapaz de grande valor, o ... oficial de Marinha.

I.F. - Euclides Quandt de Oliveira, genro do Góis Monteiro.

A.A. - Era genro do Góis Monteiro. Euclides Quandt de Oliveira, que é um belíssimo oficial.

I.F. - É, exato. Foi uma época em que teve um desenvolvimento grande nas comunicações, não é?

A.A. - Foi. Mas ele foi buscar um ex-ajudante-de-ordens. O outro ajudante-de-ordens, que, por razões que eu não conheço - que era o Palhares... Esse oficial era ajudante-de-ordens do Castelo Branco. Houve promoções de capitão-tenente para capitão-de-corveta. Esse oficial, que é um oficial de grande caráter, ia preterir um outro oficial... Ele pediu ao presidente Castelo para não ser promovido, porque ele não queria preterir. É uma coisa mais ou menos como aconteceu comigo com o João Goulart, que eu disse que eu não podia preterir etc. Bom, e ele não foi promovido preterindo esse oficial. Depois ele foi promovido, na vez dele, lá no momento, e foi nomeado adido naval na Argentina. O tempo passou, quando chega um belo dia há promoção para capitão-de-fragata, se não me engano, esse oficial, um oficial de valor, era adido naval da Marinha, foi preterido na promoção. Possivelmente por ter sido do Castelo. [riso]

I.F. - Isso no governo de quem?

A.A. - Acho que foi do Costa e Silva.

I.F. - Quer dizer que o senhor acha que nesses governos pós-revolução teve uma linha castelista, foi cortada...

A.A. - Foi cortada no governo Costa e Silva.

I.F. - Essa linha continuou com o Médici...

A.A. - Essa linha continuou, herdou todo o passado do Costa e Silva e não o do Castelo.

I.F. - E aí houve um novo corte, e o governo Geisel então continuou com a linha...

A.A. - O Geisel voltou à linha inicial.

I.F. - Castelista.

A.A. - Do Castelo. Isso é o que eu sinto. Eu tenho idéia que houve essa alteração.

I.F. - E, para o país, o senhor acha esses cortes o quê?

A.A. - Como?

I.F. - Essa volta à linha Castelista, o senhor acha que foi positiva. O senhor acha que não foi positiva...

A.A. - Eu acho o seguinte: se tivesse voltado o Castelo, o resultado teria sido outro. Mas eu acho que com o Geisel não foi compensadora. Porque a primeira coisa que em muitas considerações que a gente faz... Uma das coisas importantes que precisa o administrador é ter sorte. E eu achava o Geisel com uma falta de sorte desgraçada.

I.F. - Que o Médici muita. Até a copa do Mundo ganhou, não é?

A.A. - Até a escore do Brasil com a Itália. [risos] A sorte é um negócio importante à beça. E eu achava que o Geisel era um camarada sem muita sorte. E depois, toda... uma série de dificuldades ele teve que enfrentar. E muito carrancudo. O Geisel tinha... Uma característica de ser humano é o riso; essencial no homem e saber rir - é o que o diferencia dos outros... E o Geisel parece que nem sabe rir. Eu nunca vi o Geisel esboçar um sorriso, é muito carrancudo.

I.F. - Aparência muito de durão, não é?

A.A. - Mesmo nas dificuldades, a gente tem que enfrentar a dificuldade com certo otimismo e sorrir até da desgraça. [risos]

I.F. - É, parece que ele era um pouco voluntarioso também, não é?

A.A. - Não era uma figura simpática - não era? Não é. Não é uma figura simpática. Eu não tinha simpatia pelo presidente Geisel. E achava uma série de dificuldades que ele teve, que ele enfrentou, profundamente lamentáveis.

P.R. - E por algumas das medidas do governo dele. Por exemplo, o contrato de risco, o endividamento externo, que foi bastante acentuado no governo dele.

A.A. - Certo. Mas ele tinha razão também, por causa da questão do petróleo. O endividamento externo nós quadruplicamos ou quintuplicamos o preço dos derivados do petróleo. Nós precisamos de energia, cada vez o país se desenvolve... Era uma decorrência... Não teria sido de má administração dele, mas era uma decorrência do infortúnio. Porque aquilo atrapalhou a economia de todos os países, não é verdade? É o que eu penso. Foi uma medida... Eu tenho a impressão que ali tinha o dedo da Rússia, não é? Tenho impressão que a Rússia animou muito os árabes a fazerem aquilo e disse para eles: "Olha, vocês podem fazer isso porque eu garanto." E ninguém teve coragem de intervir, de ir lá, ocupar militarmente aqueles poços, aquela coisa dos árabes, porque todo mundo tinha medo da Rússia.

P.R. - Não, mesmo porque as empresas americanas ganharam muito dinheiro com esse aumento. Porque na Arábia Saudita, no Kuwait, elas têm grandes concessões de petróleo.

A.A. - Bom, mas o americano teve um problema estratégico chato. É que ele passou a ter que pensar em economia das reservas dele, porque está sempre pensando na guerra. Porque ele não quer exaurir... As reservas dele são inferiores da parte da Arábia Saudita, disso tudo, porque, quando chega a guerra, o consumo reduplica, é uma coisa... pavoroso, não é? E eles pensam sempre em não exaurir, porque eles são os grandes consumidores de energia. O número de automotores que eles têm é uma barbaridade, de tudo quanto é motor lá, tudo o que é consumo de energia. E eles não querem exaurir, porque, na época da mobilização, o consumo de energia deles... e eles têm que contar com a energia que eles têm dentro do país. Estrategicamente eles tem que economizar aquele material. Então tem que importar. Mesmo caro, eles teriam que importar.

I.F. - E o senhor acompanhou aquelas duas crises do governo Geisel? Uma, aquela questão do caso Herzog lá em São Paulo. O senhor acompanhou aquilo?

A.A. - Só por notícia de jornal, da morte daquele rapaz.

I.F. - Foi uma crise que abalou bastante, que mexeu muito com o governo, não é?

A.A. - Foi. Toda a imprensa publicou aquilo.

I.F. - E outra foi o caso da crise do governo Sílvio Frota também.

A.A. - Ah, bom. Aí foi... Sílvio Frota...

I.F. - É, foram duas crises que ele teve que enfrentar.

A.A. - Aquela ali, ele deve muito ao chefe do gabinete dele, o Abreu - pelo que eu li. O Abreu é que teve muita habilidade...

I.F. - General Hugo Abreu.

A.A. - Hugo Abreu. Em canalizar os generais que vinham: em vez de serem envenenados pelo Frota, ele encaminhou diretamente para a presidência da República. Foi um golpe muito interessante, um golpe de mestre, não é? Mas no fim acabou o Abreu se incompatibilizando por causa do Presidente Figueiredo.

I.F. - E o senhor acompanhou essa...? Se interessava, acompanhou essa coisa da sucessão, tudo isso, e a escolha do presidente Figueiredo?

A.A. - Eu acompanhei como podia. Agora, eu achava o Figueiredo politicamente um despreparado para aquilo. Ele não exerceu nunca uma função no meio político. Não digo política mesmo. Mas ele estava sempre, vamos dizer, ali dentro da área eminentemente militar.

I.F. - E na área de informações, também, do SNI.

A.A. - Na área de informação, também, era um negócio que ele não tinha que... Ele não tinha que, digamos,. transigir, negociar etc. Não havia idéia de intercâmbio. Porque na área política existe muito intercâmbio, a negociação, essa coisa. Ele estava eminentemente radical nas coisas. De forma que eu achava que tinha várias dificuldades ali. Uma delas era essa. A outra era que ele teve que chegar... o presidente Geisel teve que fazê-lo general-de-exército para ele adquirir as condições, porque não seria vetado pelos oficiais-generais sendo general-de-exército. Porque diziam que os outros generais não queriam fazer continência a um general-de-divisão. Quando o cargo de presidente da República normalmente... Eu fui ministro da Marinha e faziam continência para o ministro da Marinha como contra-almirante e a Marinha aceitou. Aliás, a Marinha é muito preparada para o regime parlamentarista. Antes da reforma administrativa, dessa reforma que veio, tudo isso, a Marinha estava muito preparada para o regime parlamentarista. Porque o Ministro da Marinha, a função dele era obter meios; era da Marinha para a área... E a parte interna praticamente era muito dominada pelo Estado-Maior. Então o Ministro da Marinha era o representante na área eminentemente exterior. Todo mundo achava que o ministro da Marinha tinha que resolver. A outra área, militar etc., o Estado-Maior se incumbia. No Exército, a coisa era mais complicada. O gabinete do ministro da Guerra diz que tinha perto de cem oficiais - foi o que eu ouvi dizer. Porque o Ministério da Guerra sempre foi preparado para... partindo do princípio de que o ministro da Guerra tinha que ser um general. Na Marinha, não; nós tínhamos a idéia de que o ministro da Marinha podia ser civil. E sendo assim, o chefe do Estado-Maior já estava preparado para assessorar o elemento civil, como quando nós tivemos dois ministros, não é?

I.F. - Exato.

A.A. - O Raul Soares e o Gomes Pereira.

I.F. - Agora, voltando a essa linha que nós já tínhamos conversado: linha Castelo, Costa e Silva, Médici; Geisel, que é uma linha castelista... O Figueiredo estaria em que linha?

A.A. - Como? Ah, em que linha estaria...

I.F. - Seria na linha de volta ao castelismo, ou uma linha mais Costa e Silva e Médici?

A.A. - Ele... Bom, a linha dele devia ser eminentemente mais Médici e um pouco Geisel, porque ele devia tudo ao Geisel. Ele tinha sido chefe do Médici lá no Rio Grande. E depois ele passou a ser chefe do...

P.R. - Do Gabinete Militar do Médici.

A.A. - Do Gabinete Militar do Médici. De modo que ele tinha muita ligação com o Médici e tinha participado daquela coisa toda do tempo do Médici. De modo que ele respirava... um pulmão podia respirar Médici, e o outro pulmão respirava o Geisel. Ele devia ser um meio termo dessas duas linhas.

I.F. - E é interessante porque ele teve uma ligação muito grande com o Médici, foi também muito ligado ao Serviço de Informações, essa coisa toda, que é...

A.A. - Que era do Médici.

I.F. - Do Médici, num regime autoritário.

A.A. - Autoritário.

I.F. - E, de repente, o general Geisel entrega de presente para ele o governo, com abertura, anistia, tudo encaminhado. Como é que foi isso?

A.A. - Isto que explica é a dona Scila⁵. [risos] Não sei se leu a entrevista da dona Scila. A dona Scila diz que o Geisel não quis que o Médici fizesse a abertura; que ele ia fazer, senão ele não aceitava a presidência da República - diz ela. Porque eu tenho que acreditar no que ela diz, porque ela estava lá, era esposa dele. [risos] De modo que, até que digam o contrário, que o Médici desminta... Quem está autorizado para dizer... Porque o presidente Médici já faleceu. Só tem uma figura autorizada para dizer: "Não é verdade, não houve isso." É o Geisel. E o Geisel está no silêncio.

I.F. - Mas o que eu digo é isso: a tendência aparente, vamos dizer assim, do Figueiredo era seguir a linha Médici.

A.A. - Médici.

I.F. - E recebe do Geisel um governo já encaminhado para uma linha completamente diferente.

A.A. - Diferente

I.F. - Porque foi exatamente quando ele teve que fazer a abertura, a anistia, quando surgiram os partidos políticos... Quer dizer, isso o senhora acha que foi da vontade do Geisel e do Médici, ou o Brasil já estava exigindo isso? Com eles ou sem eles isso aconteceria? A abertura, anistia, tudo isso.

A.A. - A abertura, eu acho que a idéia da abertura já devia ser do Médici e foi continuada, foi enfatizada pelo Geisel. Isso é que eu acho: o embrião já devia estar na cabeça do Médici. O Médici era um homem muito inteligente, muito preparado, e eu tinha uma admiração muito grande por ele - não sei se isso influencia. Porque nós estivemos juntos em Washington: eu era chefe da delegação brasileira na Junta Interamericana e ele era adido militar, e servimos juntos e tivemos muito contato lá, durante o pouco tempo em que estivemos juntos. Eu tinha uma admiração muito grande por ele. Mas acredito que ele tivesse... Porque a formação normal desses homens que foram guindados à Presidência era de restabelecer o regime democrático. Ninguém, de um modo geral, pensou em estabelecer a ditadura para se servir dela, o regime totalitário. Não era. O Exército é uma entidade eminentemente democrata, não tenho dúvida nenhuma. O Exército, que convive em terra, participa das dificuldades da massa popular, tudo isso, é uma instituição eminentemente democrata. É preciso cuidado para que não se comunique através de uma série de coisas que estão criando aí: voto de soldado e por aí vai. A meter os militares na área política.

I.F. - E o que o senhor achou da abertura, da anistia, dessa mudança grande nessa relação dos partidos políticos - o surgimento, tudo isso?

Essa grande transformação que foi vindo com o governo Figueiredo e...

⁵ Scila Gaffré Médici, esposa do presidente Médici.

A.A. - Eu acho que a transformação, a vontade de fazer a transformação foi grande. A habilidade de fazer é que foi fraca. Porque havia elementos que, pelo menos, eram elementos difíceis de, naquela conjuntura, serem aceitos como perfeitamente livres das escoras. E essa abertura foi completamente irrestrita e possivelmente ainda gerará problemas conosco.

P.R. - Por exemplo?

A.A. - De extremismo, de caminhar para a esquerda. Eu acho que é perigoso. Se eu estou certo ou se estou errado, não sei. Mas é o que eu imagino: eu acho que essa abertura podrá trazer... Porque tem certos elementos aí que não são de coisa nenhuma, são destruidores. Mestrinhos e por aí outros, que não me lembro o nome agora, que eu considero suspeitos para quererem realmente uma forma eminentemente democrata, uma democracia sadia.

P.R. - O senhor está sentindo assim no Brasil, no momento, algum sintoma que possa nos levar a sentir esse perigo de esquerdização da vida brasileira?

A.A. - Eu acredito que, pelo liberalismo que nós estamos adotando... Não hoje, nem amanhã, mas dentro de pouco tempo pode surgir. Vamos ver o resultado dessas eleições agora.

P.R. - Quem o senhor supõe que possa conduzir isso? Qual é o partido, qual a figura, qual é a entidade?

A.A. - Bom, eu acho que a tendência - e acho que é natural isso - a tendência é para uma esquerdização absoluta. Quer dizer, caminhar isso aqui... transformar num satélite da Rússia. Esse é que é o meu temor. Porque o Brasil, embora a Rússia não diga, é um país altamente desejável para comunização. porque aí a América do Sul pega fogo. Nós já nos livramos do problema do Chile. Com todas as restrições que se faça ao Pinochet etc., ele, carregando o Chile para a direita, livrou da influência comunista. Agora, o que é curioso é o seguinte: é que a ascensão do Pinochet desagradou profundamente a Rússia. E eu estranho que tenha desagradado aos Estados Unidos.

I.F. - É, porque os Estados Unidos agora estão meio... implicando um pouquinho com aquilo, não é?

A.A. - Tenha desagradado aos Estados Unidos. Porque o regime de direita, a gente admite a possibilidade de vir para o centro, mas o regime ditatorial comunista, eu não vislumbro como possa caminhar para o centro. Desde trinta anos, quarenta, não sei quantos são, de movimento comunista, a tendência deles é se radicalizarem o mais possível. E com influência nos outros países. Porque o curioso é que a gente nota uma... Tem a China Comunista, mas ela age dentro dela, a gente não percebe a tendência da China de se expandir. Mas a Rússia tem a tendência de querer comunizar as outras áreas. Já tem Cuba, já está se infiltrando aí na América Central, quis entrar no Chile com o Allende, o Pinochet barrou, e o Brasil está abrindo - como a gente dizia em esgrima - está abrindo a guarda demais. Em esgrima, a gente não pode abrir a guarda demais, a menos que a gente esteja preparado para parar e responder. Mas nós não estamos preparados para fazer parada de uma coisa e responder coisa nenhuma. Nós estamos despreparados completamente. Nós somos de uma boa fé, de uma

tranquilidade, nós acreditamos sempre que rezando, olhando para o céu, Deus vai resolver os problemas. Não pode resolver todos.

I.F. - Deus é brasileiro.

A.A. - É, que Deus é brasileiro. Nós dizíamos até que Deus era brasileiro e oficial de Marinha. [risos]

P.R. - Mas eu pergunto o seguinte: em 1982 houve eleições no Brasil para governador de estado. O país havia saído recentemente de um regime autoritário de 21 anos, e de uma inflação louca que chegava a quase 300% ao ano. E havia uma desigualdade social imensa e uma insatisfação generalizada. Vieram as eleições e os candidatos de esquerda não fizeram nada, não tiveram votos, não tiveram força nenhuma.

A.A. - Foram os mais auspiciosos possíveis.

P.R. - Por quê?

A.A. - Não, foram; os resultados foram os mais auspiciosos possíveis.

P.R. - Mas o senhor acha que...

A.A. - Mas acho o seguinte...

P.R. - Que agora, nessas eleições da Constituinte, isso possa mudar?

A.A. - Não, eu acho o seguinte: é que nós estávamos em lua-de-mel com a democracia. E essa lua-de-mel vai acabar. Nós estávamos querendo mostrar que a democracia funcionava etc. Agora, nós vamos enfrentar as dificuldades, os entraves que a democracia tem que enfrentar, e sem dispositivos para conseguir saná-los. Porque o governo... Veja o seguinte: o governo do marechal Dutra, embora fosse um governo completamente censurável, completamente precário, era a lua-de-mel com a democracia. Saiu do regime do presidente Vargas de 15 anos, com aquela propaganda da destruição do Brasil, aquela coisa toda, todo mundo queria mostrar que a democracia funcionava. E funcionou direitinho etc. Mas depois é que vem então, a coisa vem se deteriorando. Assim foi agora: com a primeira eleição, está tudo muito bem etc. Agora, isso vai continuar? podemos esperar esse otimismo todo? Eu tenho medo.

P.R. - Então a minha pergunta é a seguinte: o atual governo está mostrando que essas dificuldades existem e vão existir. No meu entender, eu não sei se esse é o ponto de vista do senhor, ele não está escondendo o jogo.

A.A. - Quem?

P.R. - O presidente Sarney. Não está escondendo o jogo.

A.A. - Eu acho que não está.

P.R. - Ele está mostrando que essas dificuldades existem. E, no entanto, pelas pesquisas de opinião que a gente verifica aí, a popularidade dele tem crescido. Como é que o senhor encara esse fenômeno?

A.A. - A dele.

P.R. - A dele.

A.A. - Mas a questão é que ele não vai ser eleito presidente da República. Agora vem a formação do Congresso etc., vamos ver a popularidade do PMDB, a popularidade da Frente Liberal. Vamos ver os outros partidos de oposição, como é que se arrumam etc. Porque já está a briga, entre eles todos, a briga é muito grande, não é?

P.R. - Esses desentendimentos acho que são naturais na articulação política e tudo. Mas qual é a força, por exemplo, que o senhor acha que possa encaminhar o Brasil para uma situação que o senhor julgue que seja perigosa?

A.A. - Eu acho que não é hoje, nem amanhã. Não é uma força imediata, é remota. Mas que a gente tem que se precaver contra ela. Porque não é na hora que nós vamos nos armar, nos defender. Quando chegar a surpresa, como é que nós vamos fazer? Nós não podemos ser surpreendidos, a gente tem que evitar a surpresa. A surpresa gera uma perplexidade que não sei quanto tempo vai durar e com que elemento nós vamos vencê-la.

P.R. - O senhor não acha que esses perigos podem ser evitados, por exemplo, com reformas de base, com reformas profundas?

A.A. - Bom, e podemos fazer essas reformas de base...? Porque há uma série de reformas que nós podemos pensar, mas não temos condições, não temos meios, não temos elemento nem humano para fazer essas reformas. Eu agora estou vendo, por exemplo, as dificuldades desse plano do cruzado: as dificuldades que estão surgindo e que o governo positivamente não estava sentindo que iam surgir. Está surgindo uma série de dificuldades. Por quê? Porque não era possível prever uma série de reações. Porque aí se juntam as forças, as forças oponentes começam a se manifestar. E aí é que a gente tem que chegar e combatê-las. Está havendo o problema da carne, o problema do leite, o problema de... tem outro...

I.F. - Ovos.

A.A. - De ovos, de tudo isso, de frango e não sei mais o quê. Até achei gozado aquela declaração infeliz do Funaro. O pessoal estava reclamando que não tinha carne e o Funaro disse: "Bom, não tem carne de vaca, come frango." Me lembrei muito da Maria Antonieta: "Não tem pão, come brioche." São coisas que demonstram a surpresa do governo. Eles não esperavam essas reações, não esperavam o desenvolvimento da capacidade de consumo. Nós estamos consumindo muito mais do que consumíamos - um país de prontos. Estamos comprando aquilo que acho que a gente não podia comprar, estamos gastando isso e aquilo. É previsível isso? Acho que não previam isso. Então o governo tem que estar intervindo. Mas já vai intervindo como tentativa de solucionar os problemas, como tentativa. Mas não que eles já soubessem que o problema ia surgir, e a solução ideal para resolver. Eu vejo que o negócio é difícil.

Aliás, administrar esse país é difícilimo. [risos] Apesar do número de candidatos à presidência que tem: todo mundo acha que pode salvar o Brasil. Inclusive eu estou querendo dar remédio. [risos]

I.F. - Agora, outra coisa que eu queria perguntar ao senhor: o senhor nos disse que casou em 64, não é?

A.A. - Sim.

I.F. - Já conhecia ela há algum tempo, como...? O senhor falou que ela conhecia as suas letras no tempo de namoro. Tempo de namoro muito grande? Como é que o senhor resolveu depois casar?

A.A. - Não, eu já a conhecia. Depois é que eu fui pedido em casamento por ela... [risos] Porque eu me considerava muito velho, ela é muito mais moça do que eu.

I.F. - O senhor resistiu o quanto pôde, não é?

A.A. - Eu resisti para evitar que ela tivesse uma decepção comigo. Mas parece que não, parece que ela continua apaixonada.

I.F. - Pelo jeito ela está encantada, não é?

A.A. - É, está bem. Até fiz uns versinhos para ela, negócio de correspondência.

I.F. Ah, é? Outra coisa que eu queria perguntar ao senhor: outro dia, conversando com um amigo meu, ele me disse que, além dos "arquidukes" e dos "jovens turcos", existia um grupo na Marinha chamado "búfalos".

A.A. - Ah, não, é outra coisa.

I.F. - Que usava uma tatuagem na mão. O que é isso?

A.A. - Isto eu vou lhe contar. Isto é uma coisa que se chamava seita.

I.F. - Nunca tinha ouvido falar nisso.

A.A. - Nunca ouviu falar nisso?

I.F. - Não.

A.A. - Havia um colega nosso, José Machado Pavão, de uma turma acima, foi um belo oficial durante a guerra. E ele então resolveu, de brincadeira, criar uma seita religiosa, que era dos Búfalos. Então ele fez classificação, tinha uma série de denominações. Então, por princípio, todo mundo era Búfalo. Agora, tinha os búfalos que se filiavam á religião; e a seita dele... Então tinha o grão-mestre. Até meu irmão era um dos grão-mestres da seita. Então ele fazia umas reuniões no camarote, fazia um santuário lá, um negócio complicado, e fazia umas rezas e benzia a gente, fazia uma porção de coisas. E por aí ia. Então ele ia categorizando e o pessoal ia dizendo que pertencia àquela seita. Isso é que existia, era uma brincadeira.

I.F. - Ah, era mais na base da brincadeira. Diz que usavam umas tatuagens, umas coisas.

A.A. - É, pintavam umas coisas etc., botavam umas roupas especiais no camarote. Isso tudo sem que o comandante soubesse, não é?

I.F. - Ah, mas isso não foi nada sério, era uma brincadeira que faziam.

A.A. - Era uma brincadeira. E durou muito tempo.

I.F. - Porque outro dia conversando, ele me disse: "Não, não tinha só os arquiduques não, tinha os búfalos também." Eu digo: "O que é isso?"

A.A. - É, mas essa seita dos búfalos era a seita dos búfalos. E tinha vários. Tivemos almirante brincando com esse negócio de búfalos. Ainda está vivo o José Machado Pavão, uma turma acima da nossa; era engraçadíssimo ele.

I.F. - Ah, sei.

A.A. - Mas ele andou estudando esse negócio de religiões, essas religiões terroristas etc. Então ele começou a classificar e começou a criar etc. Então tinha as cerimônias etc., tinha a credencial, o camarada que chegava e se filiava à seita, tudo isso. [risos]

Mas ele tinha coisas incríveis. Uma ocasião ele chegou e disse: "Olha aqui essa cidade; ninguém liga importância a coisa nenhuma. Eu vou abrir um buraco em frente ao Cinema Metro e ninguém vai dizer nada, vai ficar tudo como estava." Chegou, arranhou um caminhão dos fuzileiros e, na frente do Cinema Metro, pegou o pessoal, botou de picareta, abriu um buraco, deixou o buraco e foi embora. E ficou o buraco lá, ninguém disse nada. [risos] Coisa saída da idéia dele. Uma ocasião ele se vestiu de padre, botou a batina etc. e saiu. Ia benzendo todo mundo que passava, fazia um ritual lá especial. Ninguém entendia aquilo, pensavam que ele era um doido. Mas ele andou um pedaço da avenida vestido de padre, fazendo bênçãos etc., desejando felicidades e bons augúrios e por aí ia. [risos]

I.F. - Vocês tem mais alguma coisa para perguntar?

P.R. - Não.

A.A. - É nós já passamos da hora, não é?

I.F. - Ministro, nós estamos terminando aqui a nossa entrevista. O senhor tem alguma coisa específica que o senhor gostaria de conversar, na próxima entrevista, ou o senhor gostaria de terminar por hoje.

A.A. - Bom, o que eu desejaria era falar alguma coisa sobre a minha admiração da Marinha, se é que interessa.

I.F. - Então está ótimo. Então vamos marcar na próxima semana, na quarta-feira, o senhor vai então expor tudo sobre o que o senhor tem mais interesse e que ficou faltando da nossa parte...

A.A. - É, eu tenho umas coisas escritas, eu trago. São tarefas que eu tive na Marinha praticamente. Fizer o que eu tentei fazer na Marinha.

I.F. - Está ótimo. Isso é muito importante para a gente.

A.A. - Ah, está bom.

P.R. - Isso é interessante porque o almirante Maximiano enfatizou muito isso durante a administração dele. Quer dizer, aquilo que ele procurou realizar, aquilo que ele não conseguiu realizar e as frustrações que ele teve. Quer dizer, a entrevista dele foi muito rica nesse aspecto.

[FINAL DA FITA 33-A]

P.R. - Então o senhor dizendo isso, nos dá a oportunidade inclusive de fazer um confronto: as dificuldades naturais que o ministro da Marinha tem no sentido de reequipar e de criar coisas...

I.F. - E as coisas que ele conseguiu realizar.

P.R. - Que conseguiu o que não conseguiu fazer.

I.F. - E outra coisa também que eu gostaria de pedir para o senhor pensar um pouco para a gente conversar na semana que vem é sobre o desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas. Porque eu acho - aliás, eu assisti já a uma conferência sobre isso - que fala-se muito do poder na mão dos militares, os presidentes, isso e aquilo, tira presidente, bota presidente, muda o governo. Mas na realidade um grande poder está nas Forças Armadas pelo desenvolvimento tecnológico. Existem coisas que estão nas mãos dos militares mesmo: Marinha, Aeronáutica...

A.A. - E uma porção de coisas que passam para a área civil, cuja origem foi no meio militar.

I.F. - Exatamente. Ver o que o senhor pode nos dar de exemplos sobre isso. Mesmo que a gente possa desenvolver, vamos dizer assim, com outras pessoas. Mas uns pontos que o senhor com uma experiência grande na Marinha e como ministro também, viu que houve um desenvolvimento e um pensamento dos militares sobre isso. Quer dizer, nós temos essa questão de energia nuclear, que envolve muito a Marinha; a informática tem muito a ver com os militares; o ITA, o desenvolvimento tecnológico da Aeronáutica... O próprio Lúcio Meira, com o desenvolvimento da indústria automobilística; a siderurgia, com o Edmundo Macedo Soares...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

20ª Entrevista : 20.08.1986

I.F. - Ministro, na última entrevista, o senhor nos disse que gostaria de nos contar com mais detalhes o seu trabalho, a sua atuação durante o tempo de Ministério.

A.A. - De ministro, exatamente.

I.F. - Nós gostaríamos então que o senhor aproveitasse essa oportunidade para nos contar.

A.A. - Eu trouxe as minhas notas aqui. Não sei como é que... coisas que eu considerei dignas, digamos, de citação. Agora, o que há é o seguinte: eu não sei se tem espaço aí, se tem fita, se eu vou tomar muito tempo. Não vou ler tudo, mas eu tenho...

I.F. - O senhor, podia fazer um apanhado geral e podia nos deixar tirar uma cópia dessas...

A.A. - Eu posso fazer.

I.F. - Nós tirávamos um xerox aqui e o senhor fazia um comentário sobre isso.

A.A. - Eu posso fazer. Mas comentário, mais ou menos, isso já é comentado. Então eu pego essa parte toda, passo direitinho e entrego como...

I.F. - A gente tira uma xerox aqui mesmo...

A.A. - Pois é.

I.F. - Agora, eu gostaria que o senhor comentasse um pouquinho sobre o seu trabalho, o que o senhor achou de mais importante nesse período em relação à Marinha.

A.A. - Coisas importantes foram o seguinte. E quando assumi o Ministério da Marinha, assumi inesperadamente, porque decorreu da renúncia do presidente Jânio Quadros. E eu sabia bem a dificuldade que eu ia encontrar. Agora, o ambiente conturbado em que eu assumi... O Brasil estava dividido em facções e chegou à iminência de uma guerra civil. O meu primeiro cuidado foi fazer com que a nossa corporação sofresse ao mínimo o impacto dessa circunstância toda que o Brasil tinha atravessado. Eu procurei, então, com espírito conciliador, sem levar em conta situações passadas, pessoais, procurei concentrar a Marinha em um organismo disciplinado e livre das atividades políticas. Todo voltado para as suas lides profissionais, completamente dedicado ao serviço da pátria. Não era possível eu fazer um programa, ter uma idéia do que eu poderia fazer, sem examinar a situação.

I.F. - Exato.

A.A. - Isso é que eu inicialmente procurei fazer. Daí, eu visitei as diversas situações em que a Marinha estava em todo o Brasil. Andei pelo Brasil todo.

I.F. - O senhor foi a todas as bases, distritos, tudo?

A.A. - Porque essa questão de relatórios... Eu achava que os relatórios não diziam, não davam uma idéia real das coisas. Porque eu tinha que dar um denominador comum das apreciações, e os relatórios são sempre voltados para os interesses locais sem ver o conjunto. Eu vi coisas curiosas nessas inspeções. Havia administrações, havia administradores que achavam que estava tudo razoável. Quando eu vi, achava que estava ruim, que precisava de uma aspiração de melhoria da situação. Outros, as coisas, para o seu julgamento, estavam boas e os cidadãos que estavam administrando achavam que podia ficar melhor ainda. Mas a questão é que eu tinha que dar um denominador comum dentro dos recursos que eu poderia obter. De modo que as inspeções dão uma visão geral e rápida. E relatório, a gente fica lendo, cada um tem uma forma de escrever, tem uma forma de dizer, se estende muito em uma série de considerações que às vezes são inúteis, e por aí vai. Então com isso eu tive rapidamente uma idéia do panorama da Marinha no Brasil, de que eu já tinha alguma idéia porque eu estava servindo no Estado-Maior.

I.F. - E a Marinha, dependendo da região do Brasil, fica melhor ou em pior situação? Porque no Brasil a gente vê "ilhas" de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Isso influencia também nos pontos da Marinha, ou não? Nos distritos?

A.A. - Eu visitei os postos da Marinha nos lugares mais longínquos e eu não senti que isso influenciasse. Evidentemente em lugares de maior densidade demográfica, de maior desenvolvimento, também as necessidades, os recursos de atendimento da Marinha têm que ser maiores, porque a objetividade ali na escala de urgência se torna mais premente. Mas nos outros lugares menos visíveis etc., com menos interesse estratégico, as dotações e os recursos são menores. Mas o que eu notei foi o seguinte: que nos lugares mesmo distantes, o pessoal, com os recursos pequenos que tinha, o atendimento era muito bom. A preocupação de resolver os problemas da Marinha, de estarem prontos para solicitações da Marinha... Estavam todas atendidas com muito patriotismo, com muito espírito público, com muito espírito de sacrifício, digamos assim. Isso foi o que eu notei. Fiquei admirado mesmo. Eu visitei lugares até com mesas feitas de caixotes, mas estava tudo sendo realizado sem evocar que não podia fazer porque a mesa não prestava. Foi isso que eu notei.

I.F. - Mas o senhor correu então todas as bases e distritos...

A.A. - É. Agora, dentro da...

V.A. - E o senhor ficava quanto tempo em cada lugar?

A.A. - Eu procurava ficar o menor tempo possível, porque eu tinha muitas coisas para fazer. Quando eu chegava lá, já encontrava tudo pronto para eu visitar. E eu ficava... As vezes ficava em dia, ficava dois dias, às vezes ficava horas em determinados lugares. Porque eu viajei muito nos aviões da FAB. Era um DC-3 muito bom porque ele pousava numa porção de lugares.

I.F. - Um grande avião, não é?

A.A. - Ah, um grande avião. E ele pousava em tudo quanto era lugar. Não fazia exigência de pista macia, disso ou daquilo. [risos] E lá fui correr todo o Brasil de norte a sul. O que tinha de Marinha, procurei ver e ajuizar.

V.A. - E aí o senhor tomava notas, como é que era?

A.A. - Eu tomava notas e os meus auxiliares, ajudantes-de-ordens, iam recolhendo os dados que eu pedia, para trazer aqui para o Rio, para o...

I.F. - Para o Ministério.

A.A. - Para o Ministério, para eu, então, proporcionar as dotações e tomar as providências de atendimento disso e daquilo.

I.F. - Agora, isso o senhor está falando na parte mais técnica. E a parte política da renúncia do Jânio e a mudança de governo...? Sentia-se muito nesses lugares em que o senhor esteve logo após?

A.A. - Eu não senti. Eu senti a parte política afetar mais o governo na esfera do primeiro escalão, porque aí havia... talvez 60% dos oficiais não topavam o João Goulart - dos oficiais-generais. A minha dificuldade maior era fazer com que o governo do João Goulart inspirasse a confiança, o que eu consegui até o fim do... até quando eu renunciei. Depois veio crise. Mas até o fim da minha administração, eu sentia que os oficiais-generais estavam me acompanhando com toda a lealdade, com toda a devoção e certos de que eu não estava fazendo política nem politicagem dentro da Marinha.

I.F. - Mas toda vem em que há uma crise política, como foi essa, há pelo menos um clima de expectativa, um clima de tensão para ver o que vem por aí.

A.A. - O que vem. é lógico. O que se esperava é que, naquela conjuntura, a Marinha talvez fosse sofrer muito, digamos assim, pela divisão da Marinha em duas partes: os janguistas e os não janguistas. E isso não se deu na Marinha. Eu não distingui quem era favorável ao João Goulart nem quem era contra.

I.F. - Existiam os janguistas e os não janguistas. Mas o senhor como ministro, não fez diferença entre um e outro.

A.A. - Não fiz diferença nenhuma. Eu tratei a todos igualmente. Dei comissão a todos os oficiais-generais - que alguns até estavam sem comissão - e a Diretoria do Pessoal nomeou todos os oficiais para todas as funções sem qualquer dificuldade. Eu tive uma dificuldade, por exemplo, na designação de um almirante que tinha sido comandante do Distrito de Santa Catarina.

I.F. - 3º Distrito.

A.A. - É, 3º Distrito. Era o Luís Clóvis de Oliveira, porque ele tinha querido prender o Brochado da Rocha que foi lá parlamentar.

I.F. - É, o senhor comentou já.

A.A. - E o problema que eu tive não foi na Marinha de nomear o Luís Clóvis para uma comissão que eu queria dar. O problema que eu tive foi em discussão com o presidente João Goulart.

I.F. - É, o senhor comentou.

A.A. - Porque ele não queria e eu acabei conseguindo, convencendo-o de que eu tinha que ser imparcial nessa coisa, que tinha acabado - eu já tinha nomeado um outro comandante de Distrito -, que aquilo não podia ficar contabilizando contra aquele oficial. As promoções todas foram feitas pelo merecimento que a Marinha julgava e não procurando saber se ele inspirava confiança a mim e ao presidente João Goulart ou não. Eu nomeei indiscriminadamente. Tem o caso, por exemplo, do Bierrenbach, que era "peixinho", digamos assim, do Carlos Lacerda, que eu tive que mandar buscar para a Marinha e nomeei para o melhor navio hidrográfico - porque ele era hidrógrafo -, para comandar o navio. Dei o comando a ele, dei o comando ao Bierrenbach. De modo que eu não tinha... eu era completamente imparcial. Com isso eu não criei arestas, não criei desconfianças, nem inimizades. Graças a Deus, eu me dou e me dava, e saí da Marinha me dando com toda a oficialidade, com todos os oficiais-generais. Não tinha nenhum com quem eu tivesse cortado relações. A não ser com o Ernesto Melo Batista, que rompeu relações comigo por uma decisão que eu tomei no Ministério favorável a um dos rapazes Faria Lima, o João Faria Lima. Ele se considerou desprestigiado, então, por escrito, cortou relações comigo. Mas foi o único caso.

I.F. - Mas aí o senhor fazia as visitas aos distritos e trazia o material todo para o Ministério.

A.A. - É. Outro ponto que eu tive que atender... Evidentemente eu tinha que administrar. Mas os recursos estavam todos estourados. Não havia mais recursos na Marinha, verba na Marinha, para atender às necessidades. Aí é que eu tive que apelar para o Válder Moreira Sales e consegui o aumento das verbas. Ele foi altamente generoso - eu sou imensamente grato a ele: todas as verbas que eu pedi de suplementação, ele me deu e eu pude resolver todos os problemas, dentro, digamos, do exame que eu havia feito. E consciente de que eu não podia fazer tudo o que queria, e sim tudo o que podia... Por que o almirante Frontin dizia: "Quando não se pode fazer tudo o que se deve, deve-se fazer tudo o que se pode." [risos] Essa é uma frase na Marinha muito usada. E eu procurei tudo o que podia, embora eu achasse que devia fazer muito mais, mas não podia. Então, paciência... Mas obtive as verbas para as coisas de maior urgência; o Valter me deu todos os recursos que eu pedi.

Depois já tive a votação do orçamento para 62. Consegui o orçamento como eu queria. E ainda tem um detalhe curioso: é que quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, diziam que o almirante... O Ministério da Aeronáutica havia sido criado para fazer economia. Porque juntavam a aviação naval e a aviação militar, então ia ser uma aviação única e esse orçamento ia ser muito menor do que os outros orçamentos. Mas quando eu assumi o Ministério da Marinha, o orçamento da Aeronáutica já era maior do que o da Marinha.

I.F. - Maior do que a Marinha, já?

A.A. - Era. E eu consegui fazer o meu orçamento maior do que o da Aeronáutica. [risos]

I.F. - Não devem ter gostado nada.

A.A. - Não sei se eles compararam, se lembraram disso. Mas eu consegui obter os meios para que o meu orçamento... Embora não fosse uma diferença astronômica ou aérea, não é?

I.F. - Mas conseguiu aumentar.

A.A. - Mas consegui fazer com que o meu orçamento fosse maior um bocadinho do que o da Aeronáutica, para não ficar em situação inferior. [risos] Agora, aí houve um caso interessante. Eu tinha que pagar os navios hidrográficos que haviam sido comprados - inclusive esse que o Bierreubach comandou -, eram o *Sírius* e o *Canopos* e os outros navios. E então eu reuni o fundo naval, aí eu verifiquei o seguinte: o pagamento desses navios era feito pela forma mais esquisita, mais irregular possível. Quando me explicaram, o secretário geral da Marinha me explicou... Tinha que vencer uma prestação justamente na ocasião em que o fundo naval estava reunido, uns 15, vinte dias depois. Mas a Marinha fazia o seguinte... Eu não sei quando começou isso. Mas a Marinha mandava o intendente comprar os dólares necessários para fazer o pagamento dos navios nas casas de câmbio. Uma operação completamente... eu nunca tinha visto, não sabia. O que eu sei é que há as dotações, orçamentárias, então há um órgão no Ministério da Fazenda para converter aquelas dotações em dólares e havia a delegacia do Tesouro etc., que fazia as dotações em dólares para pagar isso. E eu estranhei aquilo.

I.F. - Mas era feito pelo câmbio negro, em casa de câmbio?

A.A. - É. Compravam no câmbio negro: na época compravam o dólar a quatrocentos cruzeiros e, pela dotação orçamentária, a conversibilidade era de cem cruzeiros por dólar.

P.R. - Era o dólar oficial

A.A. - Pelo câmbio oficial, que era o que o governo fazia para todos os ministérios. Então nós retirávamos a dotação em cruzeiros do fundo naval, para pagar as prestações desses navios, mandando comprar os dólares na casa de câmbio.

I.F. - E pagando quatro vezes mais caro.

A.A. - Pagando quatro vezes mais caro. A senhora está entendendo; como o secretário geral não entendia, eu não sei. Então eu disse: "Mas é um absurdo isso, como vamos fazer isso?" "Não, mas é assim que se faz." Eu digo: "Mas não posso aceitar isso. Então, se não há outro recurso, então vou converter uma grande parte do fundo naval em dólar. Porque a tendência do dólar é subir. Eu pago o dólar hoje a quatrocentos cruzeiros; amanhã vou pagar a 450, a seiscentos e por aí vai." Aí o secretário me perguntou, me disse: "Ah, mas e se o dólar baixar?" Eu disse: "Bom, eu não vou a esse otimismo. A realidade que eu tenho visto desde que nasci é dólar subir. Mas se o dólar baixar, todo o Brasil vai lucrar. Porque a verba de combustível que nós temos, que paga em dólar, tudo isso, nós vamos recuperar isso. Mas nós não vamos pagar isso como estamos devendo. Vamos chamar o diretor da *Ishikawajima*, o responsável, aqui, dizendo que nós vamos pedir uma prorrogação do pagamento dessa prestação, que nós vamos contabilizar os juros pelo atraso, mas nós vamos tentar obter os dólares pelo Ministério da Fazenda."

Eu fiz uma exposição de motivos ao Valter Moreira Sales. Durou uma semana; em uma semana ele botou a verba do pagamento à disposição da Marinha na delegacia do Tesouro, e eu passei a economizar trezentos cruzeiros em cada...

I.F. - Eu nunca tinha ouvido falar nisso! Que poderia fazer isso: um órgão...

A.A. - Oficial.

I.F. - ... como o Ministério da Marinha, oficial, comprando dólar no câmbio negro.

A.A. - Fizemos o que nós ali fazemos para fazer turismo, para não sei o quê, no paralelo - praticamente era o paralelo. Mas fazíamos isso. De modo que eu achei interessante mencionar esse fato, essas irregularidades que eu encontrei...

V.A. - Por que o senhor acha que havia essa prática?

A.A. - Havia essa prática acho que por timidez. Timidez, ignorância, não sei bem o que era. Mas eu sei que essa prática talvez houvesse surgido pelo seguinte: porque quando o almirante Guillobel encomendou os navios transporte de tropa... Ele encomendou e recebeu a oferta e fechou contrato - depois de examinado pela engenharia... Os navios foram oferecidos a quarenta mil cruzeiros por navio, por unidade, mas o pagamento feito em cruzeiros - não havia a palavra dólar. O pagamento era feito em cruzeiros; quarenta mil cruzeiros em várias prestações. Então não havia o que comprar de dólar. O que saía do fundo naval era cruzeiro. Então era perfeitamente pagável, como uma compra feita no Brasil.

I.F. - É lógico.

A.A. - Então esses navios foram sendo... Daí, possivelmente, surgiu a idéia, a idéia maravilhosa, de evitar complicações, burocracia, de pedir verba ao Ministério da Fazenda, qualquer coisa assim, e continuar fazendo... comprar os dólares em cruzeiros na casa de câmbio. Eu nunca entendi isso. Mas eu estranhei e recusei isso e obtive prontamente do Ministério da Fazenda... O nosso relacionamento - como devia ser dos governos anteriores - tinha que ser um relacionamento... Tinha que ser perfeitamente em compartimentos vaso-comunicantes, não estanques, não é? Cada ministério não é independente, cada ministério tem ligação com os outros. E eu tive sempre muita ligação com o Ministério da Fazenda, como tinha com o Ministério do Exterior... Os ministérios que estavam ligados a mim de coisas mais importantes, eu tive sempre perfeita permeabilidade. E com os demais, também. Mas eu não entendi, fiquei perplexo quando vi essa situação. Mas enfim, eu consegui contornar e passei a pagar e a reduzir a despesa da Marinha no pagamento dessas prestações.

Um outro caso muito interessante que aconteceu foi o seguinte: eu estava no Estado-Maior, a Marinha americana ofereceu à Marinha brasileira a venda de 15 rebocadores de estuário, sendo oito novos, a cinco mil dólares cada um. Ofereceu mais um navio-oficina para ser entregue à Marinha e mais um dique flutuante de cinco mil toneladas, com alojamento para a guarnição e uma oficina também ligada ao dique, tudo isso, desde que nós pagássemos duzentos mil dólares para o transporte dos navio para cá. Quer dizer: era dado, a despesa era toda com transporte etc. Isso veio, nós remetemos a exposição e a oferta ao ministro da Marinha, que era o meu colega Heck, mas tinha um prazo: era até agosto. Vencido esse prazo, o governo americano - que era a *Pan-*

American Division que cuidava disso... Então eles ofereciam a outras nações. E o tempo estava passando e o Ministério da Marinha não se manifestou. E eu, em cólicas, vendo aquilo, aquele presente maravilhoso, e a Marinha rejeitando aquilo sem se manifestar.

Acontece que no dia oito eu assumi o Ministério - oito de setembro. Já tinha passado o prazo. Eu cheguei em Brasília, assumi o Ministério, quando cheguei no aeroporto, eu falei com meu chefe, com o chefe do Estado-Maior, que era o almirante Rongel, e disse a ele: "O senhor telefona para o nosso adido naval, que há essa oferta, e diz a ele para ir diretamente ao Pentágono para dizer que a Marinha aceita a oferta deles." Era o comandante Beirute, Hilton Beirute - o Jânio Quadros tinha cortado vários adidos navais e tinha cortado também a lotação, o posto de oficial-general, que era anteriormente adido naval em Washington - que era muito necessário esse posto -, e tinha transformado para capitão-de-mar-e-guerra para economizar os alfinetes. Então ele telefonou. No dia seguinte então o comandante Beirute respondeu que lá a *Pan-American Division* tinha dito que os rebocadores nós já tínhamos perdido - o prazo já tinha decorrido. Mas ainda restava o navio-oficina e o dique flutuante.

Eu não tinha os duzentos mil dólares. Mas eu joguei, porque achava que eu ia conseguir, como consegui. Achava que ia conseguir. Então os duzentos mil dólares seriam para as despesas de transporte do navio, tudo o que fosse para os navios virem, como vieram. E aqui foram reativados e estão prestando relevantes serviços até hoje. Porque nós já não tínhamos mais um navio-oficina. O *Belmonte*, o tender *Belmonte* já tinha sido desativado, não prestava mais. Nós não tínhamos um navio-oficina para acompanhar a esquadra. E esse navio veio - que eu botei o nome também de *Belmonte* - e está prestando relevantes serviços - quando a esquadra sai, ele sai com a esquadra.

E a engenharia naval, quando o navio chegou, foi examinar o navio-oficina: só de material sobressalente, o navio trouxe nos paíóis mais de um milhão de dólares. O dique flutuante já ganhou rios de dinheiro porque ele não só doca os navios da Marinha brasileira como doca para o meio particular e as docagens são geralmente muito caras. De modo que, quando os diques estão ociosos, as docagens são feitas e o Arsenal recebe... É o que se chama renda... Tem um nome especial, renda particular, uma coisa qualquer assim.

V.A. - Agora, ministro, essa quantia de duzentos mil dólares não era para o transporte dos rebocadores também?

A.A. - Não, não. Para o transporte...

V.A. - Do navio e do dique.

A.A. - Dos navios, preparo dos navios para virem, porque é um transporte de reboque muito caro. Os rebocadores poderiam vir escoltados por seus próprios meios, desde que devidamente protegidos. Mas os rebocadores foram vendidos, oito eram novos em folha. Eu não queria os rebocadores para a Marinha só. Eu queria ficar com os rebocadores... Porque cinco mil dólares era preço de automóvel nos Estados Unidos. Eu queria os rebocadores... Uma parte era para eu ceder para o Ministério da Viação e Obras Públicas, que naquela época existia. Porque vários portos brasileiros não tinham rebocadores para manobra de navio. E não tinham porque não tinha dinheiro para comprar, porque os navios são caros. Então eu ia pegar esses rebocadores, uma parte ficaria para a Marinha, e outra parte eu ofereceria ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para utilizar e lotar esses portos aí carentes de rebocadores para manobra de

navio, evitando batidas e mantendo a segurança e... Até para salvamento no mar, tudo isso.

V.A. - E por que na gestão do Sílvio Heck não foi decidido isso?

A.A. - Eu não sei e fico admirado que isso tenha passado assim. Porque eu senti foi um desinteresse ou um descuido, pelo menos, muito grande, ou uma avaliação completamente errada do valor daquilo. Ou se apavoraram com duzentos mil dólares. Eu sempre pensei como o almirante Guillobel: a gente quando administra não pode pensar em termos da economia própria, não é? Para nós, duzentos dólares é muita coisa, duzentos mil é uma fortuna. Mas para o governo, para a administração, é uma coisa que é uma gota d'água no oceano, no meio desses bilhões etc., que nós temos.

I.F. - E esses duzentos mil dólares o senhor conseguiu através do Valter Moreira Sales?

A.A. - Eu não consegui através do Valter Moreira Sales, porque aconteceu uma coisa curiosa. O Estado-Maior tinha considerado o navio-escola *Guanabara* ocioso. Porque o navio à vela era altamente dispencioso - há divergências nesse julgamento -, era altamente dispendioso e só era utilizado praticamente uma ou duas vezes durante o ano. E a despesa com a manutenção da guarnição permanente ali, treinada etc., a despesa com a manutenção dos panos todos, das velas para aquele navio... Todo aquele material... poliame , massame, tudo aquilo... Então não compensava a existência daquele navio, quando nós tínhamos até um navio-escola.

V.A. - Como é ? Poliame?

A.A. - É parte de cabos e aquela...

[FINAL DA FITA 33-B]

A.A. - Cabos e aquelas roldanas para reduzir esforço, que a gente vê umas peças redondas...

I.F. - Sei. Isso se chama massame?

A.A. - Massame também.

A.A. - Mas então o Estado-Maior, através dos seu estudos, achou que não valia a pena nós termos esse navio. E o governo português estava interessado na aquisição de um navio à vela para servir de navio-escola. porque eles sempre mantiveram um navio à vela. E se candidataram, se ofereceram para comprar o navio. E como era o governo português, o governo brasileiro ofereceu o navio, cobrou um preço muito barato em relação ao preço do navio, e eram justamente os duzentos mil dólares.

I.F. - E o senhor então aplicou no transporte...

A.A. - Então quando chegou esse dinheiro que veio do céu... Eu digo que para administrar a gente precisa ter sorte. Mas eu, de qualquer jeito, conseguiria, com o

Válter eu conseguiria o depósito lá etc. E depois nós já estamos acostumados a dever aos americanos...

I.F. - Mais um pouquinho não faz diferença.

A.A. - Não ia ser por levar mais dois meses para pagar que o americano ia cortar relações conosco, ou a gente pedir moratória, não é? [risos] De modo que eu consegui, graças a Deus, e os navios estão aí, estão prestando relevantes serviços. E eu acho que só porque eu fui ministro da Marinha, porque quando vim de Brasília, eu vinha com a cabeça, com o pensamento nessa oferta. E no próprio aeroporto eu pedi ao almirante Rongel para telefonar imediatamente e dizer que nós... Porque eu sabia que o tempo estava esgotado. Mas ainda salvamos os dois, que era o mais importante para nós.⁶

Os submarinos, por exemplo. Nós estávamos carentes de submarinos, estávamos praticamente sem submarinos, e eu consegui então pedir ao governo americano que nos emprestasse, por arrendamento etc., um grupo de submarinos que eles nos forneceram. A parte de contratorpedeiros não foi possível porque eles não puderam nos ceder.

I.F. - Quantos submarinos o senhor conseguiu?

A.A. - Parece que vieram quatro.

I.F. - E submarinos modernos, ou como eram?

A.A. - Não; modernos, não. Submarinos já usados por eles, remodelados etc., que eles já estavam para encostar, mas que para nós serviam, prestavam ainda serviços. Porque eles não têm material... A política americana, como política de um país com os compromissos que tem, de um país que tem recursos para isso... Não digo que seja rico. Os americanos, todo mundo acha que todo americano é rico. Não, eles têm os recursos, mas não esbanjam nem são milionários. Mas eles têm os recursos necessários para manter uma esquadra pronta para a guerra. Eles não tem navio que esteja suscetível de encostar, que tenha que encostar, que esteja fazendo figura só. O navio chega a um determinado número de anos, de desgaste, eles acham que aquele navio não serve mais e eles afastam e desfazem-se dos navios. Há coisa de uns dois anos eu estava vendo o primeiro submarino atômico *Nautilus*, com vinte anos de serviço, estava em perfeita forma, foi desativado. Porque eles já tinham submarinos atômicos...

I.F. - Muito mais modernos.

A.A. - Muito mais modernos. Aquele já estava praticamente... Embora estivesse em condições operativas muito boas, já estava obsoleto. Então não interessa a eles ter esses navios. Eles renovam o material de acordo com o programa que eles têm para atender a eventualidade, a iminência de uma guerra. Nós, não; nós consideramos a guerra uma coisa ainda remota, e podemos esperar mais um pouco e por aí vai. Mas nós não temos a responsabilidade deles. A nossa responsabilidade é da salvaguarda, da segurança da costa do país no Atlântico Sul- os tratados que nós temos. Mas, de qualquer jeito, ainda que seja precário, nós fazemos o que podemos. Mas o nosso compromisso, como o da Argentina etc., é de manter a inviolabilidade dessa área.

I.F. - E que tipo de submarinos eram esses? Não era atômico.

⁶ O entrevistado consulta suas anotações

A.A. - Não, não. Atômicos nós nunca tivemos. Agora, é que estamos falando em navios atômicos. É o que nós chamamos de submarinos convencionais. São submarinos com *Schnorkel*.

V.A. - O que é isso?

A.A. - É um dispositivo bolado pelos alemães. Porque os submarinos, quando estão em imersão, eles consomem muito oxigênio, porque viram os motores elétricos, que não precisam de oxigênio para a combustão. E essa imersão, quando eles estão debaixo d'água, o navio traz uma série

de ampolas de oxigênio, que é para oxigenar o ar para a guarnição poder sobreviver e os alemães bolaram o seguinte: bolaram uma tubulação... O submarino fica abaixo d'água, mas aquela tubulação vai à superfície d'água e flutua, e ali aspira o ar que vem para oxigenar os compartimentos do submarino. Evidentemente é a uma determinada profundidade. E com isso eles conseguem andar com limitações, mas sem serem visíveis, sem serem detectados pelo radar, eles conseguem navegar as escondidas, digamos assim, com esse *Schnorkel* - também não sei como é que se escreve; eu sei pronunciar. [riso] Mas foi de grande utilidade na guerra esse dispositivo. E esses submarinos convencionais têm esse aparelho. Porque isso evita o consumo de oxigênio quando eles têm que fazer grandes imersões para fazer a caça de um alvo, de uma coisa qualquer. Aí então eles submergem a uma profundidade mais aguda etc. Mas normalmente, quando eles querem navegar às escondidas, eles andam com o *Schnorkel* funcionando e assim economizam o ar. E eu não sei - eu não sou submarinista -, mas parece que a respiração, mesmo com as ampolas de oxigênio, não é saudável. Ela parece que até provoca sonolência nos homens etc. Ao passo que essa aspiração direta, é muito mais saudável. E, com isso, eles conseguem fazer as suas singraduras a salvo desse desgaste. Porque na América do Norte submarino não anda na superfície de um modo geral.

I.F. - Sempre submerso.

A.A. - Eu tive colegas submarinistas que foram fazer curso lá. Eles saem de um porto para o outro, eles vão para baixo d'água e vão embora. Eles têm um treinamento permanente de eventualidade de guerra, de guerra eminente. Eles estão, depois de Pearl Harbour...

I.F. - Estão sempre prontos.

A.A. - Estão sempre prontos. Eu estive nos Estados Unidos e vi justamente que eles aprenderam com Pearl Harbour. Eles estão sempre prontos para a guerra.⁷

Agora, uma coisa importante também foi o seguinte: nós estávamos sem navio... Chamamos de navio-tanque - o navio transporte de óleo. E eu queria construir o navio-transporte de óleo aqui no Brasil. E eu já tinha conseguido uma verba para atender à encomenda. Abri a concorrência; quem venceu a concorrência foi a *Ishikawajima*. Era para fazer um navio-transporte de óleo que atendesse às necessidades da Marinha brasileira. E não assinei a concorrência, embora eu tivesse os elementos para pagar, tivesse tudo direitinho... A minha escrita era de dona de casa, de dono de armazém: eu tinha tudo muito arrumadinho, embora eu seja um relaxado na minha vida particular.

⁷ O entrevistado consulta suas anotações.

[risos] Mas eu não quis assinar, porque a concorrência tinha chegado praticamente no fim da minha administração. E eu, por uma, vamos dizer, preocupação muito grande com a minha pessoa, não quis assinar a concorrência. Porque podia amanhã parecer que eu tinha sido desonesto, que eu tinha assinado a concorrência no apagar das luzes, para receber aquele navio, para entrar numa porcentagem qualquer, numa gorjeta qualquer.

Porque todo homem público geralmente fica com fama de ladrão. [risos] E eu não quis; deixei para quem me sucedesse, para assinar a concorrência. Bom, qual foi a minha surpresa quando a concorrência foi anulada, não se construiu nem esse, nem nenhum. A verba que tinha não sei que fim levou. Eu sei que o meu sucessor não botou no bolso. Mas, enfim, o dinheiro foi malbaratado em outras coisas.

Mas o navio... A finalidade desses fundos era para construir esse navio e não foi empregado nisso. E nós não tivemos construído o navio com uma série de prejuízos. Primeiro, de preço, de custo: o navio ficou muito mais caro. Segundo, que, se o navio tivesse ficado pronto logo, esse navio ia ser utilizado fazendo transportes também... Quando não fosse utilizado na Marinha, faria o transporte de petróleo etc. para a Petrobrás. E nós ganharíamos o frete, que pagaria uma parte do navio. Perdemos esse tempo todo. Só quem foi cogitar da construção do navio-tanque, já foi - duas administrações posteriores, ou três -, foi quando o almirante Bosísio assumiu o Ministério. E aí ele cometeu um erro muito grande - não sei, acho eu o erro. Ele, em vez de procurar fazer com todos os elementos obtidos mesmo aqui, ele resolveu ir pedir troço aos Estados Unidos. Os Estados Unidos sempre fritaram bolinhos conosco, deixam cozinhar em banho-maria, por aí vai. E o tempo que ele perdeu para angariar certos elementos, uma meia dúzia de elementos nos Estados Unidos, fez com que a *Ishikawajima*... O cronograma de construção do navio era de oito meses; o navio levou mais de dois anos, parece, para ser construído. Com isso, a mão-de-obra aqui encareceu, tudo isso. O preço do navio foi muito maior talvez do que a economia que se fez recebendo o material pequeno dos Estados Unidos. Mas, de qualquer forma, a idéia do navio-tanque, a concorrência, quem abriu e tinha recursos... eu tive a satisfação de fazer isso. Não assinei por cuidado...

I.F. - E arrependeu-se por esse cuidado...

A.A. - Me arrependi porque eu, pela Marinha, faria tudo. Mas eu achei que o outro podia assinar, tudo isso, não havia prejuízo. Teria a satisfação de assinar o contrato e eu não ficaria com a posição de suspeição de ter assinado um contrato para me beneficiar de alguma remuneração imoral etc. Mas, de qualquer forma...⁸

Outro problema importante também foi o problema da aviação embarcada. Eu fiz... com o dr. Tancredo, procurei compatibilizar as aspirações da Marinha com a Aeronáutica etc., não consegui. Então aí eu decidi fazer a aquisição dos aviões para o navio que já estava há dois anos aqui e não tinha os aviões. Então eram os T-28 com gancho para fazer treinamento das guarnições etc. Então eu, no peito e na raça, mandei comprar os aviões nos Estados Unidos. Teve um problemzinho, que o meu colega Rademaker errou. Porque nós tínhamos dificuldades de adquirir os aviões nos Estados Unidos por causa da intervenção da Aeronáutica. Mas o Rademaker que era, que eu botei... Ele era o maior entusiasta, um dos grandes entusiastas do negócio da aviação embarcada, um dos batalhadores. Eu botei na direção da Diretoria da Aeronáutica. E ele vai para o Renato Archer, que era subsecretário do Ministério da...

I.F. - Relações Exteriores.

⁸ O entrevistado consulta suas anotações.

A.A. - Ministério do Exterior, e, em vez de dizer ao Renato para autorizar o nosso embaixador, que era o Roberto Campos, autorizar a vinda dos aviões, ele para o Renato... Era um colega de Marinha! Ele diz para o Renato que era para autorizar a vinda de sobressalentes.

I.F. - Ah, o senhor nos contou isso. Deu uma confusão danada.

A.A. - O Renato, quando é depois...

I.F. - Que abrem as caixas e descubrem que não era sobressalente.

A.A. - Vem a questão então que eu já contei... O Peralta, que era da Aeronáutica... Era um verdadeiro peralta mesmo. [risos] Chegou e denunciou a coisa e deu aquela trapalhada toda que eu já contei e que acabei então a duras penas conseguindo botar os aviões aqui. Mas essa compra de aviões também foi feita por mim e, como eu já disse, o problema da aviação embarcada... Eu disse e repito: nós não tivemos o problema da aviação embarcada resolvido por nossa culpa. Porque se a Marinha tivesse uma outra forma de ver as coisas, nós teríamos conseguido. Porque o navio teria vindo com os aviões - como eu contei aqui -, já os aviões no convés.

I.F. - No convés e não tem mais jeito.

A.A. - Deixa eu ver aqui se me ocorre mais alguma coisa.⁹ Ah: construção de São Pedro da Aldeia, também.

I.F. - Ah, foi o senhor que fez?

A.A. - Não, já estava iniciado. E eu dei todas as verba que eles necessitavam durante o período em que eu fui ministro para a continuação do programa de São Pedro da Aldeia.

I.F. - Ali é uma base grande, não é?

A.A. - É uma base grande, e o local... Embora nós não fôssemos assim tão ligados à Aeronáutica, o local é ótimo por questões de tempo. E uma porção de ocasiões em que aqui está tudo obscuro, com cerração etc., lá geralmente está limpo. Ficou um lugar de recurso até para pouso em caso de dificuldade de pousar aqui etc.

I.F. - É base aero-naval, não é?

A.A. - É base aero-naval de São Pedro da Aldeia. Agora uma outra coisa interessante e importante foi a remodelação do *almirante Saldanha*. Já tinha chegado...

I.F. - Do navio-escola, não é?

A.A. - Do navio-escola. Já se tinha chegado à conclusão que o navio-escola não comportava mais os aspirantes, os guarda-marinhas etc., porque tinha uma lotação para setenta aspirantes. Então não cabia mais ser utilizado como navio-escola. Então a idéia

⁹ O entrevistado consulta suas anotações.

de adaptar o navio para navio oceanográfico. Aí é que entra, vamos dizer assim, o mérito do Paulo Moreira. Não sei se ouviu falar no Paulo Moreira.

I.F. - Sei.

A.A. - Então o Paulo Moreira era o comandante do navio. E nós conseguimos um acordo com a UNESCO. A UNESCO nos daria uma série de elementos necessários para que o navio atuasse como navio oceanográfico- esses elementos de prospecção, de técnica, de análise de água, tudo isso, de pesquisa -, nos fornecia isso gratuitamente. E nós daríamos o navio. Então o Paulo Moreira estava já no comando do navio e ia ser iniciada a reconstrução do navio.

Aí queriam... Estava na época, porque os comandos são contados... Geralmente o comandante do navio fica um ano, depois tem que mandar embora, vem outro etc. E eu disse que o Paulo Moreira não saia do navio. Porque quem entendia daquilo era ele, a mãe daquele projeto todo era ele, e quem tinha credenciais e conhecimentos para levar aquilo a cabo era ele. E ele ficou dois ou três anos no comando do navio, até o navio ficar completamente pronto e operar como está operando hoje como navio oceanográfico.

I.F. - Ele opera lá no porto do Rio Grande?

A.A. - Em toda a costa do Brasil.

I.F. - Porque lá na cidade do Rio Grande tem uma universidade de oceanografia da Marinha muito boa, não é?

A.A. - Eu não sabia, ignorava isso. Eu sei dessa parte aqui em Cabo Frio.

I.F. - A Álcalis, também.

A.A. - Lá também tem. Mas o Paulo Moreira é o grande idealizador dessa coisa toda. Ele é um profundo estudioso desses assuntos e de sacrificar o próprio conforto. Porque ele foi estudar na França etc. por conta própria. Ele pediu licença da Marinha e foi recebendo os proventos dele em cruzeiros etc., com grande sacrifício, para se especializar e estudar na França.

I.F. - Oceanografia.

A.A. - Oceanografia.

A.A. - Era um homem de grande, grande...

I.F. - Foi ele que imaginou esse estudo grande aqui perto de Álcalis, aqui em Cabo Frio, não é?

A.A. - Tudo isso. É, tudo isso é dele, toda essa parte é dele. Estudos do mar, a universidade, tudo isso é bolação dele. Eu tenho uma admiração muito grande. E achei curioso, até me emocionou muito, porque eu já tinha deixado o Ministério e, quando é um belo dia, eu recebo uma carta dele muito atenciosa, me considerando como um dos grandes cooperadores para o êxito da questão do navio hidrográfico...

I.F. - Oceanográfico.

A.A. - Oceanográfico. Então me mandando um prato da primeira louça do *Almirante Saldanha*, que eu tenho lá em casa como lembrança. A primeira louça do navio, quando o navio foi construído, que recebeu da Inglaterra, um prato do navio, do *Saldanha*, que ele mandou como lembrança, com uma carta muito bonita etc. E enaltecendo a minha ajuda a esse problema do navio, do navio oceanográfico.

A transferência da administração naval para Brasília: nós estávamos em Brasília, quando uma ocasião, o presidente João Goulart manifestou o desejo, e instruiu os ministérios, de enfatizarem a transferência de todos os órgãos, a mudança para Brasília. Porque nós vivíamos na ponte aérea: uma parte aqui, outra lá, e lá tinha só o gabinete do ministro e muito pouca coisa. E aí então eu tive que fazer um contato com a Caixa Econômica, porque eu tinha pressa. E ia pela engenharia naval... Isso demandava, nós não tínhamos infra-estrutura para isso. E a Caixa Econômica já estava acostumada com esse problema todo de construções civis, já tinha feito construções civis em quantidade para Brasília, tudo isso. E então eu tinha que fazer os prédios todos para colocar o pessoal. Porque eu tinha que dar os recursos para o pessoal poder ser transferido para lá. Então o projeto já estava pronto de quantos blocos de apartamentos nós precisávamos, quantas casas, tudo isso. Então eu consegui com a Caixa Econômica um plano muito interessante. Porque isso tudo ia custar... A gente fala no passado sem saber a correspondência do presente. Isso tudo custaria à Marinha brasileira oitocentos mil cruzeiros! Oitocentos mil cruzeiros é quase que uma passagem de ônibus hoje, nos cruzeiros antigos. [risos] Então isso tudo me custaria oitocentos mil cruzeiros, pagáveis em cem mil cruzeiros por ano.

I.F. - Por ano?

A.A. - É, por ano. E eu tinha que...

I.F. - Sem juros, sem nada?

A.A. - Sem juros. Não havia juros nem correção monetária. Eu teria que dar um sinal de duzentos mil cruzeiros para iniciar...

I.F. - A construção.

A.A. - A construção etc. Ela cobrava de todo mundo... Todo mundo que tinha financiamento tinha que pagar 20%, não sei quanto. Daria duzentos mil cruzeiros. Esses duzentos mil cruzeiros seriam contabilizados no correr do tempo que ela levaria para a construção. No fim, ela contabilizava isso e devolvia fazendo abatimento no preço das obras. E assim foi feito. Me deu os melhores terrenos que havia em Brasília porque estava tudo entregue a ela, para fazer os quatro blocos de apartamentos e ainda uma série de casas para residência de oficiais-generais, tudo isso. Então eu fechei o contrato, e rapidamente - porque eles têm uma infra-estrutura tremenda para construção -, imediatamente isso passou a ser construído.

I.F. - E essas negociações eram feitas entre o senhor, Ministro da Marinha e o presidente da Caixa Econômica?

A.A. - Era direto. Eu tinha autonomia para fazer isso. Como podia ter entregue à engenharia naval, para fazer, para projetar. E isso ia levar um tempo enorme a nossa engenharia não está preparada para isso. E eu, então, corri várias construções em Brasília e pedi então para verificar as especificações daqueles prédios todos que estavam construídos. E não me lembro o nome do construtor cujas especificações, cujas construções eu vi prontas e sendo usadas, que me pareceram as mais perfeitas. Com conversa com os engenheiros navais etc., chegamos à conclusão que as especificações deviam ser daquele tipo de construção civil - era do Graça Cortes.

I.F. - Ah, Graça Cortes.

A.A. - Graça Cortes. E assim foram feitas as construções. Para encarregado da fiscalização de tudo isso eu botei um oficial-de-gabinete meu de grande valor, que era o Jonas. O Jonas foi escalado para isso e era um oficial de valor muito grande e comprovou, porque ele se manteve no Lóide durante, parece, 14 ou 15 anos depois, já no governo do Geisel, do Médici etc. E saiu foi agora com esse movimento. Jonas Correia da Costa. Ele é que era encarregado de fiscalizar a execução disso e as obras corriam rapidamente. Quando eu passei, estavam todas em pleno andamento, com prédios já que em vias de inauguração e já estava em condições de poder receber o primeiro escalão da Marinha, com funcionários, com tudo isso.

Ah, outra coisa: construção de reparos na base de Aratu. Isso também fazia parte do meu programa. Porque o regime parlamentarista estabelece um programa de administração. E eu tinha visto que tudo o que a Marinha tinha projetado e programado no tempo do almirante Guillobel, praticamente tudo tinha sido paralisado. Porque tinha sido feito pelo almirante Guillobel na era Getúlio Vargas. O Renato Archer me contou até uma ocasião uma declaração do Amorim do Vale: "Se é coisa do Renato Archer, não continua"¹⁰.

I.F. - Do Getúlio?

A.A. - Não, do Renato. O Renato Archer foi conversar com o Amorim do Vale, o Amorim do Vale, que era o ministro, disse: "Coisas do Renato Guillobel eu não continuo." Era assim. Quer dizer, um regime de prevenção e não de continuidade. Estava tudo parado. E essa base de Aratu era importantíssima para nós. E eu então fui visitar - as visitas que eu fiz, examinei as bases... A base de Aratu. E resolvi dar continuidade e comecei a dar as verbas, tudo isso. O governador era o Juraci Magalhães, estive no palácio conversando com ele. Fizemos um tratado, negócio de fornecimento de água - a água que seria comum à cidade e a Aratu também. E a base, foi continuando a sua construção, e depois não houve mais interrupção. E hoje está funcionando perfeitamente. E fiz um convênio também com a Petrobrás.

I.F. - Que é lá também...

A.A. - E ela me ajudar numa série de coisas para eu dar assistência aos navios da Petrobrás na base de Aratu. Houve umas alterações pequenas, depois de proclamado, na questão do comprimento do cais. Parece que foi aumentado, que era de quinhentos metros, passou a ser mais um pouco, e a profundidade também do cais. Mas agora está funcionando, está perfeitamente em condições e está prestando grandes serviços. Mas

¹⁰ Refere-se a Renato Guillobel, como foi retificado logo a seguir.

quem recomeçou fui eu, e dando os recursos necessários para a continuidade dentro da minha administração.

Ah, outra coisa: o Centro de Adestramento Almirante Marques Leão. Esse Centro de Adestramento tem ligações comigo durante o tempo em que eu era um dos chefes do Estado-Maior. O material para melhoramento do centro de instrução - o material de simulador de ataques, tudo isso -, esse material todo era fornecido pelos Estados Unidos. E os americanos já nos conheciam mais do que nós a nós mesmos, e havia dois oficiais encarregados disso, que estavam no Centro de Instrução Almirante Marques Leão: eram o Borba e o Saerp - dois oficiais de grande valor e altamente entusiasmados com isso. Os dois estavam interessados também diretamente nisso. Mas foram conversar lá na missão americana, e o americano disse: "Olha aqui, nós temos esse material para você. Mas a Marinha brasileira pede o material e fica tudo encaixotado, aí ninguém resolve nada. Pede material, mas não prepara infra-estrutura para utilização do material. De modo que eu..." Eu não me recordo qual foi o capitão-de-mar-e-guerra que disse. "Eu só estou pronto a atender - falando francamente - a essa aspiração da Marinha, se antes informarem aqui a missão que já têm o local, já têm as condições todas para utilizar esse material."

V.A. - Que material era esse?

A.A. - Era material de simulação de ataque, material especializado em tática anti-submarina, de movimento, manobra de navios, tudo isso. Em vez de fazer com os navios em andamento... Hoje tem uma porção de brinquedos aí, de simulados. E era um material assim mais especializado. Inclusive, havia uma parte do material que eles não tinham, porque eles não são completamente auto-suficientes. Quando eles acham que não é econômico produzir, eles compram no estrangeiro. Então tinha uma parte do material que seria encomendado da Inglaterra.

E aí eles me vieram falar. Eu estava no Estado-Maior, era subchefe. E a situação era difícil. Então eu fui com eles procurar no Arsenal de Marinha, conseguir uma área que fosse aproveitada para instalar lá o Centro de Instrução Almirante Marques Leão. E conseguimos um edifício que estava...

[FINAL DA FITA 34-A]

A.A. - ... um edifício que estava... Podia ser considerado ocioso mediante o atendimento de umas mudanças lá etc. Então conseguimos o edifício. Conseguido o edifício, não foi difícil conseguir...

I.F. - O material.

A.A. - ... que o americano providenciasse a oferta do material. Mas essa oferta de material também implicava numa necessidade de verba para a instalação, e isso não estava previsto - até aí o americano não foi. Bom, e aí, então, dá-se o fato seguinte: eu...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.A. - Mas, então, no Arsenal de Marinha conseguimos o edifício para podermos dizer aos americanos que nós já tínhamos o local para fazer as instalações do Centro de Instrução Almirante Marques Leão. Bom. E o tempo está correndo, o material começou a chegar e, neste íterim, veio a questão de eu ir parar no Ministério da Marinha, de eu ser ministro da Marinha. De modo que eu tinha sido o fiador inicial... Felizmente eu assumi, senão a gente ia ficar com uma cara de pau... [risos]

E aí então, o Borba veio com o projeto da instalação do material, projeto que importava em orçamento das companhias, do que ele precisava: ar condicionado, uma série de instalações. E então com um projeto que custava 43.000...cruzeiros - eu já estou acostumado a falar "cruzados": 43.000 cruzados... 43.000 cruzeiros, o que é hoje, não é?

I.F. - É.

A.A. - Mas então eu dei a dotação de 43.000 cruzeiros para eles fazerem as obras todas. Ficaram entusiasmadíssimos e começaram a tocar o negócio para diante.

Essa dotação vinha da Secretaria de Marinha e o curioso foi o seguinte - as mesquinharias... Eu chamo de mesquinharias porque foi o que me pareceu, pode ser que não tenha sido. Mas essa dotação foi feita por mim; eu deixei o Ministério, as construções estavam sendo feitas, então... Aquilo em duodécimos, ou coisa que o valha, ia sendo dado para pagar o material. Mas quando eu deixei o Ministério, houve a crise na Marinha da devolução da Ordem do Mérito Naval. Porque o ministro da Marinha, que era o Suzano, condecorou o Brizola com o Mérito Naval. Aí explodiu a coisa, porque o Bierrenbach, que era capitão-de-mar-e-guerra, fez um expediente restituindo a Ordem de Mérito Naval ao ministro da Marinha, por considerar a Ordem do Mérito Naval completamente desmoralizada com o condecoração que foi dada ao Brizola e por aí vai. E outros oficiais fizeram a mesma coisa. Inclusive o Borba, que estava na construção da base Almirante Marques Leão. Isso é que ele me contou depois - o Borba me contou. Disse: "Almirante, o senhor não imagina!" "O que foi?" "Começaram a prender as verbas. O ministro da Marinha, almirante Suzano, começou a prender as verbas, não queria me pagar, porque eu tinha restituído a Ordem do Mérito Naval." Mas, de qualquer forma, a coisa já estava muito adiantada e consegui-se realizar a obra, e nós não caímos no conceito dos americanos porque o Centro de Instrução está funcionando. E era um centro de instrução que funcionava com... Havia um compromisso também de nós facilitarmos a realização de cursos de outras Marinhas da América do Sul - veja a grandiosidade dessa instalação.

I.F. - Convênios com as outras Marinhas.

A.A. - Um convênio com as outras Marinhas, porque os americanos... não era só para o Brasil.

I.F. - E chegaram a participar?

A.A. - Chegaram; tem vindo oficiais participar desses treinamentos aqui.

Tem outro ponto que eu já focalizei: o fornecimento de óleo diretamente pela Petrobrás.

I.F. - É¹¹.

¹¹ O entrevistado consulta suas anotações.

A.A. - Alienação de material, também cuidei, porque tinha uma série de coisas que estavam demoradas para serem... Eram inscrevíveis, tinha que se desfazer daquilo, e ficava aí sendo postergado para outro tempo e ocupando espaço etc. Consegui dar andamento nisso.¹²

Também a parte de Diretoria de Portos e Costas: as capitânicas estavam completamente desaparelhadas. Porque capitão do porto tem que ter condição [inaudível] não é?, Então uma série de capitânicas não tinha as embarcações para prestar vigilância. É como a polícia aqui, que não tem carro. É um negócio assim: incumbido de vigiar, de fiscalizar, de multar o que não tinha. Então eu fiz um projeto e mandei estabelecer uma série de tipo-padrão de embarcações, para a Diretoria de Portos e Costas entregar às capitânicas e dotar todas as capitânicas com essas embarcações, e tinha dotação para, justamente a construção dessas embarcações para não dizer que não podia fazer porque não tinha material.¹³

Cursos no estrangeiro. É uma outra coisa também muito séria. Nós pagávamos os oficiais e mandávamos fazer curso no estrangeiro. Muito bem. O que é natural, o que é intuitivo, é que o oficial vá fazer um curso e venha aplicá-lo quando chega aqui no Rio. Não: o oficial ia fazer o curso, aprendia lá o que tinha que aprender, e depois vinha ser utilizado numa função completamente diferente que aquela em que ele tinha se revelado em condições de se aperfeiçoar, tudo isso. Isso

me constringia muito. Então eu estabeleci o seguinte: o oficial que era indicado para fazer o curso previamente era nomeado para o lugar a que ele teria que vir. Ele vai fazer o curso; quando vier, vai servir em tal lugar para aplicar o que ele tinha aprendido no estrangeiro. E eu soube que isso causou uma boa impressão até na missão americana - porque eles analisavam tudo o que nós fazíamos -, esta providência minha, de fazer com que os oficiais fizessem o curso e já fossem designados para o lugar, já sabiam para onde tinham que vir.

Eu dou um exemplo de um caso curioso. Eu servia no Estado-Maior da Armada e era subchefe das informações. Os americanos faziam muito mistério do ensino do serviço de informações na América. E eu consegui que eles concedessem quatro vagas para fazer curso de informações. É o *Intelligence* que eles têm. Então eu peguei um oficial que servia comigo na subchefia de informações, para designar para ir fazer o curso. Peguei um oficial que servia no comando da Esquadra na parte de informações. Peguei um oficial que servia na Escola de Guerra Naval que ministrava instrução de informações. E o outro não me lembro qual foi. E mandei esses quatro oficial - dei o nome para o ministro designar. E eu estava certo que esses oficiais, quando viessem, iam voltar para as comissões, dar curso também aqui, para ir divulgando em cadeia esse aprendizado. Cada um foi para coisa completamente diferente.

I.F. - É um investimento completamente perdido.

A.A. - Investimento perdido. Um deles, eu me lembro, que era do Estado-Maior, que era o Resende Rocha, que chegou a almirante-de-esquadra, foi diretor do Arsenal etc. Mas ele nunca utilizou, na Marinha, o serviço de informações. Nem os outros. Cada um voltou, foi para um outro lugar qualquer, servir em coisa completamente diferente daquela para a qual a gente estava esperando que ele fosse servir. Então, quando eu estava no Ministério, eu designava previamente. Não sei se, quando eu deixei o Ministério, essa doutrina foi...

¹² Idem

¹³ Idem

I.F. - É, porque essas empresas particulares todas, quando mandam um funcionário para o estrangeiro, eles assinam antes um compromisso de que continuarão na empresa por tantos anos.

A.A. - Mas nós fazíamos completamente diferente. Nós mandávamos um oficial, tirava o curso, ficava com os seus conhecimentos próprios, e a Marinha não lucrava nada disso.

I.F. - Nem o país, porque afinal de contas é um investimento de todo o país, não é?

A.A. - É o óbvio ululante, não é? Mas que nós não seguíamos. [risos] Mas, enfim, a coisa era assim.¹⁴

Adidos navais, por exemplo. O nosso presidente Jânio Quadros cortou vários adidos navais para fazer economia. Adidos navais e militares também - todos os adidos. Para salvar o Brasil tem que se cortar os adidos navais e militares... E eu não me conformava com isso. Então eu consegui restabelecer todos os adidos navais e estabelecer mais serviço de adido naval na França, que não tinha, e no México. Hoje já não sei mais onde é que tem, mas restabeleci e nomeei os adidos navais para esses lugares todos. O único oficial que eu nomeei para adido naval e que não seguiu foi o comandante Palhares, que depois foi ajudante-de-ordens do Castelo Branco. O comandante Palhares, eu tinha designado para ser adido naval em Paris, e fiquei muito triste porque eu assinei... Eu, o presidente, o Tancredo... Os decretos estavam prontos, mas foram para o Gabinete Militar. Neste instante nós renunciemos. O Krueel parece que não tolerava aquele processo meu, de obter as assinaturas do presidente depois mandar só para publicar, não publicou os decretos. E o que faz? Quando o Suzano assume, o Krueel pega o decreto e manda para o Suzano confirmar os decretos. E o Suzano não teve a delicadeza de dizer: "Bom, se já está assinado, se é do meu antecessor, está feito e não tem o que modificar." Não: ele mudou o nome e nomeou um protegido dele, um recomendado dele, e o oficial que tinha sido nomeado adido naval não seguiu. Felizmente, esses oficiais que eu nomeei adidos navais não me pediram, nem eu comuniquei. Eu só comunicava depois de ter sido assinado o decreto. De modo que ele não teve a desagradável surpresa... Depois, eu estava na América do Norte, ele me escreveu uma carta - ele estava na Bahia, se não me engano - agradecendo, porque ele tinha sabido que eu o tinha nomeado para adido naval, mas que ele tinha sabido que o decreto dele, por razões que ele não sabia quais eram, tinha sido cortado, e tinha sido nomeado outro. Mas, de qualquer forma, ele agradecia muito a escolha e a nomeação que eu tinha propiciado.¹⁵

Parte de uniformes, também. O uniforme na Marinha, a marujada andava com uns uniformes horrorosos, muito fraco de pagamento de uniforme. Chamamos de pagamento é a entrega de uniformes, porque a Marinha dá os uniformes. E eu consegui melhorar isso, mandei fazer exame de qualidade de material através do Serviço de Inteligência, e fiz uma dotação para aquisição do material, para que tudo fosse posto em dia. Deixei tudo funcionando com os recursos necessários, para que não houvesse carência de material, para que os marinheiros pudessem ser licenciados etc., e os oficiais pudessem inspecionar o apuro de uniformes sem a desculpa de dizer: "Não, eu estou mal uniformizado porque não tem uniforme." Porque uma coisa importante é o aspecto pessoal, não é?¹⁶

¹⁴ O entrevistado consulta suas anotações.

¹⁵ O entrevistado consulta suas anotações.

¹⁶ Idem

Serviço de reembolsáveis, também, que a Marinha tinha de assistência pessoal. Eu dei um adiantamento grande para esse serviço de reembolsáveis do fundo naval, para que ele tivesse um capital de giro para comprar nas fontes todo o material de alimentos etc., que nós precisássemos, em vez de usar os intermediários. Todo mundo se queixa dos intermediários, não é? E eu então queria que a Marinha fizesse isso diretamente para poder vender mais barato. Porque nos Estados Unidos é mais barato. Nos Estados Unidos, a gente compra naquelas bases tudo o que é fornecimento. Torna a vida do militar mais acessível. Porque nós tínhamos o transporte de tropa, podíamos ir buscar arroz, feijão, não sei que; tudo isso vinha pelo transporte, não nos custava, a não ser o gasto de combustível do navio e não tinha o lucro dos intermediários, e o capital eles já tinham. E assim eu procurei fazer, para justamente fornecer o material mais barato.¹⁷

A Escola de Guerra Naval estava parada, estava em esqueleto ali na Praia Vermelha. Também tinha sido iniciado pelo almirante Guillobel, estava parada desde aquele dia. Eu acho que eu já disse aqui...

I.F. - O senhor falou, é.

A.A. - Eu já contei, parece, a história da Escola de Guerra Naval, que eu mandei reiniciar etc. Que faltava até o tabuleiro eletrônico.

I.F. - Exatamente.

A.A. - Então desculpem, isso é redundante, de modo que eu me furto a comentar isso. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa¹⁸... Ah, as escolas de aprendizes, também. Tinha uma escola modelar sendo construída lá em Alagoas, que eu fui visitar, fiquei com pena: estava tudo parado, parecia que tinha havido uma paralisação de todas as pessoas... os homens tinham largado as obras assim, colher de cimento no chão, tudo aquilo. E eu então consegui dar a verba para continuar a escola - que, depois, o Adalberto Nunes entregou a uma secretaria porque mudaram a política de escola de aprendizes. Mas era uma beleza de escola.

I.F. - Porque tinha uma muito boa em Florianópolis, não é?

A.A. - Tinha, em Florianópolis.

I.F. - Tinha em Recife...

A.A. - Tinha na Bahia, tinha em Recife. Essa da Bahia, justamente, até estava para transferir para Alagoas. Apesar do governo da Bahia fazer força para manter lá, porque a escola de aprendizes é um elemento de aproveitamento desses menores carentes de assistência.

I.F. - Exato. A de Florianópolis, eu lembro que era muito procurada.

A.A. - É muito procurada. Mas essa de Alagoas era uma beleza de escola.

I.F. - Essa chegou a ficar pronta.

¹⁷ Idem

¹⁸ Idem

A.A. - Chegou a ficar pronta, mas depois a Marinha mudou a política, e então, na Administração do Adalberto Nunes, ele cedeu a uma secretaria de estado de Alagoas, e eu não sei para que seria utilizada. Mas que era uma instalação maravilhosa... Era uma área imensa, com praia, construções de primeira ordem. Não sei em que está sendo utilizada. Foi uma pena que tivessem desativado essa escola.

E eu terminei a minha gestão... acho que não tenho mais nada a falar sobre isso, a não ser que eu queria manifestar aqui o meu agradecimento ao presidente da República, o dr. João Goulart, e ao dr. Tancredo, pela ajuda que prestaram. Porque eu não tive nunca dificuldade de ajuda por parte, tanto do presidente, quanto do primeiro-ministro. Todos dois me ajudaram intensamente, os desentendimentos, enfim, as discordâncias foram sempre superadas. Eu só tenho que agradecer em nome da Marinha, a atuação dos dois. E enaltecer... na dos ministros, eu queria salientar a cooperação do nosso amigo Válder Moreira Sales.

I.F. - Sem ele, não poderia ter feito tanta coisa.

A.A. - Não poderia ter feito tanta coisa.

I.F. - Quer dizer que o senhor achou que realmente foi uma experiência muito enriquecedora, tanto pessoal, para o senhor, como em benefícios que o senhor conseguiu, através das verbas, para a melhoria da Marinha.

A.A. - Ah, foi.

I.F. - Embora num momento de crise do país, uma crise política, deu para se dedicar à Marinha propriamente dita.

A.A. - Deu. Foi difícil porque a primeira parte foi essa de resolver o problema de permeabilização de entendimento entre uma parte da Marinha, que não podia ver com bons olhos e tinha medo que degingolasse o governo numa caminhada para o comunismo, qualquer coisa assim... e que eu conseguisse inspirar confiança no regime do presidente João Goulart. E eu tive até o seguinte: eu consegui botar todos os almirantes, inclusive as - depois - "irmãs Dione", todos eles a bordo do navio aeródromo, do *Minas-Gerais*, numa cerimônia com o João Goulart, com a senhora dele, com o governador de Minas Gerais. Porque houve a entrega de uma bandeira brasileira feita pelas senhoras de Minas Gerais, foi oferecida ao *Minas Gerais*. E no dia do recebimento, da inauguração, do hasteamento da bandeira, então, eu convidei o presidente João Goulart para vir. Ele veio com a mulher e os dois filhinhos. Hoje estão uns homens, estão casados etc. E assisti também o governador do estado de Minas Gerais e todos os almirantes estavam presentes. E o João Goulart cumprimentou um por um, todos os almirantes presentes no Rio de Janeiro foram a essa cerimônia. Quer dizer, eu tive a sorte de conseguir que não houvesse nenhuma ausência, nenhuma demonstração de prevenção.

I.F. - Está ótimo. O senhor teria mais alguma coisa de especial que o senhor quisesse nos contar?

A.A. - Bom, que me ocorra assim, não. Depois eu saí do cargo de ministro, fui nomeado para o Conselho do Almirantado. Depois então fui para os Estados Unidos, onde

aprendi muita coisa, observei muita coisa. O que eu só tenho a dizer é a minha gratidão à Marinha.

I.F. - Quer dizer que, se o senhor fosse começar tudo de novo, o senhor voltava a ser oficial de Marinha?

A.A. - Voltava para a Marinha. Eu nasci praticamente no mar. [risos] Eu me lembro até... a minha devoção pelo mar faz lembrar os versos de um poeta. Deixa eu ver se eu me lembro..." E o mar, então... Não me lembro agora. É uma devoção ao mar. "Mar, então, velho confidente de sonhos que a mim mesmo hesito em confessar, atrai. Sua voz chamam-me docemente, dá-me uma embriaguez como feita de luar. O mar é para mim como o céu é para o crente."

I.F. - Ótimo. Então, almirante, nós gostaríamos de agradecer muito esse seu depoimento, para nós foi uma experiência muito interessante. E vamos agora fazer a revisão toda do depoimento, qualquer dúvida que a gente tenha, nós telefonamos para o senhor, o senhor completa...

[FINAL DO DEPOIMENTO]

Turma de 1923

No E. Minas Gerais

Luís Martins Meira
Helio Carnier Sampaio
Augusto Lopes de Cruz
Fernando Carlos de Mattos
José Luiz Belart
Heitor Almeida de Sá
Edgard Fragoso Barbosa
José Santos Saldaña de Lima
Eugenio Gomes Ferraz
Helma Carnier de Albuquerque
Estrelita Silva Neves
Stelio Guarani Guia
Armando Junqueira Ferreira
Hernani Amorim Duxoto
Angeles Nolasco de Almeida

Summa de 1923
no E. São Paulo *

- Paulo Antonio Telles Bardy *
Luiz Octavio Brasil
- A Apolinário Maranhão Buarque de Lima
Sylvio Heck
Augusto Hamann Rademaker Brunwald *
- A Gabriel Grun Moss
Levy Penna Clara Reis *
- A Lauro Oriano Menescal
Lauro Hercilio de Almeida
Francisco Figueiro Novais
Mario Rocha Figueiredo Lima
Ruy Guithon Pereira de Mello
João dos Santos Costa
Arnoldo Tozcano
Humberto Junqueira Ferreira de Silva
Haroldo Zany
- Perderam a Tenuia
Guilherme Fisher Presser
Benjamin Penna Clara Reis
Armando César Marliu Burlonagui
José Milliet Filho - derriteuse

Resumo feito por Ângelo Nolasco de relato pessoal feito a ele pelo Almirante Augusto Rademaker após um almoço que reunia chefes de turma no Clube Naval, em 1964 aproximadamente.

O CASO DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

A situação já estava muito agitada e, estávamos em 11 ou 12 de dezembro de 1968. Costa e Silva, tinha esperança de que o caso Marcílio, tivesse solução favorável no Congresso (licença para o Marcílio ser processado). Havia recebido telegrama do Congresso, com assinatura de muitos parlamentares, manifestando-se favoráveis à concessão de licença, entre eles, Daniel Krieguer, seu muito amigo. Por fora, porém as informações, não levavam à referida esperança. A 12 de dezembro, no avião em que viajava Costa e Silva vinham também os Ministros Militares preocupados com a solução do caso. Costa e Silva, tomava notas. No Rio, os Ministros Militares, contactaram o Ministro da Justiça, para a eventualidade de uma derrota no Congresso, caso em que poderia ser baixado um ato qualquer que colocasse as coisas na forma desejada. Finalmente, estourou a bomba; o ajudante de ordens de Costa e Silva (Thedim) telefonou à Rademaker, informando que lá estava o Ministro do Exército, que pretendia se avistar com o Presidente e, se ele também não iria. Rademaker informou que não iria porque Costa e Silva, anteriormente lhes dissera que os chamaria oportunamente. Estabeleceu porém diálogo com o Ministro da Aeronautica (Marcio).

A coisa fervia; era dia 13/12; na Escola Naval realizava-se a cerimônia anual de formatura dos alunos. Apressadamente, retiraram-se os Ministros Militares e foram para o Palácio; Costa e Silva declarou-lhes que a situação se definira, mas era contra o fechamento do Congresso e contra o "estado de sitio". Restava o recurso de um ato que solucionasse a situação, e que já havia esboçado uma redação que passou a ler, uma vez que os Ministros haviam aceito a ideia. Após a leitura, pediu a opinião dos Ministros; houve a concordância do Ministro do Exército e a discordância do Ministro da Aeronautica. Parecia-lhes um tanto fraca quanto às medidas repressivas que seriam autorizadas. Diante da discordância de Rademaker e Marcio, Costa e Silva concordou em que

se refizesse a redação, ocasião em que o Ministro da Justiça que participava do encontro, informou que já tinha um esboço pronto e que foi lido. Rademaker e Marcio, acharam-no adequado; Costa e Silva achou-o muito severo e dirigindo-se a Rademaker disse acha-lo muito radical. O Ministro da Justiça informou então que tinha outra redação e que passou a ler; Costa e Silva concordou com a mesma fazendo algumas alterações. Assim, chegou-se ao ato institucional com sua redação final.

A essa altura, Costa e Silva declarou que, seria necessário agora ouvir os Ministros do Exterior e Fazenda sobre a repercussão do mesmo nos respectivos setores. Ambos, informaram que em suas áreas não seriam embaraçadas pelo "ato" que se preparava. A seguir, Costa e Silva mandou que viessem a sua presença, determinados parlamentares da Arena que lá se encontravam (Palacio Lorangeiras), entre eles, Passarinho.

Durante o bate-papo com Costa e Silva e os Ministros Militares, Rademaker era de opinião que para início de conversa fossem cassados os parlamentares que haviam firmado o telegrama e votado contra a medida ao que Costa e Silva respondeu achando-o muito radical.

Providencias paralelas-Nesse meio tempo houve um certo desentendimento entre parte do Exército (1º Sizeno) e Marinha e Aeronautica. O comte. do 1º Exército declarara que a "Vila" estava pronta para descer; o M. do Exército em dificuldades. Rademaker, ao ser informado respondeu que a "Vila" não estava em nenhuma colina que viesse a descer e, que não aceitava essa intimidação, parte da Esquadra já estava fora e pronta para qualquer eventualidade. Na Aeronautica se passava o mesmo, pois Marcio havia movimentado a Fab. Muricy estava na Marinha e voltou ao Palacio com a informação da situação na MB.

Na noite do dia 13-12-1968, o M. da Justiça lia o "ato institucional nº 5". Como se vê, Costa e Silva não foi compelido a coisa alguma; imaginou o ato como unico recurso para não fechar o Congresso ou decretar o Estado de Sitio.

Houve modificação de seu pensamento, mas a ideia original, ele a tinha na cabeça, quando decepcionado constatou que havia sido ludibriado por elementos do Congresso, muitos de sua maior confiança.

%%%

%%%

Como Rademaker foi Vice Presidente da Republica

É outra historia

Havendo Costa e Silva ficado impossibilitado de continuar na Presidencia da Republica, uma junta constituída pelos tres ministros militares passou a governar. O Vice Presidente foi chamado ao Rio e Rademaker foi espera-lo no aeroporto, havendo informado que ele não poderia substituir o P.R. uma vez que os ministros achavam que a crise no momento não era de molde a solucionar-se com a sua assunção.

A Junta, constituída pelos Ministros Rademaker, Lira Tavares e Marcio, ficou com a responsabilidade do governo até que ficou decidido que um General fosse escolhido para assumir o governo. O general escolhido, por ser considerado o mais conveniente, foi o Garrastazu Medici, que era amigo de Costa e Silva e havia sido Chefe do SNI e estava comandando o Exercito do RGS sendo seu chefe do E.Maior o Gen. João Figueredo.

Nesse meio tempo alguns elementos da Marinha e Exercito trabalhavam o nome do Gen. Albuquerque Lima que ja anteriormente, em evidencia havia causado algumas contrariedades á corrente militar dominante.

Com a chegada de Medici ao Rio, reuniram-se os Ministros Militares e Chefes dos Estados Maiores e ainda Ururay que se sentou proximo a Medice. Depois de grande relutancia de Medici de aceitar a sua indicação, foi a ele declarado de que deveria aceitar como uma missão. Finalmente, Medici declarou que con-

cordava em aceitar, desde que os presentes assumissem também o compromisso de acitarem também as nomeações para os cargos que ele indicasse, o que foi aceito por todos. Houve, também a ideia de que seu nome fosse sondado nos Comandos para evitar qualquer contestação,

Constava que Orlando Geisel (EMFA) tinha a esperança de que ao terminar a reunião fosse ele o indicado para a P.R. ou Vice Pres., a certa altura da reunião, Geisel interpelou Medici sobre o fato de ainda não haver ele, mencionado o nome de quem seria o Vice. Medici desconversou e a reunião prosseguiu até que voltou o assunto da Vice P.R., quando Ururay, escreveu num papel e colocou sob os olhos de Medici o nome de Geisel; Medici restituiu o papel escrevendo: M. do Exército. A seguir, declarou: bem, já que querem saber o nome do V.P.R., apontou para o Rademaker e disse - o Vice é ele. Rademaker declarou que não podia aceitar porque ele e os outros Ministros Militares haviam se comprometido a não aceitarem postos de tal relevância. Medici insistiu e ante a negativa constante de Rademaker declarou, - Bem, eu vou regressar ao R.G. e aguardo lá a resposta de Rademaker; no caso afirmativo eu aceito, no caso contrario, escolham outro.

Depois da reunião, Marcio procurou convencer Rademaker a aceitar, apresentado varios argumentos que, finalmente levaram Rademaker a ceder; isto , quando Medici ja se encontrava no R.G. Adalberto Nunes se apresentou para levar a resposta a Medici. Rademaker declinou da atenção. Designou o Almirante Mauricio Dantas Torres para a incumbencia.

No Rio Grande, Medici incumbiu seu Chefe do Estado Maior, Gen. João Figueredo, para a sondagem de como os chefes auxiliares aceitariam a possibilidade de sua indicação para a Presidencia da Republica. Figueredo regressou a gabinete e declarou a Medici: - se o Sr. assim o desejar, me prenda, mas eu não cumpri a sua ordem, eu ceclarei que o Sr. é que será o Presidente da Republica.

FRUSTRAÇÃO DE ORLANDO GEISEL - Medici já na P.R., quando se começou a cojitar de seu sucessor, fugia ao assunto e possivelmente , tinha

algum nome a ser apontado oportunamente. Orlando, percebendo a situação, trabalhou o nome do irmão e arranjou uma homenagem dos chefes do Exército a Medici, constando de um jantar, etc. Nesse encontro, Medici foi surpreendido com a insistência em se conhecer o seu sucessor e, percebendo toda a trama, teve que se curvar à dificuldade da situação e declarou que seu sucessor não podia ser outro senão Ernesto Gueisel.

Pequeno contratempo na MB, quando da escolha de Medici.....